

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
---------------------	---

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	2
---------------------------------------	---

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	4
--------------------------------------	---

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	5
-------------------------------	---

3.2 - Medições não contábeis	6
------------------------------	---

3.3 - Eventos subsequentes às DFs	7
-----------------------------------	---

3.4 - Política destinação de resultados	8
---	---

3.5 - Distribuição de dividendos	
----------------------------------	--

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	11
--	----

3.7 - Nível de endividamento	12
------------------------------	----

3.8 - Obrigações	13
------------------	----

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	14
---	----

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	17
------------------------------------	----

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	29
-------------------------------------	----

4.3 - Processos não sigilosos relevantes	30
--	----

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	39
--	----

4.5 - Processos sigilosos relevantes	40
--------------------------------------	----

4.6 - Processos repetitivos ou conexos	41
--	----

4.7 - Outras contingências relevantes	44
---------------------------------------	----

4.8 - Regras-país origem/país custodiante	45
---	----

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	46
---	----

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	50
--	----

5.3 - Descrição - Controles Internos	51
--------------------------------------	----

5.4 - Alterações significativas	52
---------------------------------	----

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	53
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	54
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	56
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	74
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	75
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	77
7.3 - Produção/comercialização/mercados	78
7.4 - Principais clientes	79
7.5 - Efeitos da regulação estatal	80
7.6 - Receitas relevantes no exterior	81
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	82
7.8 - Políticas socioambientais	83
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	84
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	95
8.2 - Alterações na condução de negócios	96
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	97
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	98
9.1.a - Ativos imobilizados	99
9.1.b - Ativos Intangíveis	100
9.1.c - Participação em sociedades	
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	102
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	103
10.2 - Resultado operacional e financeiro	118
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	131
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	135
10.5 - Políticas contábeis críticas	140
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	141
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	142
10.8 - Plano de Negócios	143

Índice

10.9 - Outros fatores com influência relevante	144
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	145
11.2 - Acompanhamento das projeções	149
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	151
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	169
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	170
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	171
12.7/8 - Composição dos comitês	192
12.9 - Relações familiares	
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	199
12.12 - Práticas de Governança Corporativa	200
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	201
13.2 - Remuneração total por órgão	203
13.3 - Remuneração variável	204
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	205
13.5 - Remuneração baseada em ações	206
13.6 - Opções em aberto	207
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	208
13.8 - Precificação das ações/opções	209
13.9 - Participações detidas por órgão	210
13.10 - Planos de previdência	211
13.11 - Remuneração máx, mín e média	
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	213
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	214
13.14 - Remuneração - outras funções	215
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	216
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	217

Índice

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	218
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	219
14.3 - Política remuneração dos empregados	220
14.4 - Relações emissor / sindicatos	221

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária	222
15.3 - Distribuição de capital	226
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	227
15.5 - Acordo de Acionistas	228
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	229
15.7 - Principais operações societárias	230

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	231
16.2 - Transações com partes relacionadas	232
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	239

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social	241
17.2 - Aumentos do capital social	
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	
17.4 - Redução do capital social	
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	245

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações	
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	247
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	248
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	250
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	253
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	
18.8 - Títulos emitidos no exterior	
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	256

Índice

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	257
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	269
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	270
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	271
21.3 - Responsáveis pela política	275
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	276

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Djalma Bastos de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Luiz Fernando Rolla

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	02/07/2007 a 30/07/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais (20F); Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais (IFRS); Auditoria das Demonstrações Contábeis Anuais (Legislação Brasileira); Auditoria das Demonstrações Contábeis Trimestrais (Legislação Brasileira); Diagnóstico de procedimento de SOX- Seções 302 e 404 da Lei Sarbanes Oxley; Relatório atestando a avaliação dos controles Internos (SOX); Revisão Declaração Rendimentos; Revisão trimestral das provisões do IR e CSSL; Tradução de Relatórios; Análise de valor P&D 2008 e 2009 projetos 803,804 E805 conforme despacho ANEEL 512/2011; Treinamento de mudança de legislação; Treinamento de DIPJ.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Pelos serviços prestados até 30 de julho de 2012, os auditores independentes receberam a remuneração total de R\$286.756,85 segregada em: (i) R\$229.523,94 pela auditoria das demonstrações contábeis; (ii) R\$ 33.458,74 pela avaliação de controles internos- SOX; (iii) R\$22.755,64 pela revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL; e (iv) R\$ 1.018,53 pela Tradução de relatórios.
Justificativa da substituição	As Informações Trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2012 foram revisadas pela KPMG Auditores Independentes, sendo que a partir dessa data foi substituída pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que executaram os serviços de revisão e auditoria independente nos demais períodos de 2012, com previsão, conforme contrato assinado entre as partes, para realização dos serviços de auditoria, também dos exercícios 2013, 2014. A Companhia, em atendimento à Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, que em seu artigo 31 obriga a rotatividade dos auditores independentes por prazo não superior a cinco anos consecutivos, substituiu a KPMG Auditores Independentes pela DeloitteTouche Tohmatsu Auditores Independentes, pelo fato daquela ter atingido o prazo máximo legal.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Túlio Fernandes Ferreira	02/07/2007 a 30/07/2012	499.953.166-68	rua Paraíba, 1122, 13 ANDAR, Funcionários, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-918, Telefone (031) 21285700, Fax (31) 21285702, e-mail: mtferreira@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/08/2012
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes foram contratados para: (i) auditoria das demonstrações contábeis para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 incluindo asseguaração de controles SOX – seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (como suporte ao relatório da controladora CEMIG); (ii) relatório Circunstanciado – PAC; (iii) revisão de procedimentos para apuração de impostos e contribuições.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Serviços 2013 Serviços de Auditoria: Honorários de Auditorias R\$ 472 Serviços adicionais: Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL: R\$ 21 Total R\$ 493
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
José Ricardo Faria Gomez	01/08/2012	144.346.268-33	Rua Paraíba 1122, 20 e 21 andares, Savassi, Belo Horizonte, MG, Brasil, CEP 30130-141, Telefone (31) 32697400, Fax (31) 32697400, e-mail: jogomez@deloitte.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes é, obrigatoriamente, aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2013)

Exercício social (31/12/2012)

Exercício social (31/12/2011)

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

a. Valor das medições contábeis:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. Motivo pelo qual a Administração entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**3.4 Política de destinação de resultados**

Período	Exercício social encerrado em 31/12/2013	Exercício social encerrado em 31/12/2012	Exercício social encerrado em 31/12/2011
a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Cabe à Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre a retenção de lucros. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores. O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; • 50% será distribuído como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável; • o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), será distribuído à CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre. <p>Adicionalmente, a Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) prevê que, do lucro líquido do exercício social, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% serão destinados para a constituição da reserva legal, até atingir 20% do capital social, exceto no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social.</p>		
b) Valores de Retenções de Lucros	No exercício social de 2013, o valor das retenções de lucros foi de R\$ 918.860	No exercício social de 2012, o valor das retenções de lucros foi de R\$1.035.076	No exercício social de 2011, o valor das retenções de lucros foi de R\$63.451.
c) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>As regras sobre distribuição de dividendos se encontram no Estatuto Social estão conforme os Artigos 21 a 24 do Estatuto Social da Companhia:</p> <p>Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido e, sucessivamente, as participações dos empregados e administradores.</p>		

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

	<p>O lucro líquido apurado em cada exercício social será assim destinado:</p> <p>a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;</p> <p>b) 50% (cinquenta por cento), no mínimo, será distribuído, como dividendo obrigatório ao Acionista Único - CEMIG, observadas as demais disposições do Estatuto e a legislação aplicável;</p> <p>c) o saldo, após a retenção dos valores destinados aos investimentos previstos em orçamento de capital e/ou investimento elaborado, em observância do Plano Diretor da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração do Acionista Único - CEMIG, será distribuído ao Acionista Único - CEMIG a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, observada a disponibilidade de caixa livre.</p> <p>Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a Companhia poderá, observada a legislação pertinente e a critério do Conselho de Administração, declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.</p> <p>O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação, em substituição total ou parcial dos dividendos de que trata o item anterior, ou em adição aos mesmos, devendo as importâncias pagas ou creditadas a tal título serem imputadas aos valores dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.</p> <p>Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.</p> <p>Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.</p>
d) Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro de cada ano, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.
e) Restrições à distribuição de dividendos	Não existem eventuais restrições à distribuição de dividendos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Documento ainda não preenchido!

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

No exercício de 2013, a Cemig Geração e Transmissão S/A não declarou dividendos com base em lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 27 de abril de 2012 aprovaram a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas, no valor de R\$605.734 mil, à conta de Reserva de Lucros existente no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, representando R\$0,21 por ação.

As Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas, cumulativamente, em 27 de abril de 2011 aprovaram a distribuição de dividendos adicionais aos acionistas, no valor de R\$523.880 mil, à conta de Reserva de Lucros existente no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, representando R\$0,18 por ação.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	6.660.220.000,00	Índice de Endividamento	1,74573854	
	0,00	Outros índices	0,38655886	Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido) Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, que determina que deverá ser mantida uma relação consolidada de endividamento medida por Dívida líquida/ (dívida líquida + patrimônio líquido), limitada a 50% (Cinquenta por cento)
	0,00	Outros índices	0,81217105	Dívida líquida / Lajida Justificativa: Esse índice reflete um limite de endividamento estabelecido pelo parágrafo 5º, alínea (a) do Estatuto Social da Companhia, que determina que o endividamento consolidado da Companhia deverá ser mantido em valor igual ou inferior a duas vezes e meia o LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) da Companhia

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2013)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	Garantia Real		17.174.669,00	30.472.201,00	38.894.480,00	109.521.096,00	196.062.446,00
	Quirografárias		2.503.564.331,00	1.146.990.727,00	1.190.373.706,00	1.623.030.790,00	6.463.959.554,00
Total			2.520.739.000,00	1.177.462.928,00	1.229.268.186,00	1.732.551.886,00	6.660.022.000,00

Observação

O montante total da dívida nesta tabela é o somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, não se limitando ao saldo devedor de empréstimos e financiamentos. As dívidas com garantia real são aquelas por meio das quais o devedor destaca um bem específico que garantirá o ressarcimento ao credor na hipótese de inadimplemento, e as dívidas com garantia quirografária, são aquelas que estão baseadas na fidelidade do garantidor em cumprir as obrigações caso o devedor não o faça. Garantia flutuante é constituída por todo o ativo da companhia emitente, ativo esse que pode ser alterado no curso dos negócios da companhia até o prazo de vencimento da dívida. As informações prestadas se referem às demonstrações financeiras individuais da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**3.9 Outras informações relevantes**

Composição dos empréstimos da Companhia, por moeda e indexador, com a respectiva previsão de amortização:

Posição em 31/12/2013 (em R\$ mil):

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Indexadores									
IGP-M (1)	-	-	-	-	-	-	-	59.352	59.352
IPCA (2)	592.483	484.299			110.670	110.730	244.870	497.191	2.040.243
CDI (3)	481.390	267.401	507.401	627.443	-	-	-	-	1.883.635
TJLP	12.091	10.274	9.977	9.977	9.390	7.631	7.631	42.605	109.576
Total	1.085.964	761.974	517.378	637.420	120.060	118.361	252.501	599.148	4.092.806

(1) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(2) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(3) Certificado Depósito Interbancário – CDI

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e TVM (Títulos e Valores Mobiliários). Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Emissora divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Cemig GT	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.107	509	1.150
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	4.093	4.656	5.087
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	582	486	170
Dívida Líquida (Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Caixa e Equivalentes de Caixa - TVM)	2.404	3.661	3.769
Total do Passivo	6.660	6.772	6.576
Patrimônio Líquido	3.815	5.306	5.073
Lajida - R\$ mil	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Resultado do exercício	1.811	1.919	1.269
(+) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	603	568	386
(+) resultado Financeiro	203	442	507
(+) Amortização e Depreciação	343	311	340
(=) LAJIDA	2.960	3.240	2.502
Lajida: calculado em conformidade com a instrução CVM nº 527/12;			
Índice de endividamento (Total do Passivo / Patrimônio Líquido)	1,75	1,28	1,30
Dívida Líquida / LAJIDA 12 meses	0,81	1,13	1,51
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	0,39	0,41	0,43

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Para fins deste Formulário de Referência, “LAJIDA” é uma medição não contábil elaborada pela Emissora, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a. Com relação à Companhia

Não temos certeza da renovação de nossas concessões.

A Companhia conduz a grande maioria das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal. A Constituição Brasileira exige que todas as concessões de serviços públicos sejam objeto de licitação. Em 1995, em um esforço para implementar esses dispositivos constitucionais, o Governo Federal instituiu certas leis e regulamentos, denominados coletivamente como Lei de Concessões, os quais regem os procedimentos de licitação do setor elétrico.

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995. De acordo com a referida norma, tais concessões poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, a critério do Poder Concedente, a partir de 12 de setembro de 2012. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia assinou o terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 006/1997, que garantiu a prorrogação dessa concessão por 30 anos, nos termos da MP 579/2012, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, o que resultou em um ajuste da RAP, diminuindo a receita que nós recebemos em decorrência dessas concessões. O governo brasileiro nos compensou pela redução da RAP de parte dessas concessões, mas os ativos em operação antes do ano de 2000 ainda não foram compensados. De acordo com a Lei nº 12.783, nós seremos compensados pela redução da RAP dos ativos em operação antes de 2000, em 30 anos, ajustado pelo IPCA.

A Companhia optou por não solicitar a prorrogação das concessões de geração que expiram no período de 2013 e 2017. Em relação às usinas que teriam uma primeira prorrogação antes da edição da MP 579/2012, a saber, Jaguará, São Simão e Miranda, nós acreditamos que o Contrato de Concessão de Geração nº 007/1997 permite a prorrogação da concessão destas usinas por mais 20 anos sem a aplicação de qualquer restrição adicional.

Com fulcro nesse entendimento, a Cemig Geração e Transmissão impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ministro de Minas e Energia com o objetivo de assegurar o direito dessa companhia relativo à prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (UHE Jaguará), nos termos da Cláusula 4ª do Contrato de Concessão nº 007/1997, observando-se as bases originais deste Contrato, anteriores à Lei nº 12.783/2013. A Companhia obteve provimento liminar, ainda em vigor, para continuar à frente da exploração comercial da UHE Jaguará até que este Mandado de Segurança seja julgado. A contingência desta ação está classificada como de perda “possível” em razão de sua natureza e da complexidade envolvida no caso concreto. Neste contexto, é de se reconhecer como elementos configuradores da contingência a singularidade do Contrato de Concessão nº 007/1997, o ineditismo da matéria, e que a ação proposta configura-se em *leading case* na discussão do Judiciário sobre a prorrogação de concessões.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Com relação às demais usinas de geração cujo vencimento das concessões se dá no período de 2015 a 2017, o que inclui Três Marias, Salto Grande, Itutinga, Camargos, Piau, Gafanhoto, Peti, Tronqueiras, Joasal, Martins, Cajuru, Paciência, Marmelos, Sumidouro, Anil, Poquim, Dona Rita e Volta Grande, nós optamos por não requerer prorrogação nos termos da MP. Assim o negócio geração não será afetado negativamente até o término dessas concessões.

À luz do grau de discricionariedade conferido ao Governo Federal, em relação aos novos contratos de concessão, ao que diz respeito à renovação de concessões existentes, bem como, pelas recentes disposições estabelecidas por meio da MP 579/2012 e, conseqüentemente por meio da Lei 12.783, para as renovações das concessões de distribuição, geração e transmissão, não podemos garantir que novas concessões serão obtidas ou que nossas concessões atuais serão renovadas em termos tão favoráveis quanto aqueles atualmente em vigor. A não renovação de quaisquer das concessões da Companhia poderá afetar adversamente seu negócio, resultados operacionais e situação financeira.

O Poder Público pode intervir nas concessões com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, o que poderá afetar adversamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

O Poder Público pode intervir nas concessões com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como, o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, além de interferir nas operações e receitas provenientes das operações das instalações da Companhia e de suas controladas. Em caso de intervenção, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

Interrupções das operações ou degradação da qualidade dos serviços poderão ter efeito adverso sobre nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

A operação de complexas redes e sistemas de transmissão de energia elétrica envolve diversos riscos, tais como dificuldades operacionais e interrupções não previstas, ocasionadas por eventos fora do controle da Companhia e das suas controladas. Esses eventos incluem acidentes, quebra ou falha de equipamentos ou processos, desempenho abaixo de níveis esperados de disponibilidade e eficiência dos ativos de transmissão e catástrofes como explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares. Além disso, ações por parte das autoridades governamentais responsáveis pela rede de energia elétrica, meio ambiente, operações e outras questões que afetem as linhas de transmissão podem prejudicar o funcionamento eficiente e lucrativo das linhas de transmissão.

A cobertura de seguro da Companhia poderá ser insuficiente para cobrir integralmente os custos e perdas que elas poderão incorrer em razão de danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia.

Ademais, as receitas que a Companhia e suas controladas auferem em decorrência da implementação, operação e manutenção de suas instalações estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os respectivos contratos de concessão, a Companhia e suas controladas estão sujeitas à redução de suas respectivas receitas anuais permitidas (“RAP”) e à aplicação de determinadas penalidades dependendo do nível e duração da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

indisponibilidade dos serviços. Desse modo, interrupções em suas linhas e subestações poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Temos responsabilidade objetiva por quaisquer danos decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, temos responsabilidade objetiva pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de geração e transmissão de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios do sistema de geração ou transmissão ou distribuição, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema ("ONS"), são compartilhados entre companhias de geração e transmissão. Até que um responsável final seja definido, a responsabilidade por tais danos será compartilhada na proporção de 35,7% para os agentes de distribuição, 28,6% para os agentes de transmissão e 35,7% para os agentes de geração. Essas proporções são determinadas pelo número de votos que cada classe de concessionárias de energia tem direito nas assembleias gerais do ONS e, portanto, podem ser alteradas no futuro. Dessa forma, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados por quaisquer desses danos.

Atrasos na expansão de nossas instalações poderão aumentar significativamente seus custos.

Atualmente nos dedicamos à construção de novas usinas hidrelétricas, eólicas, bem como, à avaliação de outros potenciais projetos de expansão. Nossa capacidade de concluir um projeto de expansão dentro do prazo e de determinado orçamento, sem efeitos econômicos adversos, está sujeita a vários riscos. Por exemplo:

- problemas diversos na fase de construção de um projeto de expansão (exemplos: embargos de obras, condições geológicas imprevisas, incertezas políticas e ambientais, liquidez dos parceiros, contratados e subcontratados);
- poderemos nos defrontar com desafios regulatórios ou legais que protelem a data inicial de operação de um projeto de expansão;
- nossas novas instalações novas poderão não operar à capacidade designada ou os custos para sua operação poderão ser maiores do que o previsto;
- talvez não consigamos obter capital de giro adequado para financiar nossos projetos de expansão; e
- poderemos enfrentar questões ambientais e reivindicações da população durante a construção de usinas de geração, linhas de transmissão e subestações.

Caso enfrentemos esses problemas ou outros relacionados à expansão de nossa capacidade de geração ou transmissão, poderemos incorrer em aumento de custos, ou, talvez, não atingir a receita prevista relacionada a tais projetos de expansão.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Há restrições contratuais à nossa capacidade de endividamento.

Estamos sujeitos a certas restrições sobre nossa capacidade de endividamento em função de obrigações previstas em nossos contratos de empréstimo. Na hipótese de descumprimento por parte da nossa Companhia de uma obrigação contida em nosso contrato de financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, devemos reforçar as garantias do financiamento sob pena de ter o contrato vencido antecipadamente. Em 2009, 2010, 2011 e 2012, descumprimos algumas de nossas obrigações previstas em nossos contratos de empréstimo e, apesar de termos sido capazes de obter renúncias de nossos credores com relação a tais descumprimentos, nenhuma garantia pode ser dada de que seremos bem-sucedidos em obter alguma renúncia no futuro. A existência de limitações sobre nosso endividamento poderá nos impedir de celebrar novos contratos para financiamento de nossas operações ou para refinanciamento de nossas obrigações existentes, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Estamos sujeitos a regras e limites aplicados a níveis de endividamento do setor público e a restrições sobre o uso de certos recursos captados, o que poderá impedi-la de obter financiamentos.

Na qualidade de companhia estatal, estamos sujeitos a regras e limites atinentes ao nível de crédito aplicável ao setor público emitidos pelo CMN e pelo Banco Central. Essas regras fixam certos parâmetros e condições para que as instituições financeiras possam oferecer crédito a companhias do setor público. Desta forma, se não nos atendermos a essas condições e parâmetros, poderemos enfrentar dificuldade para obter financiamentos de instituições financeiras brasileiras, o que poderá criar dificuldades na implementação de nosso plano de investimento. A legislação brasileira também estabelece que uma companhia controlada pelo Estado, de modo geral, apenas pode utilizar os recursos decorrentes de transações externas com bancos comerciais (dívidas, incluindo títulos) para refinar obrigações financeiras. Como resultado dessas regras, nossa capacidade de endividamento fica limitada, o que poderá afetar negativamente a implementação do seu plano de investimento.

Podemos incorrer em prejuízos relativos a processos judiciais pendentes.

Somos réus em diversos processos judiciais e administrativos de naturezas cível, administrativa, ambiental, tributária, trabalhista, regulatória, dentre outros. Esses processos envolvem uma ampla gama de questões e visam à obtenção de indenizações e reparações em dinheiro e obrigações de fazer. Vários litígios individuais respondem por uma parcela significativa do valor total dos processos movidos contra a nossa Companhia. As demonstrações financeiras incluem provisões para contingências no montante de R\$ 56 milhões em 31 de dezembro de 2013, para ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que improvável. Adicionalmente, na hipótese de as nossas provisões legais serem insuficientes, o pagamento dos processos em valor que exceda os valores provisionados poderá causar um efeito adverso nos nossos resultados operacionais e condição financeira.

Operamos sem apólices de seguro contra catástrofes e responsabilidade civil de terceiros.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Exceto para o ramo Aeronáutico, não possuímos seguro de responsabilidade civil que cubra acidentes e não solicitamos propostas relativas a este tipo de seguro. A Companhia entende que o risco de ocorrência de um evento que ocasione o acionamento de uma cobertura de responsabilidade civil por um terceiro é pequeno. Foram realizados estudos específicos sobre o assunto que comprova a baixíssima probabilidade de ocorrências desta natureza. Desta forma a Cemig não solicitou proposta, tampouco contratou cobertura de seguro contra catástrofes que possam afetar nossas instalações, tais como terremotos e inundações.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para ressarcir eventuais danos.

Mantemos apenas Seguro de Incêndio, Aeronáutico e Riscos Operacionais, tais como danos em equipamentos, além daqueles compulsórios por determinação legal, como Seguro de Transporte de bens pertencentes a pessoas jurídicas. Não podemos garantir que os seguros são suficientes para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de seus negócios ou que esses seguros continuarão disponíveis no futuro. A ocorrência de sinistros que ultrapassem o valor segurado ou que não sejam cobertos pelos seguros contratados poderá nos gerar custos adicionais inesperados e significativos, que poderão resultar em efeito adverso nos nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Disputas trabalhistas, greves e/ou paralisações de trabalho poderão ter um impacto negativo sobre nosso negócio.

Praticamente todos nossos empregados estão abrangidos pela legislação trabalhista brasileira aplicável a empregados do setor privado. Celebramos acordos coletivos com sindicatos que representam a maioria de nossos empregados.

Figuramos no polo passivo em reclamações trabalhistas instauradas por nossos empregados que se referem, em sua grande maioria, à remuneração de hora extra e de adicional de periculosidade. Também somos parte em ações relacionadas à terceirização de serviços, ajuizadas pelos empregados de seus contratantes e subcontratantes exigindo o pagamento de obrigações trabalhistas pendentes.

Em 2008 e 2009 não enfrentamos nenhuma manifestação trabalhista relevante. Nas negociações para celebração do Acordo Coletivo de 2010, parte de nossos empregados entrou em greve por 20 dias. Durante as negociações de 2011, para a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho, ocorreram cinco dias intermitentes de paralisação de nossos empregados. Em 2012, durante as negociações, ocorreu um dia de paralisação com a participação de cerca de 12% dos empregados. Em 2013 ocorreu uma paralisação de 22 dias com a participação de 10% dos empregados. Em todos esses eventos nosso Comitê de Emergência Operacional foi acionado e as greves não afetaram o fornecimento de energia aos nossos consumidores.

Nós não possuímos seguros contra perdas incorridas em decorrência de interrupções nos negócios causadas por ações trabalhistas. Na hipótese de greve, poderemos enfrentar uma perda imediata de receita. Disputas contratuais, greves, reclamações ou outros tipos de conflitos atinentes aos nossos empregados ou a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

sindicatos que os representem, poderão causar efeito adverso sobre o nosso negócio, resultados operacionais ou condição financeira ou sobre nossa capacidade de manter níveis normais de serviço.

b. Com relação a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Somos controlados pelo Governo Estadual, o qual poderá ter interesses diversos dos interesses dos investidores.

Na qualidade de acionista controlador indireto, o governo do Estado de Minas Gerais exerce influência substancial sobre a orientação estratégica dos nossos negócios. O governo do Estado de Minas Gerais atualmente detém 51% das nossas ações ordinárias e, conseqüentemente, tem o direito à maioria dos votos nas deliberações tomadas em nossas assembleias gerais, podendo (i) eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração e (ii) determinar as matérias que exijam aprovação por *quórum* qualificado dos seus acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias e época de pagamento de quaisquer dividendos.

No passado, o Governo Estadual utilizou e poderá utilizar no futuro sua qualidade de acionista controlador para decidir se deveremos nos dedicar a certas atividades e efetuar certos investimentos destinados, principalmente, a promover seus objetivos políticos, econômicos ou sociais e não necessariamente para lograr o objetivo de melhoria dos seus negócios e/ou resultados operacionais, o que poderá nos causar um efeito adverso relevante.

c. Com relação a seus acionistas

Não há fator de risco relacionado aos acionistas da Companhia uma vez que ela é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”). Para informações sobre fatores de risco da CEMIG, vide fatores de riscos relacionados à controladora da Companhia.

d. Com relação a suas controladas e coligadas

Não há fatores de risco relacionados a controladas e coligadas da Companhia

e. Com relação a seus fornecedores

Não há fatores de risco com relação a fornecedores da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

f. Com relação a seus clientes

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Não há fatores de risco com relação a clientes da Companhia que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

g. Com relação aos setores da economia nos quais o emissor atue

A matriz brasileira de produção de energia elétrica é altamente dependente de usinas hidrelétricas, que por sua vez dependem das condições climáticas para produzir energia.

Como é amplamente conhecido, o sistema gerador brasileiro se caracteriza pela predominância hidrelétrica-mais de 70% da capacidade instalada total. As vantagens da energia hidrelétrica também são bastante divulgadas: é um recurso renovável e permite evitar gastos substanciais com combustíveis nas usinas termelétricas. Por outro lado, a principal dificuldade no uso deste recurso provém da variabilidade das afluições às usinas: há variações substanciais nas vazões mensais (sazonalidade) e no total afluente ao longo do ano, que depende fundamentalmente da quantidade de precipitação ocorrida durante cada estação chuvosa.

Para contornar essa dificuldade, o sistema brasileiro, além de possuir um parque térmico complementar, cerca de 20% da capacidade total do Brasil, possui grandes reservatórios de acumulação, capazes de transferir água do período úmido para o período seco e até mesmo de um ano para outro.

A operação de todo o sistema é coordenada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Sua principal função é operar de forma ótima os recursos disponíveis, minimizando o custo de operação e os riscos de falta de energia. No caso de períodos hidrológicos desfavoráveis, a decisão do ONS poderá ser de reduzir a geração das usinas hidrelétricas e aumentar a geração termelétrica, o que acaba trazendo maior custo para os geradores hidrelétricos. Além disso, em casos extremos de escassez de energia devido a situações hidrológicas adversas, o sistema poderá passar por racionamento, o que poderá resultar em aumento de custos e diminuição do fluxo de caixa para a empresa.

h. Com relação à regulação dos setores em que o emissor atue

Estamos sujeitos a uma extensa e incerta legislação e regulamentação governamental e eventuais alterações podem causar um impacto adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

O Governo Federal vem implementando políticas que têm impacto de longo alcance sobre o setor energético brasileiro, em particular, o setor elétrico. Como parte da reestruturação do setor, a Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, ou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, introduziu uma nova estrutura regulatória para o setor elétrico brasileiro.

Essa estrutura regulatória vem sofrendo diversas alterações ao longo dos últimos anos sendo as modificações mais recentes inseridas via MP 579/2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013) que dispõe sobre a prorrogação das concessões outorgadas antes da Lei nº 9.074 de 07 de julho de 1995. De acordo com a referida

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

norma, tais concessões poderão ser prorrogadas uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, a critério do Poder Concedente a partir de 12 de setembro de 2012.

Podemos ser penalizados pela Aneel em função do descumprimento dos nossos contratos de concessão, e/ou autorizações concedidas a nós, o que poderá resultar em multas, outras penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, encampação dos contratos de concessão ou revogação das autorizações.

Realizamos nossas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, nos termos de contratos de concessão, celebrados com o Governo Federal por intermédio da Aneel e/ou nos termos das autorizações concedidas às companhias do grupo CEMIG. A Aneel poderá nos impor penalidades, caso deixemos de observar qualquer disposição dos contratos de concessão, inclusive aquelas relativas à observância dos padrões de qualidade estabelecidos. Dependendo da gravidade da inobservância, essas penalidades poderão incluir:

- multas por quebra contratual de até 2,0% das receitas da concessionária no exercício encerrado imediatamente anterior à data do inadimplemento contratual;
- liminares atinentes à construção de novas instalações e equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária no que tange à participação em processos licitatórios para outorga de novas concessões por um período de até dois anos;
- intervenção pela Aneel na administração da concessionária infratora; e
- revogação da concessão.

Ademais, o Governo Federal tem poderes para revogar qualquer uma de nossas concessões ou autorizações antes do encerramento do prazo da concessão, no caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação, por razões de interesse público.

Adicionalmente, atrasos na implementação e construção de novos projetos de energia podem ainda resultar na imposição de penalidades regulatórias por parte da Aneel, que, de acordo com a Resolução da Aneel nº 63, de 12 de maio de 2004, poderão consistir desde notificações ao vencimento antecipado de tais concessões ou autorizações.

A Aneel poderá impor multas e até mesmo revogar nossas concessões ou autorizações, na hipótese de violação dos contratos de concessão ou das autorizações. Qualquer indenização que venhamos a receber quando da rescisão do contrato de concessão e/ou da revogação das autorizações poderá não ser suficiente para compensar o valor integral de certos investimentos. Se quaisquer dos contratos de concessão forem rescindidos por nossa culpa, o valor efetivo da indenização poderá ser reduzido em função de multas ou outras penalidades. A rescisão de nossos contratos de concessão ou a imposição de penalidades poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Aneel possui discricionariedade para estabelecer as receitas anuais permitida para as empresas de transmissão, e reajustes que resultem em redução dessas Receitas Anuais Permitidas (RAP) poderiam ter um efeito negativo significativo sobre nossos resultados operacionais e condição financeira.

A RAP que recebemos é determinada pela Aneel levando em conta os termos dos contratos celebrados com a Aneel, em nome do Governo Federal. Os contratos de concessão preveem dois mecanismos de correção da receita: (i) reajustes tarifários anuais; e (ii) a revisão tarifária periódica – RTP. O reajuste tarifário anual de nossas receitas ocorre em junho e entra em vigor em julho do mesmo ano. Os reajustes tarifários anuais consideram as receitas permitidas dos projetos que entraram em operação e as receitas do período anterior são corrigidas pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A revisão tarifária periódica acontecia de quatro em quatro anos, mas a Lei 12.783, alterou o período para cinco em cinco anos. Nossa primeira revisão tarifária ocorreu em julho de 2005 e a segunda, em julho de 2009. Durante a revisão tarifária os investimentos feitos pela concessionária no período e os custos operacionais são analisados pela Aneel, levando em conta apenas o investimento que ela considera prudente e os custos operacionais tidos como eficientes por meio da metodologia de *benchmarking* desenvolvida pela utilização de um modelo de eficiência com base na comparação de várias empresas de transmissão no Brasil. Portanto, o mecanismo de revisão tarifária está sujeito, em certa medida, ao poder discricionário da Aneel, uma vez que pode deixar de incluir os investimentos feitos e pode reconhecer os custos operacionais como inferiores aos efetivamente incorridos, o que pode resultar em efeito adverso relevante significativo sobre nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Requerimentos e restrições das agências ambientais poderão acarretar custos adicionais à nossa Companhia.

Nossas operações relacionadas à geração e transmissão de energia elétrica estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais e também a numerosas exigências atinentes à proteção da saúde e do meio ambiente. Atrasos ou indeferimentos de pedidos de licença por parte dos órgãos ambientais, bem como a eventual impossibilidade da Companhia de cumprir os requisitos estabelecidos por esses órgãos, durante os processos de licenciamento ambiental podem resultar em custos adicionais, ou mesmo proibir ou comprometer, conforme o caso, a construção e manutenção desses projetos.

A inobservância das leis e regulamentos ambientais - como a construção e operação de uma instalação potencialmente poluente sem uma licença ou autorização ambiental válida, ou em desacordo com os seus termos - poderá, além da obrigação de sanar quaisquer danos que venham a ser causados, resultarem na aplicação de sanções penais, civis e administrativas. Com base na legislação brasileira, penas criminais tais como de restrição de direitos e de prisão podem ser aplicadas às pessoas físicas (incluindo administradores de empresas) e penas tais como multas, restrição de direitos ou prestação de serviços à comunidade podem ser aplicadas a pessoas jurídicas. Com relação às sanções administrativas, dependendo das circunstâncias, as autoridades ambientais podem impor advertências e multas que variam entre R\$50 mil e R\$50 milhões, exigir a suspensão parcial ou total de atividades, suspender ou restringir benefícios fiscais, cancelar ou suspender linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras governamentais, bem como proibir a Companhia de celebrar contratos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

com órgãos, companhias e autoridades governamentais. Quaisquer desses eventos poderiam afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Estamos sujeitos à legislação brasileira que exige pagamento de compensação caso suas atividades tenham efeitos poluidores. De acordo com o Decreto Federal nº 6.848/2009 e o Decreto do Estado de Minas Gerais nº 45.175/2009 até 0,5% do montante total investido na implementação de um projeto que cause impacto ambiental significativo deve ser revertido para medidas compensatórias. O montante exato das medidas compensatórias será definido pela agência ambiental, com base no nível específico de poluição e impacto ambiental do projeto. O Decreto Estadual nº 45.175/2009 (“Decreto 45.175”) também indicou que a taxa de compensação será aplicada retroativamente a projetos implementados anteriormente à promulgação da atual legislação. O referido Decreto Estadual foi alterado pelo Decreto nº 45.629/2011, que estabeleceu que o valor de referência dos projetos que causam impacto ambiental significativo: (i) para os projetos executados antes da publicação da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, conforme alterada (“Lei Federal 9.985”) será utilizado o valor escritural líquido, excluindo reavaliações ou, na sua falta, o valor do investimento apresentado pelo representante de tal projeto, e (ii) a compensação para projetos ambientais executados após a publicação da Lei Federal 9.985 irá usar a referência estabelecida no item IV do artigo 1º do Decreto 45.175 calculada no momento da execução do projeto e corrigida com base em uma taxa de reajuste pela inflação. Ademais, as leis do Estado de Minas Gerais, onde a maior parte dos empreendimentos da CEMIG está localizada, exigem a constituição de uma Reserva Florestal Legal correspondente a 20% da área total da propriedade rural utilizada em empreendimentos da Companhia (Lei Estadual Nº 14.309, de 19 de junho de 2002, regulamentada pelo Decreto Nº 43.710, de 8 de janeiro de 2004).

Contudo, em 2012, foi aprovado o novo Código Florestal Brasileiro (Lei Nº 12.727, de 17 de outubro de 2012, Conversão da Medida Provisória nº 571, de 2012) que alterou a legislação brasileira em relação ao tema, instituindo no seu artigo 12, § 7º, o seguinte:

“Não será exigida Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.”

Entretanto, como na legislação brasileira os Estados podem ter legislações específicas acerca de questões ambientais, a Companhia aguardará uma possível revisão da legislação de Minas Gerais, em função do estabelecido no novo Código Florestal para uma correta avaliação de seus impactos nos empreendimentos localizados no Estado de Minas Gerais.

Por fim, a adoção ou implementação de novas leis e regulamentos de segurança, saúde e ambientais, novas interpretações de leis atuais, maior rigidez na aplicação das leis ambientais ou outros acontecimentos no futuro podem exigir que a Companhia realize investimentos adicionais ou que incorras em despesas operacionais adicionais a fim de manter suas operações atuais, restringir suas atividades de produção ou que a Companhia

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

adote outras ações que poderiam ter um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais ou condição financeira da Companhia.

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem afetar os preços de venda de energia.

De acordo com a legislação aplicável, não estamos autorizados a vender energia diretamente para as distribuidoras do Grupo CEMIG. Dessa forma, a Companhia vende a energia em um mercado regulamentado, através de leilões públicos realizados pela Aneel (“Mercado Regulamentado”, “Ambiente de Contratação Regulado - ACR” ou o “Pool”) ou no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). A legislação aplicável permite aos distribuidores que celebrarem contratos com a Companhia no âmbito do ACR a reduzir a quantidade de energia contratada de contratos de energia existente em até 4% em relação ao valor do contrato, expondo nossa Companhia ao risco de não conseguir vender a energia assim descontratada a preços adequados.

Realizamos atividades de comercialização por meio de contratos de compra e venda, principalmente Os contratos firmados no ACL podem ser celebrados com outros agentes de geração, de comercialização e principalmente com os “Consumidores Livres”, que são os consumidores com demanda igual ou superior a 3MW, os quais podem escolher seu fornecedor de energia. Alguns contratos com esse tipo de consumidor possibilitam ao mesmo comprar um maior ou menor volume de energia (de 5% em média) da Companhia em relação ao originalmente contratado, o que poderá acarretar um impacto prejudicial sobre o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia. Outros contratos, não permitem este tipo de flexibilidade na compra de energia, mas o aumento das pressões da concorrência no mercado livre pode influenciar a ocorrência desse tipo de condição contratual nas negociações de venda de energia no mercado livre.

Além dos Clientes Livres mencionados acima, há uma classe de clientes denominada “Consumidores Especiais”, que são aqueles com demanda contratada entre 500kW e 3MW, que são elegíveis para aderirem ao ACL desde que comprem energia de fontes alternativas incentivadas, como pequenas centrais hidrelétricas, usinas a biomassa ou usinas eólicas. Realizamos operações de venda desse tipo de energia a partir de alguns recursos próprios de geração alocados em determinadas empresas do grupo, mas, a partir de 2009, vem sendo incrementada a comercialização desse tipo de energia incentivada e a empresa formou um portfólio de contratos de compra para ocupar um importante espaço no mercado brasileiro deste tipo de energia. Os contratos de venda a esse tipo de cliente possuem flexibilidades específicas para atendimento de suas necessidades e essas flexibilidades de consumo a menor ou a maior, estão vinculadas ao comportamento histórico dessas cargas. Variações de mercado muito amplas podem gerar posições de curto prazo que podem ter impacto financeiro prejudicial em nossos resultados. É importante ressaltar que a Lei 12.783 trouxe algumas mudanças na organização do mercado brasileiro de energia e os impactos dessa nova regulamentação ainda não podem ser avaliados, no entanto o seu resultado pode afetar nossas operações de forma menos favorável.

A falta de liquidez para a execução das políticas de venda ou a volatilidade dos preços futuros devido a condições de mercado e/ou percepções de mercado podem afetar adversamente os resultados das nossas operações. Adicionalmente, caso não consigamos vender todos os nossos recursos - capacidade de geração própria adicionada aos contratos de compra - nos leilões públicos regulados ou no ambiente de contratação livre,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a capacidade não vendida será liquidada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica a preços de liquidação de diferenças, ou PLD, que tendem a ser muito voláteis. Se isso ocorrer em períodos de baixos preços de liquidação, as receitas e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente.

i. Com relação aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não há fatores de risco com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atue que possam influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos:

A Companhia tem como prática a análise e monitoramento dos riscos aos quais está exposta e que possam impactar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultados, incluindo eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente o desenvolvimento de suas atividades, assim como a oferta e demanda de transmissão de energia elétrica.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: i) que não estão sob sigilo, e ii) são relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas:

A Companhia figura como parte em diversos processos administrativos e judiciais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante envolvido nesses processos cuja chance de perda foi avaliada como provável era de, aproximadamente, R\$56,2 milhões e como perda possível era de, aproximadamente, R\$2,3 bilhões.

Encontram-se relacionados neste Formulário de Referência todos os processos administrativos e judiciais em andamento, nos quais a Companhia figura como parte devedora, classificados como relevantes, com a posição atualizada até 31 de dezembro 2013. Na avaliação da relevância, a Companhia, além de se ater à capacidade do processo de impactar de forma significativa seu patrimônio, sua capacidade financeira ou seus negócios, considerou também outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor, como, por exemplo, os riscos de imagem inerentes a determinada prática da Companhia ou riscos jurídicos relacionados à discussão da validade de cláusulas estatutárias.

Os valores envolvidos são avaliados pelos advogados externos e internos, responsáveis pela condução dos processos, sendo as contingências de perda classificadas em “provável”, “possível” ou “remota”, considerando os critérios determinados nas normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A seguir, são apresentados os detalhes dos processos administrativos e judiciais, nos quais a Companhia figura como parte, que não estão sob sigilo e que são relevantes para os negócios da Companhia, em 31 de dezembro de 2013:

Processo Judicial de Natureza Ambiental	
Processo nº 002408137311-0	
a. juízo	Justiça Comum Estadual - 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Estadual de Belo Horizonte – MG
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	22/07/2008
d. partes no processo	Autor: Associação do Meio Ambiente Regional de Patrocínio – AMAR (“ <u>AMAR</u> ”) Réus: Companhia, Companhia Energética de Minas Gerais (“ <u>CEMIG</u> ”), Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM (“ <u>FEAM</u> ”) e Southern Electric Brasil Participações Ltda. (“ <u>Southern Electric</u> ”)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.800.804.322,43
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública proposta pela AMAR, contra a

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>CEMIG, a Companhia, Southern Electric e FEAM, que tem por objeto pedido de indenização e reparação de danos ambientais causados pela Usina Hidrelétrica de Nova Ponte. À época, foi impugnado o valor da causa, o qual foi julgado improcedente. Em audiência a MM. Juíza "a quo" acolheu a exceção de incompetência e declinou a competência para o foro da capital do Estado. A Cemig e a Companhia protocolizaram Agravo Retido em face da decisão interlocutória que deferiu o pedido de emenda à inicial. Foi designada realização de perícia. O perito apresentou proposta no valor de R\$ 2.060.000,00, que foi impugnado pelas partes. Intimado, o perito não concordou com a redução dos honorários. Em 09/02/2013, foi publicado despacho intimando as partes para se manifestarem acerca do requerimento do Ministério Público, que solicitou que as partes fizessem uma análise dos quesitos formulados e verificassem a real necessidade de resposta de todos eles. Assim, a Cemig e a Companhia, em 26/02/2013, protocolizaram petição informando que procedeu à análise dos quesitos anteriormente oferecidos e que constatou a impossibilidade de redução das 10 indagações apresentadas, ratificando, o inteiro teor da petição de fls. 1.246-48, na qual consta o rol de quesitos e a indicação de assistente técnico. Em 13/08/2013, foi proferido despacho deferindo o pedido no qual a empresa pleiteia a substituição processual da Cemig pela Companhia. Em 19/09/2013 foi expedido novo ofício à Associação de Peritos Judiciais, Árbitros, Conciliadores e Mediadores de Minas Gerais – ASPEJUDI reiterando o pedido de indicação de perito para a realização de prova pericial na área de engenharia civil nos autos da Ação Civil Pública. A ação se encontra em fase instrutória / pericial.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo Judicial de Natureza Regulatória	
Processo nº 20023400026509-0	
a. juízo	Justiça Comum Federal - 15ª Vara Federal de Brasília - DF
b. instância	2ª instância (TRF 1ª Região - Brasília - DF - 3ª Seção)
c. data de instauração	23/11/2002
d. partes no processo	Autor: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (“ <u>AES Sul</u> ”) Réus: Agência Nacional de Energia Elétrica, Companhia, Centrais Elétricas de Santa Catarina, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, Companhia Energética de Pernambuco, Companhia Energética do Rio Grande do Norte, Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Guaraniana Comércio e Serviços S.A. e Rosal Energia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 146.057.296,61
f. principais fatos	Em 04/11/2008, a Companhia impetrou Mandado de Segurança requerendo sua habilitação como assistente litisconsorcial passivo em Ação Ordinária ajuizada pela AES Sul contra a ANEEL, por meio da qual aquela autora requer a anulação do Despacho ANEEL nº 288/2002 que determinou as diretrizes de interpretação da Resolução ANEEL nº 290/2000, e assim, modificou a situação da AES Sul, de credora para devedora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), antecessor Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O pedido da Companhia para se habilitar como assistente litisconsorcial passivo se fundou no fato de que, caso a AES Sul fosse vitoriosa na Ação Ordinária e fosse considerada credora da CCEE, a Companhia teria que pagar o valor requerido pela AES Sul. A Companhia obteve liminar para suspender o depósito determinado em liquidação financeira no valor histórico e foi habilitada como assistente litisconsorcial passivo. Assim, a Companhia apresentou defesa refutando todos os argumentos trazidos pela AES Sul. Em 29 de junho de 2012, foi publicada sentença da lavra da Juíza Federal, da 15ª Vara Federal do DF, que julgou improcedentes os pedidos da AES-SUL, por entender que as regras de mercado traziam a obrigação do registro das quantidades de energia de Itaipu contratadas pelas concessionárias quotistas, pelo que não havia a possibilidade da opção pela contratação do “alívio de exposição”. Contra tal sentença, foi interposto Recurso de Apelação pela AES SUL. Ato contínuo, a AES SUL ajuizou

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	ação cautelar inominada requerendo a concessão de liminar para promover a antecipação de tutela recursal na apelação interposta nos autos da ação n. 2002.34.00.026509-0, com o intuito de proibir (i) que a requerente seja considerada inadimplente para com suas obrigações setoriais referentes ao período afetado pelo Despacho 288, e (ii) que a requerente seja considerada devedora e portanto, sofra cobranças de qualquer espécie, de quaisquer agentes do setor em decorrência de operações afetadas pelo Despacho 288 até o julgamento da apelação já interposta" A liminar foi deferida pelo TRF1 nos termos requeridos. O Recurso de Apelação e a Ação Cautelar Inominada estão pendentes de julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Tributária	
Processo nº 20063800022523-7	
a. juízo	Justiça Federal - 14ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG
b. instância	2ª instância (TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma)
c. data de instauração	10/07/2006
d. partes no processo	Autor: Companhia, CEMIG e Cemig Distribuição S.A. (" <u>Cemig Distribuição</u> ") Réu: Delegado da Receita Federal de Belo Horizonte
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 119.899.951,34, sendo R\$28.260.060,69 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	No ano de 2006, a CEMIG, a Cemig Distribuição e a Companhia pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos seus salários, sobre a qual não foi efetuada a retenção do Imposto de Renda, por ser considerado pelas referidas companhias que essa obrigação não incide sobre verbas indenizatórias. As companhias foram notificadas pela Receita Federal e pelo INSS, tendo em vista a divergência nos entendimentos. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, as companhias impetraram Mandado de Segurança, que

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>permitiu efetuar o depósito judicial no valor da potencial obrigação de IRPF. Em decisão de 16/02/2007, o pedido de liminar foi indeferido e a segurança vindicada foi denegada. Em maio/2007 os autos foram remetidos à Procuradoria Regional da República para apresentação de parecer. As Companhias interpuseram recurso de Apelação, que foi recebido em seu efeito devolutivo e está aguardando julgamento por parte do TRF da 1ª Região. Em 08/05/2008 foi apresentado Parecer do Ministério Público Federal opinando pelo improvimento do recurso de apelação, pois considerou que o “anuênio” possui natureza patrimonial, a qual não se desfigura em razão da forma de pagamento desse benefício, pelo que deve ser tributado pelo imposto de renda. Nota Cemig: O processo continua com o último andamento informado. Tanto o STJ, como o TRF da 1ª Região adotam o entendimento de que não há incidência do imposto em parcelas decorrentes da supressão de vantagens por meio de acordo coletivo, uma vez que tais valores possuem caráter indenizatório.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

Processo Judicial de Natureza Tributária	
Processo nº 20063800021839-6	
a. juízo	Justiça Comum Federal -20ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG
. instância	2ª instância (TRF 1ª Região (Brasília - DF) - 7ª Turma)
c. data de instauração	30/06/2006
d. partes no processo	<p>Autor: CEMIG, Companhia e Cemig Distribuição.</p> <p>Réu: Superintendente Regional do INSS/MG, FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas,</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Serviço Social da Indústria – SESI.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$98.932.348,38, sendo R\$23.318.059,25 de responsabilidade da Companhia.
f. principais fatos	<p>Em 2006, a CEMIG, a Companhia e a Cemig Distribuição pagaram aos seus empregados uma indenização pelo direito referente aos anuênios futuros. Nenhum valor de contribuição à Previdência Social foi coletado em relação a esses pagamentos, já que a opinião da Companhia é que tal tributo não se aplica. Como resultado, a Companhia recebeu notificações de infração do INSS. Para evitar o risco de multas, as referidas companhias impetraram Mandado de Segurança e a despeito do pedido ter sido julgado improcedente em 1ª instância, a análise da Companhia leva em consideração a natureza indenizatória desta verba e a ausência de jurisprudência específica no TRF-1 e no STJ. Em 30/06/2006, foi Impetrado Mandado de Segurança com Pedido de Liminar visando afastar a exigência da contribuição ao INSS (parte patronal, dos empregados e SAT) e da contribuição de terceiros (FNDE, INCRA, SESI, SENAI e SEBRAE) sobre os valores pagos aos empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento do Adicional por Tempo de Serviço - Anuênio. A liminar foi indeferida. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa, as companhias acima impetraram Mandado de Segurança, que permitiu efetuar o depósito judicial no valor das potenciais obrigações. Em 03/03/2008, foi publicada sentença que denegou a segurança. Em 25/01/2008 foi protocolada Apelação das aludidas companhias requerendo a reforma integral da sentença, para que seja reconhecido o direito das Apelantes de não reconhecerem as contribuições previdenciárias e de terceiros sobre os valores pagos a seus empregados a título de indenização pela perda do direito ao recebimento de “adicional por tempo de serviço”. O juiz recebeu a apelação tempestivamente interposta no efeito devolutivo. A Apelação foi incluída na pauta de julgamento do dia 22/05/2012, tendo sido desprovida, à unanimidade. Publicado Acórdão que negou provimento à Apelação rejeitando a alegação de que a verba discutida tem natureza indenizatória, o que enseja a contribuição previdenciária patronal e empregatícia respectiva, uma vez que ela integra o</p>

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	<p>salário de contribuição, advém a consequência natural de que sobre ela incidem, ainda, o adicional ao SAT, as contribuições a terceiros (SEBRAE, SESI e SENAI) e ao salário-educação (FNDE), exações que a jurisprudência abona por legais e constitucionais (STF, AI nº 622.981; RE nº 396.266). Por fim, restou consignado o entendimento de que o Adicional por Tempo de Serviço - anuênio deve integrar a folha de salários, atraindo também a contribuição ao INCRA, abonada pelo STJ (como CIDE) e pelo STF (como contribuição social). Opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CEMIG e CEMIG Distribuição, requerendo o provimento dos Embargos Declaratórios, para que seja sanada a omissão quanto à diferenciação entre a verba paga pelas Embargantes nos termos do Programa de Indenização do Adicional por tempo de serviço e o Adicional por Tempo de Serviço em si, ao qual os empregados renunciaram expressamente, mediante recebimento de indenização. Em 07/02/2013 foi publicado despacho que concedeu vista aos Embargados, pelo prazo legal, tendo em vista a oposição de Embargos de Declaração com efeitos infringentes pela CEMIG. Em 26/02/2013 foi juntado aos autos a Impugnação aos Embargos de Declaração opostos pela Companhia, CEMIG e CEMIG Distribuição. Em 10/05/2013, foi publicado acórdão, no qual o Relator Desembargador Federal Luciano Tolentino houve por bem rejeitar os Embargos de Declaração opostos pelas Empresas, sob o entendimento de que não houve omissão no acórdão recorrido. Em 27/05/2013 foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial. Em 06/09/2013 foram juntadas contrarrazões protocoladas em 20/08/2013 pelo SENAI e SESI aos nossos Recursos Especial e Extraordinário.</p>
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$50 milhões.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há provisionamento.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo Administrativo de Natureza Tributária	
Processo nº 106807250362010-21	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal / SRF - Belo Horizonte - MG
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	21/12/2010
d. partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal Réu: Companhia
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 69.592.668,03
f. principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, recebido em 21/12/2010, decorrente da suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias devidas à Seguridade Social, por parte da Companhia, relativas às competências de 01/2005 a 12/2006, incidentes sobre as seguintes rubricas: (i) pagamentos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados; (ii) pagamentos aos empregados a título de ticket-alimentação; (iii) pagamentos aos empregados a título de ajuda de custo para formação – auxílio-educação; (iv) não recolhimento da alíquota adicional sobre remunerações de empregados expostos a riscos no ambiente de trabalho. A Companhia apresentou defesa, em 01/02/2011. Em 18/09/2013 foi proferido acórdão da 8ª Turma da DRJ/BH que julgou parcialmente procedente a Impugnação da Cemig GT e corresponsáveis (Cemig H e Cemig D), tão somente para excluir os lançamentos sobre pagamentos de ticket alimentação/alimentação fornecida in natura, o que gerou a recomposição do débito em todos os processos conexos. Em 18/10/2013 foi interposto Recurso Voluntário, pela Cemig, requerendo a reforma parcial do Acórdão da DRJ, de modo que seja reconhecida a (i) decadência de parte do crédito tributário; (ii) a ausência de caráter salarial dos pagamentos realizados aos trabalhadores da Recorrente a título de PLR e auxílio educação; além da (iii) inexistência de solidariedade das demais empresas que compõe o seu grupo econômico.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto, em caso de perda do processo	Impacto negativo no resultado financeiro e operacional da Companhia, tendo em vista o critério estabelecido por sua Controladoria, que considera como relevantes os processos judiciais ou administrativos com valor superior a R\$ 50 milhões.
i. valor	Não há provisionamento.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

provisionado, se houver provisão	
-------------------------------------	--

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são partes e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

A Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, nos quais administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia figurem como partes contrárias.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Informações sobre processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são partes que não tenham sido divulgados nos itens acima:

A Companhia não é parte em processos sigilosos relevantes (no sentido de afetar negativamente a situação financeira ou resultados operacionais da Companhia e de suas controladas ou de influenciar negativamente a decisão de investimento na Companhia).

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, que não estão sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas são partes:

<p style="text-align: center;">Processos Administrativos de Natureza Tributária – Contribuições Previdenciárias</p>
--

A Receita Federal do Brasil instaurou diversos processos administrativos contra a Companhia, a Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), a Cemig Distribuição S.A. (“Cemig Distribuição”), incluídos os processos citados no item 4.3 relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados – PLR, programa de alimentação do trabalhador – PAT, auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a riscos no ambiente de trabalho, Serviço Social do Transporte – SEST e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, multa por descumprimento de obrigação acessória. As Companhias apresentaram as defesas e aguardam julgamentos. Em 31 de dezembro de 2013, o montante reivindicado nesses processos, incluídos os processos citados no item 4.3, cuja chance de perda foi avaliada como “possível” totalizava, aproximadamente, R\$693,3 milhões, sendo R\$104,7 milhões de responsabilidade da Companhia, e os processos em que avaliamos a chance de perda como “provável” totalizavam, aproximadamente, R\$12,5 milhões, sendo R\$10 milhões de responsabilidade da Companhia.

<p style="text-align: center;">Processos Administrativos de Natureza Tributária – Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários</p>

A Companhia, a CEMIG e a Cemig Distribuição figuram no polo passivo de diversos processos administrativos cujas respectivas decisões definitivas indeferiram as compensações de créditos dos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. As referidas companhias estão contestando a cobrança dos aludidos tributos pelo fisco federal. Em 31 de dezembro de 2013, os processos em que avaliamos a chance de perda como “possível”, totalizaram, aproximadamente R\$ 302,2 milhões, sendo R\$51,9 milhões de responsabilidade da Companhia, e os processos em que avaliamos as chances de perda como “provável” totalizaram, aproximadamente, R\$ 0,059 milhão, sendo de reponsabilidade apenas da CEMIG.

<p style="text-align: center;">Processos Judiciais de Natureza Ambiental – Lei Estadual nº 12.503/1997</p>

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas em desfavor da Companhia e da Cemig, demandando que essas companhias invistam no mínimo 0,5% (meio por cento) do valor da sua receita operacional anual na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos nos municípios onde estão localizadas suas usinas e indenização proporcional aos danos ambientais causados em decorrência de alegada omissão dessas companhias no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. Quatro dessas ações foram julgadas parcialmente procedentes, em 1ª e 2ª instâncias, com a condenação da Cemig e da Cemig Geração e Transmissão a investir o percentual de 0,5% ao ano da receita operacional bruta anual, desde 1997, em medidas de preservação e proteção ambiental dos mananciais hídricos existentes no município de Ouro Preto,

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Uberaba, Água Comprida, Campo Florido, Delta, Veríssimo, Ponte Nova e Araxá. Foram interpostos Recursos para Superior Tribunal de Justiça – STJ e para o Supremo Tribunal Federal, visto que as ações envolvem leis federais e matéria constitucional. Em 31 de dezembro de 2013, o valor envolvido nessas ações era de R\$107,7 milhões, e a chance de perda foi avaliada como “possível”.

Processos Judiciais de Natureza Ambiental – Áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros

A Companhia, a Cemig Distribuição e a Cemig são partes em diversos processos administrativos e judiciais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros. Em 31 de dezembro de 2013, os valores envolvidos nesses processos em que avaliamos a chance de perda como “provável” totalizaram, aproximadamente, R\$1,2 milhão, sendo R\$860 mil de responsabilidade da Companhia e os valores dos processos em que avaliamos a chance de perda como “possível” totalizaram, aproximadamente, R\$4 milhões, sendo R\$1,9 milhão de responsabilidade da Companhia. Esses processos também incluem outras ações civis públicas, nas quais os valores envolvidos não podem ser apurados com precisão, tendo em vista que a maioria dessas ações está relacionada a danos ambientais e contém pedidos de indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidos no curso dos processos, mediante a realização de perícias para apuração dos valores. Adicionalmente, como as ações civis públicas se referem a direitos coletivos, ações individuais podem ser ajuizadas visando reparações ou danos provenientes de decisões judiciais proferidas nas ações civis públicas.

Processos Judiciais de Natureza Trabalhista – Obrigações trabalhistas

A Companhia, a Cemig Distribuição e a Cemig são rés em diversas ações movidas por empregados próprios e empregados de empresas terceirizadas. Essas ações são relativas, de modo geral, a horas extras e adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas a terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadoria pela Forluz e ajustes salariais. De acordo com as leis do trabalho brasileiras, os reclamantes devem ajuizar ações para serviços não pagos no prazo de dois anos contados do término do contrato de trabalho (limitado a direitos que surgiram até cinco anos antes do ajuizamento da ação). Em 31/12/2013, o valor dos pleitos com chance de perda provável era de, aproximadamente, R\$146,2 milhões, sendo R\$21 milhões de responsabilidade da Companhia e com chance de perda possível era de, aproximadamente, R\$389,4 milhões, sendo R\$37,8 milhões de responsabilidade da Companhia.

Processos Administrativos e Judiciais de Natureza Cível – Processos patrimoniais e de responsabilidade civil

A Companhia, a Cemig e a Cemig Distribuição são partes em diversos processos administrativos e judiciais, principalmente como rés, relativos a ações patrimoniais, bem como de indenização envolvendo a matéria de responsabilidade civil, decorrentes de acidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2013, os processos em que a chance de perda foi avaliada como “provável” totalizaram,

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

aproximadamente, R\$26,7 milhões, sendo R\$1,4 milhão de responsabilidade da Companhia e os processos em que a chance de perda foi avaliada como “possível” totalizaram, aproximadamente, R\$122,7 milhões, sendo R\$4,2 milhões de responsabilidade da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores:

Processo Judicial de Natureza Regulatória

A Cemig Geração e Transmissão impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ministro de Minas e Energia com o objetivo de assegurar o direito dessa companhia relativo à prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (UHE Jaguará), nos termos da Cláusula 4ª do Contrato de Concessão nº 007/1997, observando-se as bases originais deste Contrato, anteriores à Lei nº 12.783/2013. A Companhia obteve provimento liminar, ainda em vigor, para continuar à frente da exploração comercial da UHE Jaguará até que este Mandado de Segurança seja julgado. A contingência desta ação, está classificada como de perda “possível” em razão de sua natureza e da complexidade envolvida no caso concreto. Neste contexto, é de se reconhecer como elementos configuradores da contingência a singularidade do Contrato de Concessão nº 007/1997, o ineditismo da matéria, e que a ação proposta configura-se em leading case na discussão do Judiciário sobre a prorrogação de concessões.

Processo Judicial de Natureza Regulatória

A Cemig Geração e Transmissão, bem como suas subsidiárias, são representadas pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE em ação judicial em que esta associação pretende que seja judicialmente declarada a invalidade dos artigos 2º e 3º Resolução CNPE 3, de 06/03/2013, que determinam, em síntese, que o Operador Nacional do Sistema – ONS poderá, adicionalmente ao indicado pelos programas computacionais, despachar recursos energéticos ou mudar o sentido do intercâmbio entre submercados e que o custo do despacho adicional será rateado entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada. Tais determinações representam ônus aos Agentes Geradores do mercado, o que os levou, por suas associações, entre elas a APINE, a questionarem judicialmente a legalidade desta Resolução. O processo ainda se encontra em primeira instância, sendo que o seu valor atualizado, para a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias, conforme divulgado nas demonstrações financeiras da Cemig, em 31 de dezembro de 2013, era de aproximadamente R\$ 109 milhões e a probabilidade de perda foi avaliada como “possível”.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas nos itens anteriores:

Processo Judicial de Natureza Regulatória

A Cemig Geração e Transmissão impetrou Mandado de Segurança contra ato do Ministro de Minas e Energia com o objetivo de assegurar o direito dessa companhia relativo à prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (UHE Jaguará), nos termos da Cláusula 4ª do Contrato de Concessão nº 007/1997, observando-se as bases originais deste Contrato, anteriores à Lei nº 12.783/2013. A Companhia obteve provimento liminar, ainda em vigor, para continuar à frente da exploração comercial da UHE Jaguará até que este Mandado de Segurança seja julgado. A contingência desta ação, está classificada como de perda “possível” em razão de sua natureza e da complexidade envolvida no caso concreto. Neste contexto, é de se reconhecer como elementos configuradores da contingência a singularidade do Contrato de Concessão nº 007/1997, o ineditismo da matéria, e que a ação proposta configura-se em leading case na discussão do Judiciário sobre a prorrogação de concessões.

Processo Judicial de Natureza Regulatória

A Cemig Geração e Transmissão, bem como suas subsidiárias, são representadas pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE em ação judicial em que esta associação pretende que seja judicialmente declarada a invalidade dos artigos 2º e 3º Resolução CNPE 3, de 06/03/2013, que determinam, em síntese, que o Operador Nacional do Sistema – ONS poderá, adicionalmente ao indicado pelos programas computacionais, despachar recursos energéticos ou mudar o sentido do intercâmbio entre submercados e que o custo do despacho adicional será rateado entre todos os agentes de mercado, proporcionalmente à energia comercializada. Tais determinações representam ônus aos Agentes Geradores do mercado, o que os levou, por suas associações, entre elas a APINE, a questionarem judicialmente a legalidade desta Resolução. O processo ainda se encontra em primeira instância, sendo que o seu valor atualizado, para a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias, conforme divulgado nas demonstrações financeiras da Cemig, em 31 de dezembro de 2013, era de aproximadamente R\$ 109 milhões e a probabilidade de perda foi avaliada como “possível”.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), as taxas de inflação anuais brasileiras em 2011 e 2012 e 2013 foram 6,0%, 5,84% e 5,91%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira em geral tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2013, o real se desvalorizou 14,69 % frente ao dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o real se desvalorizará novamente ou se desvalorizará em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia não se encontra exposta a taxa de cambio.

Risco de Taxa de juros

Risco de taxa de juros, decorrente das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). A Companhia possui

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

quase a totalidade de equivalentes de caixa, e 46% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros (“CDI”).

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam um passivo exposto à variação da taxa de juros no valor de R\$1.884 milhões (R\$2.064 milhões em 31 de dezembro de 2012).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda do tipo de contrato (Receita Anual Permitida) e da diversificação dos clientes de transmissão e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia elétrica não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.811.374	1.919.485
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	343.364	310.851
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	6.076	33.951
Perdas na Alienação de Investimentos	94.080	-
Equivalência Patrimonial	(350.177)	(537.364)
Juros e Variações Monetárias	429.919	484.835
Imposto de Renda e Contribuição Social	601.907	568.025
Ganho Líquido na indenização de ativos	(20.673)	(192.311)
Provisões para Perdas Operacionais	54.864	6.248
Obrigações Pós-Emprego	61.029	51.145
	3.031.763	2.644.865
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(178.687)	(46.576)
Tributos Compensáveis	(159.601)	(5.545)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(202.321)	(55.486)
Transporte de Energia	36.354	794
Ativo Financeiro	286.004	52.533
Depósito Judiciais	(315)	(8.848)
Dividendos Recebidos	185.050	317.525
Outros	(5.261)	(16.999)
	(38.777)	237.398
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	7.671	90.060
Tributos e Contribuição Social	7.937	714
Salários e Contribuições Sociais	(8.669)	(5.702)
Encargos Regulatórios	(15.784)	(9.942)
Obrigações Pós-Emprego	(40.957)	(44.807)
Concessões a pagar	17.564	49.570

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Outros	5.678	13.176
	(26.560)	93.069
Caixa Gerado nas Operações	2.966.426	2.975.332
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(456.294)	(571.846)
Juros Pagos	(329.503)	(495.774)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.180.629	1.907.712
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Investimentos	(327.038)	(395.060)
Caixa recebido na Alienação de Investimentos	71.429	-
No Imobilizado	(30.600)	(78.298)
No Intangível	(12.690)	(33.417)
No Ativo Financeiro	(91.176)	(107.304)
Em Títulos e Valores Mobiliários	(95.653)	(315.714)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(485.728)	(929.793)
	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	-	2.365.443
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(663.573)	(2.785.543)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(225.540)	(219.844)
Dividendos Pagos	(207.766)	(979.132)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.096.879)	(1.619.076)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	598.022	(641.157)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	509.152	1.150.309
No fim do exercício	1.107.174	509.152
	598.022	(641.157)

Fonte: Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes pertinentes a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	08/09/2004
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (empresa de economia mista).
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/10/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico

A Companhia foi constituída em 8 de setembro de 2004, sob a forma de sociedade por ações, como subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), nos termos da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, como resultado do processo de desverticalização da CEMIG, uma vez que a CEMIG era uma sociedade que atuava de forma integrada, concentrando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Em referido processo, a totalidade dos ativos operacionais e não operacionais da CEMIG relacionados às atividades de geração e transmissão foram transferidos à Companhia, juntamente com os demais direitos e obrigações decorrentes da prestação de tais serviços.

As operações da Companhia tiveram início em 1º de janeiro de 2005, sendo que a Companhia teve a sua abertura de capital autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 10 de outubro de 2006. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores e ela é hoje registrada na CVM como emissor categoria B, de acordo com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Por deter 100% do capital social da Companhia, a CEMIG detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia e adotar soluções que julgue necessárias à defesa dos seus interesses e ao seu desenvolvimento. A CEMIG, por sua vez, é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, constituída em 1952 para oferecer ao Estado de Minas Gerais a infraestrutura necessária para alavancar o seu desenvolvimento. Atualmente, a CEMIG atua como *holding* do Grupo CEMIG, controlando e centralizando todas as decisões do Grupo.

A Companhia tem por objeto, de acordo com o artigo 2º de seu Estatuto Social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social. As referidas atividades poderão ser exercidas diretamente pela Companhia ou por intermédio de sociedades por ela constituídas, ou de que venha a participar, majoritariamente ou minoritariamente, mediante deliberação do Conselho de Administração da CEMIG, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 8.655, de 18 de setembro de 1984, com a redação dada pela Lei nº 15.290, de 4 de agosto de 2004, e prévia autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

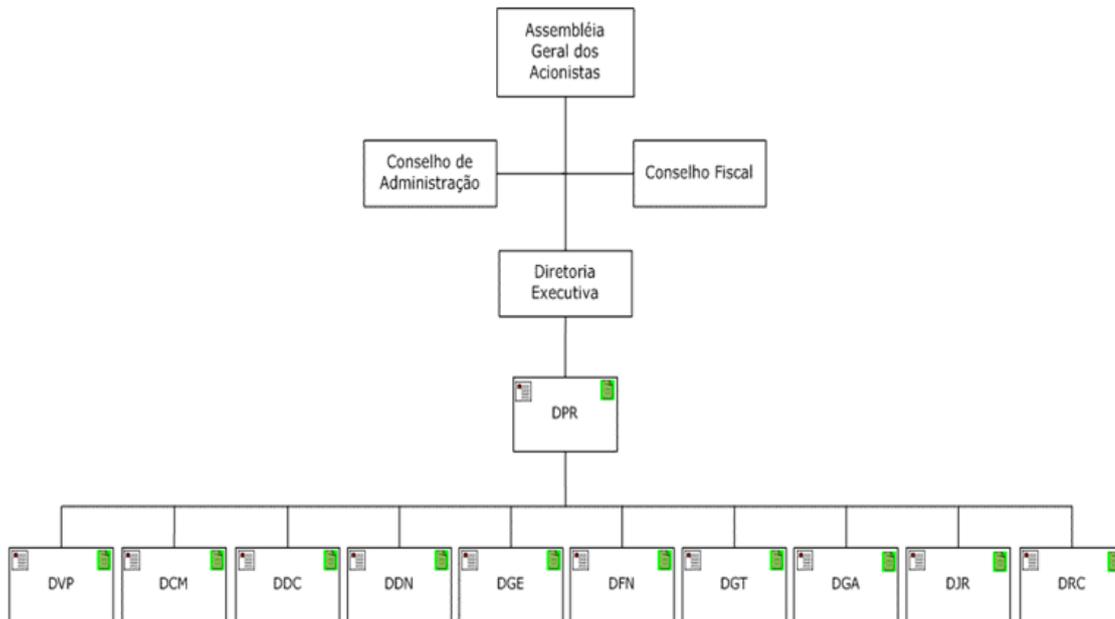
A administração da Companhia é realizada por meio de uma estrutura corporativa que permite padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras, além de proporcionar importante economia por meio de processos sinérgicos mais eficientes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é uma subsidiária integral da CEMIG e mantém a mesma estrutura organizacional de sua

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

controladora, a qual é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, pela presidência, vice-presidência e por nove diretorias, cujas responsabilidades são determinadas pelo Conselho de Administração, em conformidade com seus respectivos Estatutos Sociais. Desta forma, é possível padronizar ações técnicas, comerciais, administrativas e financeiras. Segue a estrutura organizacional da Companhia e da CEMIG na data deste Formulário de Referência:



DPR – Presidência

DVP – Diretor Vice Presidente

DCM – Diretoria Comercial

DDC – Diretoria de Distribuição e Comercialização(*)

DDN – Diretoria de Desenvolvimento de Negócios

DGE – Diretoria de Gestão Empresarial

DFN – Diretoria de Finanças e Relações com Investidores

DGT – Diretoria de Geração e Transmissão

DGA – Diretoria de Gás

DJU – Diretoria Jurídica

DRC – Diretoria de Relações Institucionais e Comunicação

(*) A Companhia não possui designação específica para a Diretoria de Distribuição e Comercialização, que atua apenas na CEMIG Distribuição S.A.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

I. Aquisição de participação em empresas de transmissão da Abengoa

a. Evento

Aquisição de participação acionária em empresas de transmissão de energia elétrica detidas pela Abengoa.

b. Principais condições do negócio

Em 30 de novembro de 2011, a TAESA concluiu a aquisição dos ativos do Grupo ABENGOA, do seguinte modo:

(i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A. – UNISA (anteriormente Abengoa Participações Holding S.A.), que detinha 100% do capital social total das companhias de transmissão STE – Sul Transmissora de Energia S.A. (“STE”), ATE Transmissora de Energia S.A. (“ATE”), ATE II Transmissora de Energia S.A. (“ATE II”), e ATE III Transmissora de Energia S.A. (“ATE III”), e

(ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. UNISA e pela Abengoa Construção Brasil Ltda., em conjunto com a Abengoa Concessões e UNISA no capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A..

Posteriormente, em 03 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA.

c. Sociedades envolvidas

TAESA, Abengoa Concessões, Abengoa Construção, UNISA, STE, ATE, ATE II, ATE III e NTE.

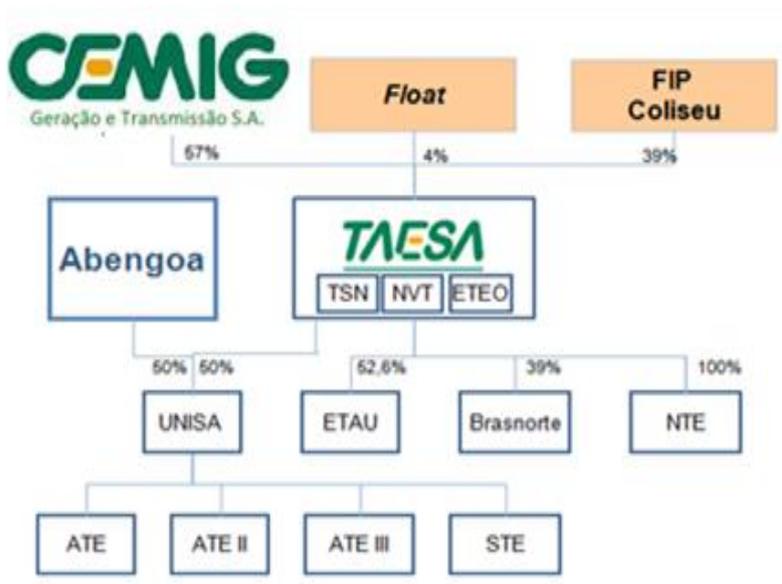
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A TAESA passou a deter: (i) 100% da participação no capital social da UNISA, detentora de 100% do capital social da ATE, ATE II, ATE III e STE; e (ii) 100% do capital social da NTE.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

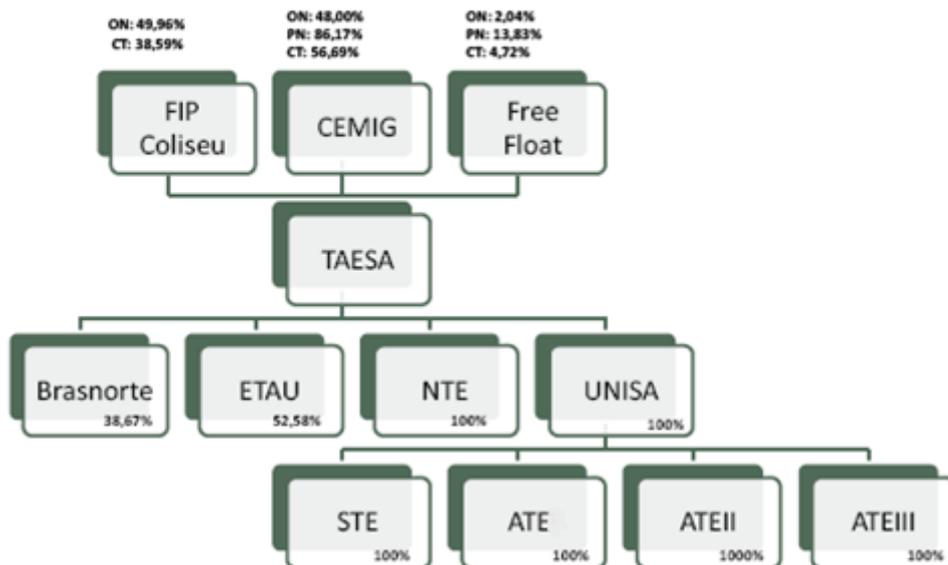
e. Quadro societário antes e depois da operação

Em 30 de novembro de 2011



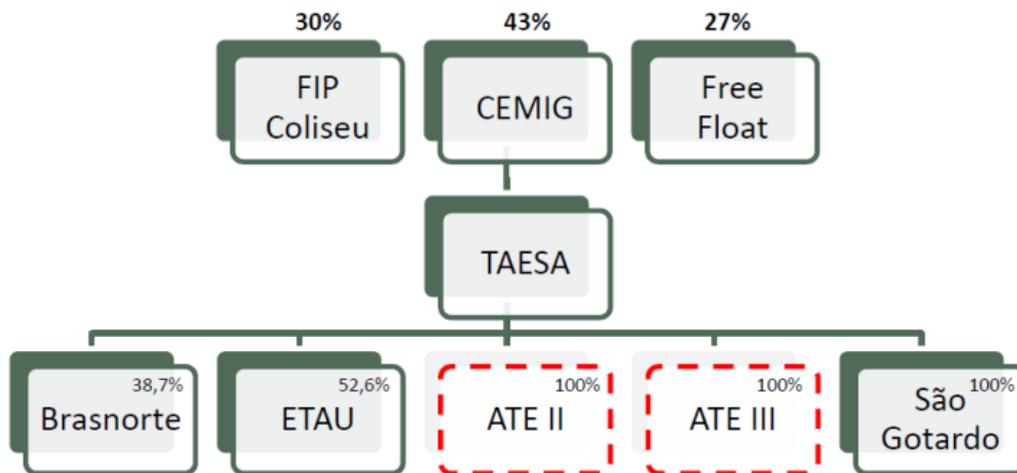
A estrutura abaixo permaneceu de 03/07/12, até a incorporação de NTE, UNISA, STE e ATE em 31/01/2013, pela TAESA, sendo que as participações na TAESA foram alteradas em decorrência da oferta pública de ações da TAESA (IPO).

Estrutura do Negócio



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Abaixo demonstramos a Estrutura do Negócio após as incorporações, incluindo a SPE São Gotardo Transmissora de Energia S.A., constituída para construção, operação e manutenção da Subestação São Gotardo 2, referente ao Lote E do Leilão Aneel 005/2012, do qual a Taesa sagrou-se vencedora, que investirá cerca de R\$ 31 milhões e detém a participação de 100% na SPE.



II. Aquisição de participação na Norte Energia S.A – UHE Belo Monte

a. Evento

Aquisição de participação na Norte Energia S.A. (Usina Hidrelétrica Belo Monte).

b. Principais condições do negócio

A Companhia adquiriu por meio de sua coligada Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”), 9,77% do capital social da Norte Energia S.A. (“Norte Energia”), empresa detentora da concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Em 25 de outubro de 2011, a Amazônia Energia assinou contratos de compra de ações com seis empresas que detinham, no total, uma participação de 9,77% na Norte Energia.

O preço de aquisição correspondia ao montante das injeções de capital efetuadas pelos vendedores, ajustado pelo IPCA até 26 de outubro de 2011, no montante de R\$118.691.102,79.

A operação envolvendo a participação da Amazônia Energia como acionista da Norte Energia foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Norte Energia e pelo Conselho de Administração da Companhia e o da Light. A agência reguladora brasileira de energia elétrica, a ANEEL, foi informada acerca da operação, que foi submetida ao

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), de acordo com a Lei 8884/94.

c. Sociedades envolvidas

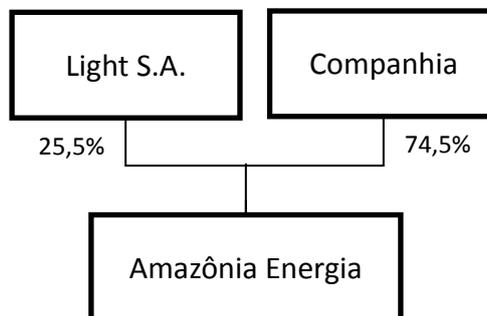
Amazônia Energia Participações S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., Light S.A., Norte Energia S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., Construtora OAS Ltda., Contern Construções e Comércio Ltda., Cetenco Engenharia S.A., Galvão Engenharia S.A. e J. Malucelli Construtora de Obras S.A.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

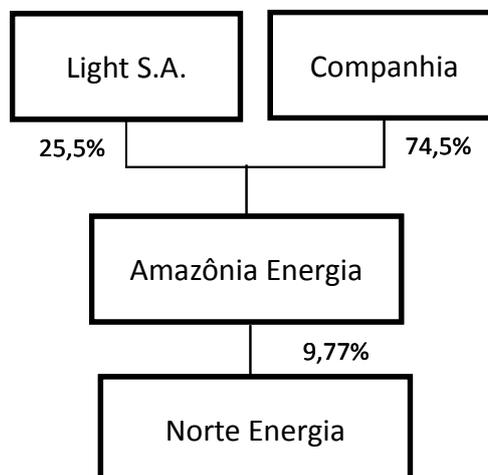
A Amazônia Participações, coligada da Companhia, passou a deter participação societária equivalente a 9,77% do capital social da Norte Energia.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Antes



Depois



6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

III. Participação Acionária da Light Energia em Guanhães Energia S.A.

a. Evento

Aquisição de participação acionária da Light Energia em Guanhães Energia S.A.

b. Principais condições do negócio

Em 10 de fevereiro de 2012 a Light S.A. comunicou a aprovação da aquisição, pela Light Energia S.A. (“Light Energia”), de 26.520.000 ações ordinárias da classe A da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) equivalentes a 51% de participação no seu capital social, pelo montante de R\$25.000.000,00. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), Dores de Guanhães, Fortuna II, Jacaré e Senhora do Porto, possuem em conjunto potência instalada de 44 MW e garantia física de 25,03 MW médios. A entrada em operação comercial da primeira PCH estava prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. As licenças de instalação já foram emitidas e o investimento total estimado na construção das PCHs é de R\$ 269,2 milhões em moeda corrente, dos quais R\$ 118,0 milhões correspondiam ao aporte de capital próprio total dos acionistas da Guanhães Energia, cabendo à Light Energia o montante de R\$ 60,2 milhões. A aquisição acima mencionada estava condicionada à anuência prévia da ANEEL e foi submetida CADE.

Em 28 de agosto de 2012, a Light celebrou o Termo Definitivo de Fechamento com a Investminas Participações, por meio do qual adquiriu 51% de participação no seu capital social, pelo preço de R\$26.586.219,15. Em razão da celebração do Termo de Fechamento, foi também celebrado e arquivado, na sede da Guanhães Energia, o 1º Termo Aditivo ao Acordo de Acionistas da Guanhães Energia, tendo a Investminas, a Light Energia e a Companhia como partes, e a Guanhães Energia como interveniente-anuente, de forma a prever a saída da Investminas e a admissão da Light Energia aos termos e condições do Acordo de Acionistas.

c. Sociedades envolvidas

Light S.A., Light Energia, Guanhães Energia e Companhia.

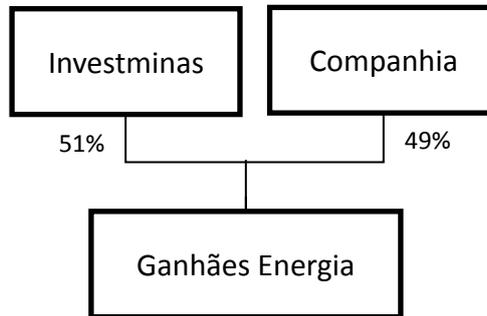
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A Light Energia adquiriu 26.520.000 ações ordinárias da classe A da Guanhães Energia S.A., equivalentes a 51% de participação no seu capital social. A Companhia detinha 49% de participação no capital social da Guanhães Energia.

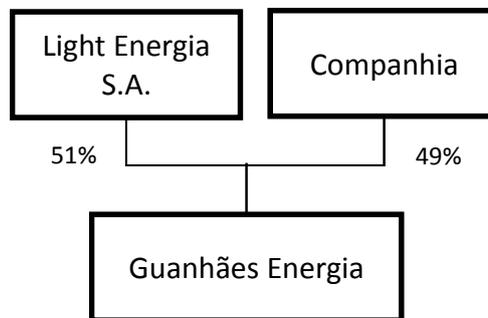
6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

e. Quadro societário antes e depois da operação

Antes



Depois



IV. Participação Acionária da TAESA em Ativos de Transmissão

a. Evento

Participação Acionária da TAESA em ativos de transmissão.

b. Principais condições do negócio

Em 17 de maio de 2012, a TAESA celebrou contrato com a Companhia, e sua controladora, Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), o qual estabeleceu os termos e condições da operação de reestruturação societária de consolidação dos ativos de transmissão de energia elétrica da CEMIG em um único veículo, a TAESA. Referida reestruturação societária foi implementada por meio da transferência, para a TAESA, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG e pela Companhia, direta ou indiretamente, nas seguintes concessionárias de transmissão de energia elétrica: (i) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”), (ii) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”), (iii) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”), (iv) Empresa Regional de

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”), (v) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”), (vi) Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”), (vii) Sistema Catarinense de Transmissão S.A. (“STC”), (viii) Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (“ESDE”), (ix) Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Lumitrans”), e (x) Empresa Serrana de Transmissão de Energia S.A. (“ETSE”). Dentro do escopo dessa reestruturação societária, a TAESA desembolsou o valor de R\$1,73 bilhões, sendo R\$1,67 bilhões para a CEMIG e R\$64 milhões para Companhia, corrigido pelo CDI, a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

c. Sociedades envolvidas

ECTE, ERTE, ENTE, ETEP, EATE, EBTE, CEMIG, Companhia e TAESA.

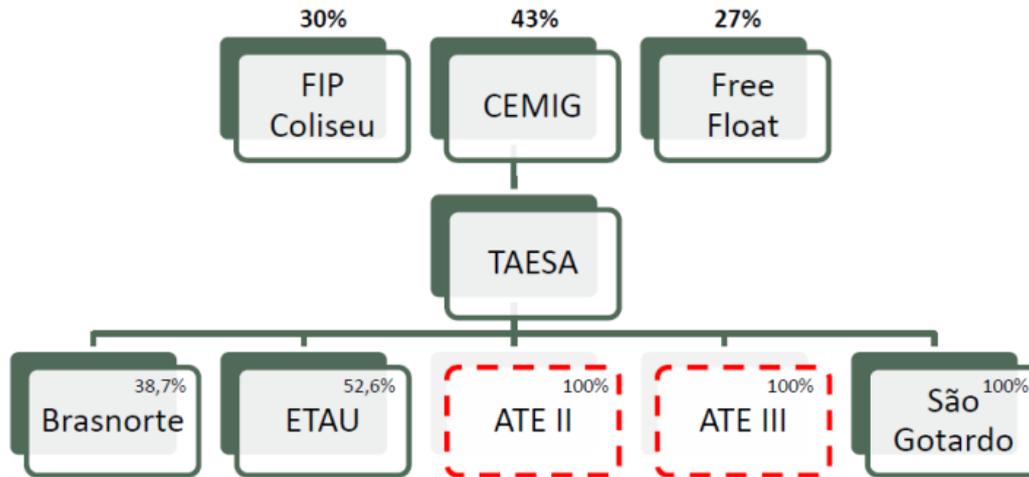
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

A TAESA passou a deter as seguintes participações acionárias: (i) 49,98% do capital social da EATE; (ii) 19,09% do capital social da ECTE; (iii) 49,99% do capital social da ENTE; (iv) 49,99% do capital social da ERTE; (v) 49,98% do capital social da ETEP; (vi) 74,49% do capital social da EBTE (considerando participação de 49% da TAESA e indireta por meio da EATE de 51%, observado que a TAESA possui 49,98% das ações da EATE); (vii) 39,98% do capital social da STC (considerando participação indireta de 80% por meio da EATE, observado que a TAESA possui 49,98% das ações da EATE); (viii) 49,98% do capital social da ESDE (considerando participação indireta por meio da ETEP, observado que a TAESA possui 49,98% das ações da ETEP); (ix) 39,98% do capital social da Lumitrans (considerando participação indireta de 80% por meio da EATE, observado que a TAESA possui 49,98% das ações da EATE); e (x) 19,09% do capital social da ETSE (considerando participação indireta por meio da ECTE, observado que a TAESA possui 19,09% das ações da ECTE).

e. Quadro societário antes e depois da operação

A participação acionária da Companhia no capital social total da TAESA permaneceu em 43,36%.

Antes

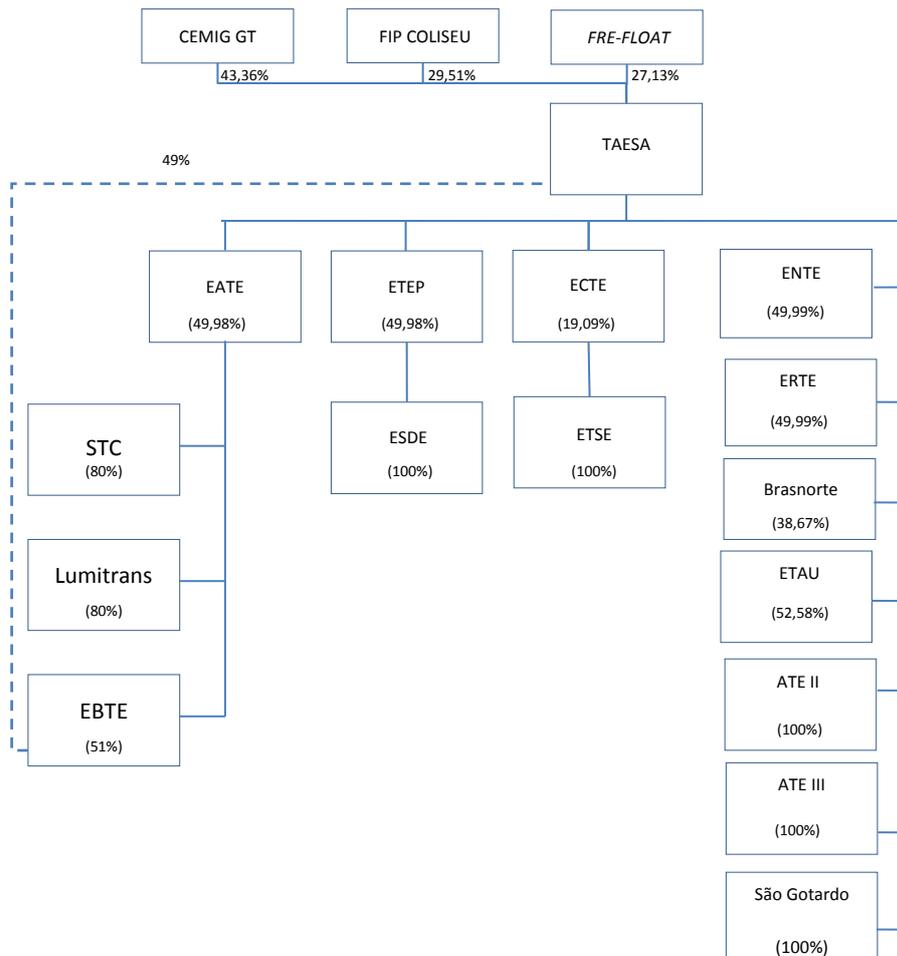
6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Após a operação a Taesa passou a deter as seguintes participações acionárias:

EATE	49,98%	EBTE	74,49%
ECTE	19,09%	STC	39,98%
ENTE	49,99%	ESDE	49,98%
ERTE	49,99%	Lumitrans	39,98%
ETEP	49,98%	ETSE	19,09%

Depois

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação



V. Reestruturação societária da TAESA

a. Evento:

Reestruturação societária da TAESA

b. Principais Condições do Negócio

A Taesa incorporou várias empresas do grupo nas quais a Companhia detinha participação de 100% e cuja incorporação traria ganhos econômico-financeiros e de simplificação da estrutura societária. A incorporação de subsidiárias integrais apresenta como principal vantagem o fortalecimento econômico-financeiro da Holding TAESA para realizar novos negócios alavancados, uma vez que concentra nessa Holding a geração de caixa das concessões incorporadas.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Em janeiro de 2013, as subsidiárias integrais Sul Transmissora de Energia S.A. (“STE”), ATE Transmissora de Energia S.A. (“ATE”) e Nordeste Transmissora de Energia S.A. (“NTE”) foram incorporadas à TAESA e, em junho de 2013, o mesmo ocorreu com a ATE II.

Em 31 de maio de 2013, foi concluída a transferência para a TAESA da totalidade da participação acionária da CEMIG no capital social das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE pelo valor de R\$ 1.691 milhões (correspondente ao valor definido na data do contrato assinado em 17 de maio de 2012 de R\$1.732 milhões, corrigido pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI desde 31 de dezembro de 2011 até a data de conclusão da operação e descontado dos dividendos e juros sobre o capital próprio declarados nesse período).

c. Sociedades Envolvidas

Companhia; Cemig, Taesa, STE, ATE, ATE II, ATE III, UNISA, NTE, ECTE; ERTE; ENTE; ETEP; EATE e EBTE.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

Ver item “d” dos eventos I e IV.

e. Quadro societário antes e após a operação:

Ver item “e” dos eventos I e IV.

VI. Aquisição pela Companhia de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH

a. Evento:

Aquisição pela Companhia de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH.

b. Principais Condições do Negócio

Em 14 de junho de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A (“PETROBRAS”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da BRASIL PCH (“CCVA Brasil PCH”).

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Em 8 de agosto de 2013 a Companhia celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“RENOVA”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e CHIPLEY, tendo como objetivo regular a entrada da Companhia no bloco de controle da RENOVA, bem como a estruturação da CHIPLEY, sociedade com participação da Companhia e da RENOVA, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da BRASIL PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da BRASIL PCH, exercerá o seu direito de venda conjunta (“tag along”). Portanto, a CHIPLEY adquiriu 51% de participação na BRASIL PCH (49% detidos pelo PETROBRAS e 2% detidos pela Jobelpa), passando a compartilhar seu controle. O preço de emissão das ações da Renova será de R\$ 16,2266 por ação ordinária, sendo que a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Companhia será de R\$ 1.415 milhões. Os valores mencionados serão atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro de 2012. A conclusão da transação foi devidamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

c. Sociedades Envolvidas

Companhia, PETROBRAS, RENOVA, Brasil PCH e CHIPLEY.

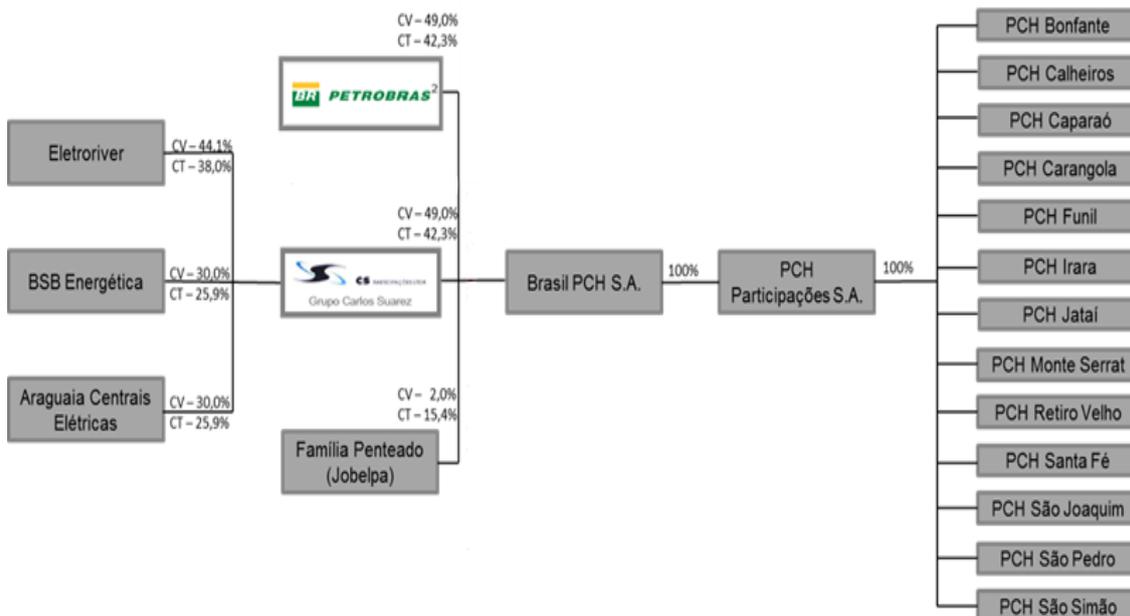
d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

A Chipley SP adquiriu 51% de participação na Brasil PCH (49% detidos pelo Petrobras e 2% detidos pela Jobelpa), passando a compartilhar seu controle.

e. Quadro societário antes e após a operação:

Antes:

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação



Depois:

Brasil PCH	Capital Total
Grupo Carlos Suarez	49%
Chipleys SP Participações S.A.	51%
Chipleys SP Participações S.A.	Capital Total
Renova	59%
Cemig GT	40%
Renovapar	1%

A Brasil PCH S.A. participa integralmente da PCH Participações S.A., que possui 13 SPes de Geração, conforme demonstrado no organograma acima, não houve alteração acionária. A inclusão no organograma do Grupo Cemig ocorreu em janeiro de 2014.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

VII. Transferência de controle da TAESA da Companhia para a CEMIG

a. Evento:

Transferência de controle da TAESA da Companhia para a CEMIG.

b. Principais Condições do Negócio

Em 24 de outubro de 2013 os titulares de debêntures das 2ª e 3ª emissões da Companhia, reunidos em Assembleias Gerais de Debenturistas, anuíram à redução do Capital Social da Companhia de R\$3.296.785.358,90 para R\$893.192.096,76 em decorrência da transferência das ações de emissão da TAESA para a Companhia, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

c. Sociedades Envolvidas

Companhia, Cemig e TAESA.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor.

Não houve modificação no percentual societário da TAESA, somente transferência de controle.

e. Quadro societário antes e após a operação:

Não houve modificação no percentual societário da TAESA, somente transferência de controle. Ver Grupo Econômico atual no item 8.2 deste Formulário.VIII. Criação da Aliança Geração de Energia S.A.

a. Evento:

Criação da Aliança Geração de Energia S.A.

b. Principais Condições do Negócio:

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Em 19 de dezembro de 2013, foram celebrados documentos comerciais e societários entre a Companhia e a Vale S.A. para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S.A., que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica. A empresa será constituída pelas partes mediante o aporte de suas participações dos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga e possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. Vale e Companhia deterão, respectivamente, 55% e 45% do capital total. A participação da Companhia foi avaliada em R\$2,03 bilhões. Com a associação a Companhia eleva o seu potencial de gerar novos negócios e maximizar resultados, em virtude da combinação das experiências em gestão operacional, financeira e de projetos.

c. Sociedades Envolvidas:

Companhia e Vale S.A..

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Vale S.A. e Companhia deterão, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta nova empresa. Está em processo de formalização e até a presente data não foi incorporado ao Grupo Cemig.

e. Quadro societário antes e após a operação:

Inclusão da empresa Aliança Geração de Energia S.A. na Companhia, com 45% de participação. Está em processo de formalização e até a presente data não foi incorporada ao organograma do Grupo Cemig.

IX. Aquisição de participação na Aliança Norte Energia Participações:

a. Evento:

Aquisição de participação na Aliança Norte Energia Participações

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

b. Principais Condições do Negócio:

Em 19 de dezembro de 2013, Companhia e Vale negociaram pela aquisição da Companhia, de 49% de participação da futura empresa Aliança Norte Energia Participações S.A., que deterá a participação dos 9% da Norte Energia S.A. pertencentes à Vale S.A.. O preço aproximado de R\$206 milhões, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de dezembro de 2013 e será pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a Companhia passa a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

c. Sociedades Envolvidas:

Companhia, Aliança Norte Energia Participações S/A, Norte Energia S/A e Vale S/A.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Companhia terá 49% de participação na empresa Aliança Norte Energia Participações S.A., que deterá a participação dos 9% da Norte Energia S.A.. Está em processo de formalização e até a presente data não foi incorporado ao Grupo Cemig.

e. Quadro societário antes e após a operação:

Inclusão da empresa Aliança Norte Energia Participações S.A. na Companhia, com 49% de participação, e os restantes 51% continuarão com a Vale S.A., que possui atualmente os 100%. A Aliança Norte Energia Participações S.A. tem participação de 9% da Norte Energia S.A.. Está em processo de formalização e até a presente data não foi incorporada ao organograma do Grupo Cemig.

X. Aumento de participação na Madeira Energia

a. Evento:

Aumento de participação na Madeira Energia

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

b. Principais Condições do Negócio:

Em 11 de março de 2014, o Fundo de Investimento em Participações Melbourne – FIP Melbourne, do qual a Companhia é cotista, representado pelo BANCO MODAL S.A., na condição de Comprador, celebrou, com a Andrade Gutierrez Participações S.A., na condição de Vendedora, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 83% do capital social total e 49% das ações com a direito a voto da SAAG Investimentos S.A., que deterá até a data de conclusão da transação, 12,4% de participação na Madeira Energia S.A.. O preço desta aquisição será de R\$835.385, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA verificada entre 31 de dezembro de 2013 e a Data de Fechamento, acrescidos dos aportes de capital realizados pela AGP na SAAG até a Data de Fechamento e deduzido dos eventuais dividendos declarados pela SAAG à AGP até a Data de Fechamento. A conclusão da transação permanece sujeita a outras condições suspensivas, dentre as quais as aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

c. Sociedades Envolvidas:

Companhia, Fundo de Investimento em Participações Melbourne – FIP Melbourne, BANCO MODAL S.A, Andrade Gutierrez Participações S.A., SAAG Investimentos S.A.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Companhia terá acréscimo de 12,4% de participação na Madeira Energia S.A.. Está em processo de formalização e até a presente data não foi incorporado ao Grupo Cemig.

e. Quadro societário antes e após a operação:

Está em processo de formalização e até a presente data não foi incorporado ao organograma do Grupo Cemig.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

XI. Incorporação da Cemig Capim Branco S.A. pela Cemig GT:

a. Evento:

Incorporação da Cemig Capim Branco S.A. pela Cemig GT

b. Principais Condições do Negócio:

No dia 27/02/2015, a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Cemig deliberou autorizar a incorporação da Cemig Capim Branco Energia S.A. pela Cemig GT e, após, a sua consequente extinção. A incorporação consiste na transferência da Cemig para a Cemig GT das participações diretas e indiretas detidas por Cemig Capim Branco, equivalentes a 26,4752% das UHEs Amador Aguiar I e II, sendo que, desse total, Capim Branco detém de forma direta 21,0526% das UHEs Amador Aguiar I e II e Capim Branco detém 30,3030% do capital social da Epícares Empreendimentos e Participações Ltda. que, por sua vez, detém 17,8947% das UHEs Amador Aguiar I e II.

Essa incorporação era uma das condições precedentes para a integralização na Aliança Geração de Energia S.A., das participações detidas por Vale S.A. e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga (a “Associação”).

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel aprovou a transferência das quotas partes detidas pela Cemig Capim Branco, pela Vale e pela Epícares na concessão compartilhada das UHEs Amador Aguiar I e II para a Aliança, por meio da Resolução Autorizativa Aneel nº 4.954/2014, publicada no Diário Oficial da União de 05/12/2014.

Em decorrência da incorporação, houve aumento do capital social da Cemig GT de R\$1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para R\$1.837.710.409,94 (um bilhão, oitocentos e trinta e sete milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e nove reais e noventa e quatro centavos), sem emissão de novas ações, bem como a consequente alteração do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Cemig GT.

c. Sociedades Envolvidas:

Companhia, CEMIG, Cemig Capim Branco Energia S.A., UHEs Amador Aguiar I e II, Epícares Empreendimentos e Participações Ltda., Aliança Geração de Energia S.A. e Vale S.A.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A Companhia possui acionista único, não havendo, portanto, efeitos resultantes da operação no quadro acionário.

e. Quadro societário antes e após a operação:

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Está em processo de formalização e até a presente data não foi incorporado ao organograma do Grupo Cemig.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6. Informações de pedido de falência fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia

A Companhia não está sujeita à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

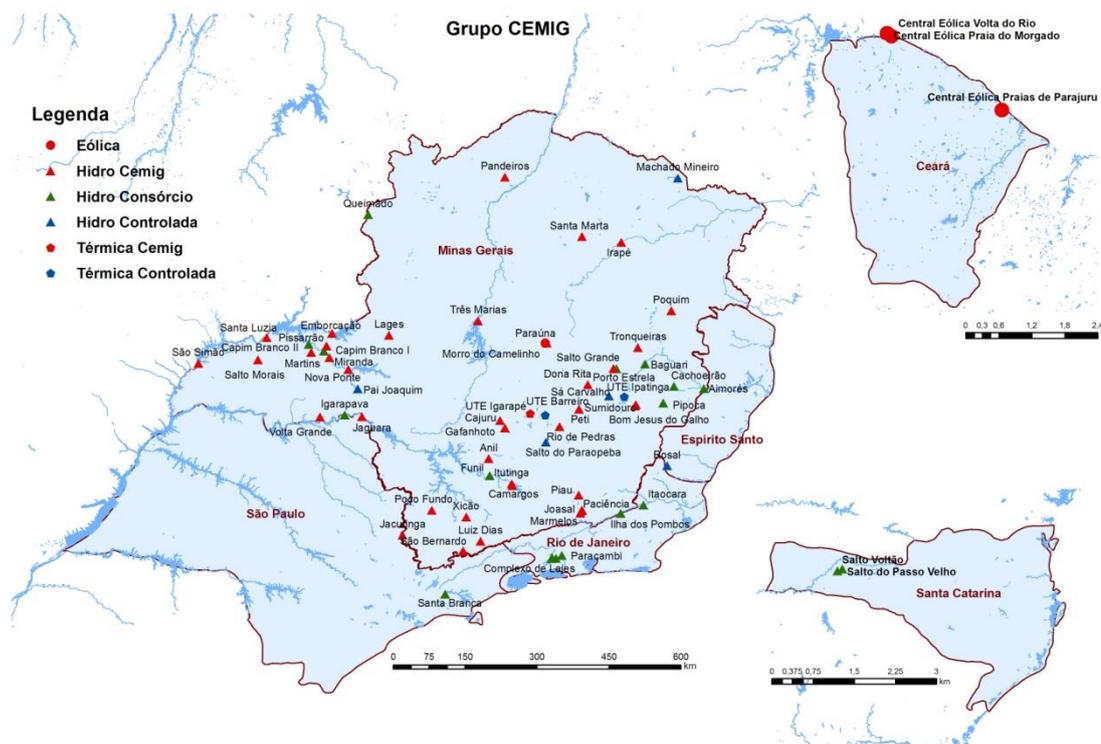
7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também o seu potencial eólico, mapeado em 2010 pela Cemig através do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Cemig Geração e Transmissão possui, em operação, 51 usinas, sendo 47 hidrelétricas, 1 termelétrica e 3 eólicas, com capacidade instalada de 6.529,5 MW.

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da Cemig Geração e Transmissão.



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Transmissão

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional.

A Cemig GT operou, em 2013, 4.889 km de linhas de transmissão, integrantes do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

A Companhia possui participação societária em diversas empresas, veja item 8.2 deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações :

- a) produtos e serviços comercializados**
- b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**
- c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

- a) **características do processo de produção**
- b) **características do processo de distribuição**
- c) **características dos mercados de atuação, em especial:**
 - i) **participação em cada um dos mercados**
 - ii) **condições de competição nos mercados**
- d) **eventual sazonalidade**
- e) **principais insumos e matérias primas, informando:**
 - i) **descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**
 - ii) **eventual dependência de poucos fornecedores**
 - iii) **eventual volatilidade em seus preços**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando :

- a) montante total de receitas provenientes do cliente**

- b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**
- b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**
- c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:**

- a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**
- b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**
- c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8. Descrever relações de longo prazo relevantes do emissor que não figurem em outra parte deste formulário.

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

Relatório de Sustentabilidade

Em atendimento à recomendação emitida pela BM&FBOVESPA em 23/12/2011, via Comunicado Externo 017/2011-DP, a Companhia informa que publica, de forma consolidada, através da sua controladora Companhia Energética de Minas Gerais, Relatório de Sustentabilidade integrado com o Relatório Anual, o qual se encontra arquivado na CVM via IPE, dentro da categoria "Relatório de Sustentabilidade", podendo também, ser acessado nos seguintes endereços:

a) No site <http://www.cemig.com.br>, na seção "a Cemig e o futuro", "sustentabilidade", item "relatórios", ou através do link:

http://www.cemig.com.br/pt-br/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/Paginas/relatorios.aspx;

b) No site <http://ri.cemig.com.br/>, na seção "sustentabilidade", item "relatórios de sustentabilidade", ou através do link:

http://ri.cemig.com.br/static/ptb/relatorios_sustentabilidade.asp?idioma=ptb

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Principais concorrentes

A concorrência no setor de geração de energia elétrica ocorre na expansão da capacidade produtiva, por meio de leilões de concessão e no mercado de venda de energia. O mercado de venda de energia elétrica é dividido em dois ambientes de contratação: o Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") e o Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A contratação no ACR é formalizada por meio de contratos bilaterais regulados, denominados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), celebrados entre agentes vendedores (comercializadores, geradores, produtores independentes ou autoprodutores) e compradores (distribuidores) que participam dos leilões de compra e venda de energia elétrica.

Já no ACL, há a livre negociação entre os agentes geradores, comercializadores, consumidores livres, importadores e exportadores de energia, sendo que os acordos de compra e venda de energia são pactuados por meio de contratos bilaterais.

No ACL, a Companhia concorre pela busca clientes com outras geradoras de energia elétrica, comercializadores, produtores independentes ou autoprodutores. Os geradores operam unidades produtivas e podem vender a sua energia para clientes, caracterizados pelo modelo como livres, com diferentes prazos e preços de fornecimento. Os principais concorrentes nesse segmento são Tractebel, Duke Energy, CPFL Geração, AES Tietê, Grupo Eletrobras, Petrobrás, Neoenergia e EDP- Energias do Brasil.

Outro perfil de concorrentes são as comercializadoras que não possuem unidade de produção de energia, porém podem fazer a intermediação da compra e venda de energia elétrica. Os principais concorrentes são Enertrade, Comerc, Tradener, Enecel e CMU, dentre outros.

Por último, destacam-se os autoprodutores, agentes que possuem usinas de geração térmica para atender ao consumo próprio, porém vendem o excedente no mercado de energia. Como exemplo, Vale, Samarco, Grupo Votorantim, Alcoa, Novelis e Arcelor, dentre outros.

Além disso, há concorrência por novas unidades geradoras de energia elétrica, principalmente unidades hidráulicas, que ocorre durante os leilões de concessão de novas unidades geradoras. Os concorrentes são os já mencionados acima e grandes empresas de construção.

Relacionamento com fornecedores

Respeitadas as limitações impostas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ("Lei nº 8.666/93"), e de forma proativa e consciente de sua função social, a Companhia, desde a sua criação, em função de suas necessidades, estabelece parcerias e programas específicos que promovem o desenvolvimento de produtos e fornecedores da sua cadeia de suprimentos. Dentre estas parcerias destacamos as firmadas com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE ("SEBRAE"), a Fundação COGE – FUNCOGE, a Fundação Dom Cabral ("FDC"), a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG ("FIEMG"), o Instituto de Desenvolvimento Integrado

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

de Minas Gerais – INDI e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL.

Alinhada ao objetivo estratégico de desenvolver, qualificar e gerir mercado e fornecedores, e visando assegurar a continuidade do fornecimento de material e serviços a curto, médio e longo prazo, frente às limitações da Lei nº 8.666/93, a Companhia realiza rotineiramente a prospecção de novos fornecedores para a Companhia, principalmente por meio de *workshops*, seminários, visitas internacionais, pesquisa na *Internet*, revistas especializadas, folders, indicação dos órgãos de engenharia e órgãos operacionais da Companhia, indicação de fornecedores já cadastrados e parceiros e troca de informações com outras concessionárias. Esta prospecção pode ser direcionada em função de necessidades específicas como novas tecnologias, encerramento de atividades de fornecedores, ou para os casos em que se vislumbra que os atuais fornecedores não serão capazes de atender as necessidades da Companhia.

Desde a criação da Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG"), as necessidades e expectativas de fornecedores são percebidas sistematicamente, principalmente por meio das práticas abaixo:

Fóruns para lançamento de novas ferramentas de contratação pela Companhia e encontros com fornecedores promovidos por entidades parceiras, tais como FIEMG, SEBRAE, Sindicato Intermunicipal das Industrias do Vale do Aço – SINDIMIVA e outros. Após esses encontros, as demandas identificadas são analisadas e, quando pertinentes, são utilizadas para melhoria dos processos de suprimento e das ferramentas utilizadas pela organização, tais como: reformulação do Portal de Compras ("Portal de Compras"), visando melhorar a interface do fornecedor com o referido Portal, aumentando a confiabilidade, a transparência e a acessibilidade dos processos de aquisição; lançamento da cartilha com a Política de Suprimentos e o Manual de Relacionamento esclarecendo, entre outras coisas, como o fornecedor se habilita para participar de processos licitatórios.

Reuniões com os fornecedores para analisar dificuldades para o fornecimento de seus produtos, por exemplo: transporte, escassez de matéria-prima, conjuntura econômica, fatos supervenientes, entre outros. Após análise, se for o caso, são tomadas ações, entre elas: postergação de prazos contratuais, alteração do período de aquisição de alguns materiais, reajustes contratuais, rescisão parcial ou total do fornecimento sem as penalidades cabíveis.

As necessidades e as expectativas que podem implicar alteração dos padrões de cunho eminentemente técnicos são repassadas ao Comitê de Normalização de Equipamentos de Materiais - CONEM ("CONEM"), para serem apreciadas durante o processo de revisão de especificações e desenhos técnicos.

Para aprimorar as práticas relativas ao relacionamento com os fornecedores, a CEMIG promoveu, em 2008, a reestruturação da área de suprimentos, criando uma gerência com os seguintes objetivos: (i) promover a gestão do mercado fornecedor; (ii) identificar grupos de mercadorias e serviços com baixa competitividade comercial; (iii) buscar novos fornecedores e motivar o desenvolvimento dos existentes, em conjunto com as entidades de classe e órgãos de fomento do Estado. Na divulgação das atribuições da nova Gerência, a mesma participou, em 2009, do evento Fomenta Minas, organizado pelo SEBRAE. A CEMIG participa anualmente de fóruns dessa natureza esclarecendo a forma de aquisição, informando às microempresas e às empresas de pequeno porte os critérios de aquisição conforme Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, visando ao desenvolvimento do mercado fornecedor.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Visando melhorar o relacionamento com os fornecedores, foi realizado em 2009 o Primeiro Encontro de Fornecedores CEMIG onde foi apresentada a Política de Suprimentos, reformulada em 2009, e lançado o Prêmio Fornecedores CEMIG com primeira premiação em 2010 e o "Atestado de Suprimento Assegurado de Material CEMIG".

Até 2008, a comprovação da capacidade técnica de um fornecedor para o suprimento de determinado produto era aceita pela CEMIG somente com a homologação do produto em questão. Em 2009, visando atender aos fornecedores em relação à habilitação para participar de processos licitatórios da CEMIG, foi refinado o processo de suprimento por meio da pré-homologação de material, onde a capacidade técnica pode ser inicialmente demonstrada com a apresentação de relatórios de ensaios de tipo requeridos na especificação técnica. Essa inovação reduz o investimento inicial para a participação na licitação, uma vez que a CEMIG apenas acompanha a realização dos ensaios para a homologação do material do fornecedor vencedor da licitação. Atualmente existem 18 grupos de mercadoria pré-homologáveis.

Até 2004, os processos de aquisições da CEMIG eram disponibilizados somente em meio físico sendo necessário comparecer à sede da companhia ou solicitar o envio via correio. A divulgação dos processos de aquisição ocorria somente pelos meios legalmente exigidos, ou seja, imprensa oficial e jornais de grande circulação. A partir de 2005, com a implementação da ferramenta eletrônica Portal de Compras, além de se atender a requisitos legais, criou-se mais uma fonte de divulgação, permitindo aos fornecedores obter os processos de aquisição por meio eletrônico, gratuitamente, bem como o envio de suas propostas. Em 2009, foi implementada a versão atualizada do Portal de Compras que, entre outras melhorias, tornou o acesso mais amigável e confiável além de estender a qualquer interessado a possibilidade de obtenção dos processos e o acompanhamento de seu desenrolar. Esses refinamentos objetivaram aumentar a confiabilidade do processo de contratação, acarretando em redução de custo dos processos licitatórios.

Ressalta-se, ainda, que cerca de 70% dos processos de aquisição são realizados por meio da modalidade de licitação pregão eletrônico, o que confere maior transparência e publicidade.

Desde 2003, as melhorias no processo de suprimento são identificadas nas reuniões de avaliação de desempenho, onde também são definidas ações de melhoria. Uma das melhorias do processo de suprimento foi a criação de uma gerência, para atuar mais intensamente no desenvolvimento da cadeia de suprimento da CEMIG. Esta gerência busca, no dia a dia, novos fornecedores para suprir as necessidades da organização, verificando empresas que possuem produtos similares e os motivos pelos quais não estão fornecendo para a CEMIG, a fim de incentivar o fornecimento e reduzir os custos. Nesse contato é sugerido o envio de amostras do material, para ser avaliadas tecnicamente. Sendo a avaliação favorável, essas são encaminhadas para utilização em campo, por tempo determinado, após o qual o setor emite parecer final. Uma vez favorável, esse parecer é encaminhado às áreas de engenharia e ao CONEM para alteração do padrão do produto (desenhos ou especificações), visando, assim, aumentar a cadeia de fornecedores pelo estímulo à inovação de produtos adquiridos.

São premiados até três fornecedores de material, de cinco categorias, com melhor desempenho, segundo o Índice de Desempenho de Fornecedores (índice criado pela CEMIG para medir o nível de excelência de seus fornecedores), sendo elegíveis aqueles com desempenho igual ou superior a 75%. Para ser agraciado com o "Atestado de Suprimento Assegurado de Material Cemig", o fornecedor de material deve atender a todos os critérios apresentados a seguir: (i) Desempenho de Excelência; (ii) estar com situação cadastral regularizada;

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

(iii) estar com situação aprovada na ATI, quando aplicável; (iv) terem sido inspecionados e entregues à CEMIG, no mínimo seis lotes de material; (v) não ocorrência de qualquer recusa de material ou de ressalvas críticas na aprovação de material; (vi) não ocorrência de acionamentos em regime de garantia; e (vii) não das áreas da CEMIG referentes ao desempenho do material, mesmo após o término do período de garantia.

O "Atestado de Suprimento Assegurado de Material Cemig", cuja validade é de um ano, isenta seus agraciados da obrigatoriedade de ter seus produtos inspecionados por parte da CEMIG, como pré-requisito para entrega e faturamento. Essa parceria traz as seguintes vantagens e benefícios: (i) para os fornecedores: dispensa de inspeções da CEMIG como pré-requisito para entrega e faturamento, redução de custo de processo de produção (repetição de ensaios), mais celeridade no processo de aceitação do material e faturamento, possibilidade de divulgação, ao mercado nacional e internacional, do grau de suprimento assegurado CEMIG; e (ii) para a CEMIG: maior agilidade no suprimento do material, e redução do custo operacional.

Para otimizar o processo de aquisição de bens e serviços, foi implantado o pregão presencial em 2003, e o Portal de Compras em 2005, com a consequente implantação do pregão eletrônico com a finalidade de garantir mais agilidade no processo de aquisição de material, contratação de serviços e na modernização dos contratos com os fornecedores, bem como reduzir custos, além de realizar os negócios de forma mais transparente e segura. Outra forma de reduzir os custos associados ao processo de suprimento é a logística reversa, conduzida pela Superintendência de Infraestrutura ("LI"), há mais de dez anos. Por meio desse sistema, a CEMIG reintegra ao estoque, material em bom estado, oriundo de sobras de obras. É também realizada a recuperação de material usado, por meio de oficinas próprias ou serviços contratados junto a terceiros. Ao longo desse período, a LI busca soluções para aumentar o número de itens a serem recuperados e reintegrados ao estoque, como varas de manobra e isoladores. Essas ações, além de otimizar os custos do processo de aquisição, contribuem para a preservação de recursos naturais. Essa prática contribui também para a maximização do valor do negócio, de forma sustentável.

Desde 2004, a CEMIG realiza um trabalho de motivação junto aos fornecedores para melhoria de suas práticas de gestão por meio de diversas ações, envolvendo seus parceiros. Como exemplos: (i) palestras realizadas em 2005 e 2006, organizadas pela CEMIG e pela FDC, para orientar os fornecedores sobre como aderir ao Programa PAEX, voltado para a capacitação de pequenas e médias empresas; e (ii) encontros com os fornecedores, organizados pela FIEMG e CEMIG, em 2007, com o objetivo de melhorar a interação entre CEMIG e sua cadeia de suprimento e, em 2008, como continuidade, realizaram-se visitas técnicas.

Clientes e comercialização

O mercado da Cemig GT consiste nas vendas para (I) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil no ACL - Ambiente de Contratação Livre; (II) outros agentes do setor elétrico - comercializadores, geradores e produtores independentes de energia, no ACL; (III) distribuidoras no ACR - Ambiente de Contratação Regulada e (IV) a CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A energia comercializada pela Cemig GT totalizou 38.284.743 MWh no ano de 2013, com crescimento de 1,6% em relação a 2012.

O número de clientes faturados pela Cemig GT foi de 426 em dezembro de 2013, com crescimento de 13,6%

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

em relação a dezembro de 2012. Deste total, 375 são clientes industriais e comerciais, localizados em Minas Gerais e outros Estados.

As vendas de energia para clientes livres no ACL totalizaram 18.797.321 MWh no ano de 2013, com decréscimo de 8,2%, devido à redução do consumo de energia na classe Industrial, com a retração da atividade produtiva afetada pelo baixo nível de investimento nacional e condições desfavoráveis da conjuntura econômica internacional.

Os clientes comerciais apresentaram crescimento de consumo de 26,4% devido à migração de clientes cativos para mercado livre e a celebração de contratos de venda de energia com novos clientes localizados em outros Estados.

As vendas de energia para outros agentes do setor elétrico, nos ambientes de livre contratação e regulado, atingiram o montante de 16.481.464 MWh, com crescimento de 17,3%.

O crescimento de 8,9% nas vendas para Distribuidoras no ACR - Ambiente de Contratação Regulada é decorrente de novos contratos, com início de vigência no ano de 2013, e o de 52,4% nas vendas no ACL - Ambiente de Contratação Livre é devido a oportunidades comerciais de curto prazo propiciadas pelo PLD elevado em 2013.

DISCRIMINAÇÃO	Ano 2013		Ano 2012	var % 2013/2012
	Numero Consumidores	Part %	Numero Consumidores	
Energia Total	426	100	375	13,6
Vendas no ALC - Clientes Livres	375	88,0	327	14,7
Industrial	307	72,0	267	15,0
Comercial	68	16,0	60	13,3
Vendas no ACR - Distribuidora	37	8,7	37	0,0
Vendas no ACL - Comercializadora, Geradora	14	3,3	11	27,3

DISCRIMINAÇÃO	Ano 2013		Ano 2012	var % 2013/2012
	MWh	Part %	MWh	
Energia Total	38.284.743	100	37.693.931	1,6
Vendas no ALC - Clientes Livres	18.797.321	49,1	20.473.178	-8,2
Industrial	18.496.520	48,3	20.235.286	-8,6
Comercial	300.801	0,8	237.892	26,4
Vendas no ACR - Distribuidora	12.333.364	32,2	11.329.541	8,9
Vendas no ACL - Comercializadora, Geradora	4.148.100	10,8	2.721.886	52,4
Vendas na CCEE ⁽¹⁾	3.005.958	7,9	3.169.327	-5,2

(1) soma dos saldos positivos das compras e vendas.

As vendas na CCEE reduziram 5,2% devido à situação hidrológica desfavorável, ao baixo nível de armazenamento dos reservatórios e despacho de térmicas por segurança energética, verificado desde o início da estação chuvosa 2012/2013.

Os dez maiores grupos empresariais da Companhia, em termos de receita, são apresentados na tabela abaixo:

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Cliente	Segmento
Usiminas	Siderurgia
ArcelorMittal Brasil SA	Siderurgia
Kinross	Extrativa Mineral
Fiat	Veiculos Automotores
V&M	Siderurgia
Samarco	Extrativa Mineral
Saint Gobain	Quimico
Rima	Ferroligas
Holcim	Minerais Não Metalicos
White Martins	Quimico

A Companhia celebrou, no período entre janeiro a dezembro de 2013, 117 contratos de venda de energia a clientes livres (sendo 74 novos e renegociados de longo prazo e 43 de curto prazo); tanto de energia convencional quanto de energia incentivada. Os contratos de compra e venda de energia para clientes livres da Companhia são padronizados e contém cláusulas de faturamento mínimo, que representam um volume de energia a ser entregue mesmo em situações em que o consumo verificado seja menor do que esse limite, observadas as condições contratuais. Esse método de faturamento proporciona uma fonte relativamente estável de receita.

Padrões internacionais relativos à proteção ambiental

Os princípios internacionais relativos à proteção ambiental adotados pela Companhia são os mesmos adotados por sua controladora, a CEMIG. Em 2009, a CEMIG aderiu ao Pacto Global, uma iniciativa internacional voluntária desenvolvida pela Organização das Nações Unidas, com o objetivo de incentivar as empresas a adotar valores fundamentais relacionados à responsabilidade social.

Os dez princípios estão descritos na cartilha *Responsabilidade Social Empresarial*, distribuída aos empregados e fornecedores da CEMIG e disponibilizada em seu *website*. Além dos princípios, a cartilha também informa as práticas que a Companhia já realiza de acordo com as diretrizes do Pacto Global, relativos à proteção ambiental.

Adicionalmente, as áreas da CEMIG podem certificar-se em Sistema de Gestão Ambiental - SGA, conforme a Norma Internacional NBR ISO 14001:2004, ou adotar um Sistema de Gestão Interno denominado SGA Nível I, desenvolvido a partir dos princípios e requisitos da Norma NBR ISO 14001 e com certificação externa.

Na data deste Formulário de Referência, todas as usinas da Companhia com capacidade instalada acima de 30 MW, suas subestações e linhas de transmissão acima de 230 kV, estão certificadas com Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001 ou SGA nível 1).

Gestão de equipamentos e resíduos contaminados com bifenilas policloradas – pcbs

Na Companhia, os equipamentos de grande porte que continham ascarel ou bifenilas policloradas (PCBs) e data de fabricação anterior a 1981 foram retirados do sistema elétrico e encaminhados para incineração em 2001. A legislação brasileira proíbe a comercialização de PCBs desde 1981, porém permite sua utilização em equipamentos que ainda estejam em operação. Os pequenos equipamentos são identificados, retirados e

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

encaminhados para incineração.

Encontra-se em andamento, no âmbito do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, a elaboração de Resolução Normativa (RN) que “Dispõe sobre a gestão ambientalmente adequada e controlada de Bifenilas Policloradas (PCB’s) e os seus resíduos”. A resolução prevê a gestão em duas fases principais. A primeira fase prevê a elaboração de inventário quantitativo/qualitativo, em um prazo de até 3 anos, após a publicação da RN, com o objetivo de avaliar o montante e os possíveis detentores de PCB no país. Este inventário deverá ser publicado no CTF – Cadastro Técnico Federal devendo ser atualizado anualmente; A segunda fase é caracterizada pela eliminação controlada dos equipamentos, materiais e resíduos contaminados identificados no inventário citado.

Os detentores de tais equipamentos terão prazo até o ano de 2025 para retirá-los de operação/uso, bem como todos os materiais contaminados, devendo ainda destiná-los ambientalmente até 2028, conforme prazos acordados na Convenção de Estocolmo.

A minuta da RN está sendo apreciada na Câmara Técnica do CONAMA, após ter sido discutida no CONAMA criado para este fim. Houve seis reuniões do CONAMA, sendo que não houve consenso final sobre alguns pontos entre os integrantes.

A Companhia considera tais informações relevantes, sendo que o fluxograma de controle atualmente praticado na empresa poderá sofrer eventuais adequações complementares necessárias para o pleno atendimento aos requisitos da RN, o que poderá resultar em altos custos operacionais.

A Companhia tem participado das discussões através da ABRADÉE e FMASE.

Políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural

A Companhia cuida para que os diversos setores da sociedade estejam incluídos em seus negócios e sejam parte efetiva na condução dos mesmos. Nesse sentido, podemos citar os programas: Peixe Vivo (proteção da ictiofauna), Premiar (arborização e redes), Energia Inteligente- Conviver (redução das perdas comerciais e resgate da cidadania) e Proximidade (plano de integração com as comunidades do entorno das usinas da Cemig). Todos eles partem do princípio de que a sociedade -clientes, comunidade, ONGs, universidades e centros de pesquisa, prefeituras, órgãos ambientais, especialistas nacionais e internacionais - deve ser uma parceira na construção dos objetivos e metas organizacionais, contribuindo para definir “o que fazer” e “como fazer”. Por isso, são realizadas pesquisas de opinião para avaliar o grau de satisfação da sociedade, ações face a face, reuniões com as comunidades, workshops e oficinas. Cada programa conta com um ouvidor exclusivo, de modo a acolher os anseios e sugestões, e viabilizar a busca de soluções integradas para o melhor equacionamento dos problemas.

Outro exemplo de projeto de responsabilidade social desenvolvido pela Cemig é o Versol, uma iniciativa em parceria com a Prefeitura de Três Marias, Minas Gerais, e o Projeto Grael, que tem a chancela da Unesco e é coordenado pelos irmãos Lars, Axel e Torben Grael. O projeto atende 50 crianças e jovens entre nove e 24 anos por semestre, matriculadas no sistema público de ensino de Três Marias, com base em iniciação esportiva, educação complementar e iniciação profissionalizante.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Na esfera cultural, em 2013, os patrocínios permaneceram alinhados à estratégia da Política de Patrocínios da Companhia, atuando em sinergia com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado. Os dois programas da Empresa – o Cemig Cultural e o Filme em Minas, apoiaram 185 projetos, atendendo a meta de regionalização da produção da Secretaria de Estado da Cultura. O total investido em Cultura, entre patrocínios incentivados por leis federais e através de doações com recurso próprio, foi de R\$ 22 milhões, acusando um aumento expressivo em relação a 2012.

Patentes, marcas e licenças

A preocupação da CEMIG com a inovação e o seu desenvolvimento tecnológico coloca-a como a empresa do setor elétrico com o maior número de depósitos de patente junto ao INPI. Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 2 patentes concedidas no Brasil e 12 patentes depositadas. É titular de 1 marca registradas. Apesar de a CEMIG não depender de patentes, licenciamentos ou contratos de royalties para o desenvolvimento de suas atividades, a marca "CEMIG" é um ativo estratégico, avaliado nos dois últimos anos por consultoria especializada.

Pontos fortes e vantagens competitivas

A Companhia possui os seguintes pontos fortes:

Flexibilidade e segurança no negócio de geração. As receitas decorrentes do negócio de geração da Companhia são provenientes principalmente de duas fontes: os contratos com o pool de distribuidoras nacionais, estabelecidos no âmbito do ACR e os contratos com clientes livres, geradores e comercializadores, estabelecidos no âmbito do ACL. Essas duas fontes de receita, aliadas à gestão responsável dos riscos do portfólio de contratos, conferem equilíbrio, flexibilidade e segurança ao negócio da Companhia. Adernais, no âmbito do ACR, a Companhia não depende de nenhum cliente específico, tendo em vista que tem cerca de 40 clientes nesse ambiente de contratação de energia.

Receita assegurada na transmissão. As transmissoras de energia elétrica têm sua receita assegurada de acordo com o uso dos ativos do parque transmissor existente e independentemente da energia elétrica que circula pelas subestações e linhas de transmissão, podendo aumentar suas receitas por meio da obtenção de novas concessões de transmissão. Adernais, a Companhia não depende de nenhum cliente específico, visto que suas atividades de transmissão são remuneradas por todos os agentes de mercado que transacionam energia no Sistema Interligado Nacional, por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST).

Alta confiabilidade dos ativos físicos. No entendimento da Companhia, os ativos da Companhia que integram seus sistemas elétricos de geração e transmissão foram construídos e são mantidos e operados consoante padrões de engenharia elevados, conferindo uma alta confiabilidade aos serviços prestados pela Companhia.

Corpo gerencial e técnico com ampla experiência em geração e transmissão de energia. Os funcionários da Companhia que ocupam cargos gerenciais e técnicos possuem, no entendimento da Companhia a, ampla experiência em geração e transmissão de energia, o que garante maior segurança na condução dos negócios da Companhia. Adernais, no entendimento da Companhia, a Companhia tem equipes especializadas em leilões de energia elétrica, na gestão de contratos e seus riscos, bem como na gestão de ativos de transmissão e geração, o que propicia maior segurança em suas decisões.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Relacionamento construtivo com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). A Companhia pretende continuar mantendo e melhorando a cada dia o bom relacionamento com a ANEEL, com o ONS e com outros agentes setoriais, o que possibilita que ela mantenha discussões e realize reivindicações sobre assuntos que considere importantes relativos aos seus negócios com os referidos agentes do setor elétrico. Adernais, a Companhia tem uma boa representatividade em fóruns como a Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE, a Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica- ABRATE e outros, o que lhe confere respaldo nas suas argumentações.

Eficiência operacional. A Companhia costuma realizar suas atividades de forma eficiente, buscando elevar suas receitas de maneira controlada, prestando atenção nos riscos envolvidos, sempre procurando atender às estratégias fixadas pela sua administração. Como reconhecimento de sua eficiência operacional, a Companhia obteve a certificação de processos pela Norma NBR ISO 9001, para a melhoria da eficácia das atividades operacionais e atendimento a clientes.

Forte geração de caixa operacional. A geração de caixa operacional medida pelo LAJIDA da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 foi de R\$2.796 milhões, R\$ 03.240 milhões e 2.960 milhões respectivamente.

Solidez Financeira. A Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2013, por um endividamento moderado, de aproximadamente R\$ 4.092 milhões, com 26,5% e 73,5% do endividamento de curto e de longo prazo, respectivamente, compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

A Companhia está alinhada ao direcionamento estratégico da CEMIG, com sua atenção voltada para a maximização do valor para o acionista de forma sustentada, o aproveitamento de sinergias entre as empresas do Grupo CEMIG, a observância de políticas de governança interna e externa e a integração dos três pilares da sustentabilidade empresarial (econômico, social e ambiental).

A Companhia, por tratar-se de empresa que atua em setor altamente regulado, desenhou sua estratégia de modo a contemplar, concomitantemente, a excelência em investimentos, a busca contínua de aumento de sua rentabilidade com atenção aos riscos, a gestão permanente de riscos, a eficiência operacional, a representatividade em fóruns institucionais relevantes e o cumprimento da legislação ambiental e da regulamentação setorial, estabelecidos no âmbito da ANEEL.

Considerando o disposto acima, são apresentados abaixo os principais objetivos estratégicos da Companhia:

Buscar a excelência na gestão de investimentos. A gestão dos investimentos da Companhia deve abranger aspectos como alocação criteriosa de recursos nos sistemas de geração e transmissão (em estreita interação com o ONS) e disciplina orçamentária. A Companhia busca assegurar a rentabilidade de seus ativos de acordo com a atividade exercida, uma vez que na geração a receita total é determinada por mecanismos de mercado (leilões de energia velha e negociações com clientes livres) e na transmissão de acordo com o uso

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

dos ativos do parque transmissor existente.

Buscar a elevação de receitas com atenção aos riscos. A Companhia busca ampliar suas receitas de geração, sem perder de vista sua competitividade de mercado, em leilões de energia e em negociações com clientes livres, atentando aos riscos inerentes ao negócio geração. A Companhia também procura negociar com a ANEEL possíveis aumentos de receita autorizada de transmissão.

Gerenciar riscos em bases permanentes. A Companhia busca atuar de forma criteriosa na gestão dos riscos dos seus investimentos, do seu mix de receitas, do seu portfólio de contratos e da operação dos seus ativos. No caso de clientes livres, procura localizar os perfis de riscos individuais. Aumento da eficiência operacional. A Companhia pretende continuar implementando práticas de trabalho mais eficientes em suas atividades de geração e transmissão, tanto na esfera administrativa, relativa a rotinas e controles de suporte, quando na esfera operacional, relativa à operação física dos ativos.

Atuar em todos os fóruns institucionais para defender os pontos de vista empresariais relevantes. A Companhia pretende continuar tendo uma postura pró-ativa perante a ANEEL e outras entidades setoriais, acompanhando a legislação e a regulamentação que afeta seus negócios, com foco na rentabilidade dos ativos.

Desenvolvimento ecologicamente sustentável. Consciente da relevância de sua atuação nas comunidades com as quais interage, a Companhia pretende desenvolver novos projetos que assegurem a completa compatibilidade com a legislação ambiental e que promovam o bem estar e segurança da população. Nesse sentido, a Companhia implementou um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA"), baseado na Norma NBR ISO 14001 e no SGA interno da CEMIG, que orienta todas as suas atividades em relação à gestão ambiental, e prevê a certificação daqueles processos e daquelas instalações que causam impactos ambientais.

Fortalecimento de sua imagem. A Companhia tem o objetivo de fortalecer sua imagem nos mercados em que atua e perante seus clientes e clientes em potencial, comunidade, ANEEL, governos municipal, estadual e federal, entre outros, prestando, para tanto, serviços de qualidade, com confiabilidade e agilidade, estando sempre à disposição desse público; a ideia é estabelecer uma comunicação adequada, sempre demonstrando transparência e reforçando a credibilidade da Companhia, inclusive por meio da prática de atividades de responsabilidade sócio-ambiental.

Política de atuação junto aos órgãos reguladores com a finalidade de garantir o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações. A Companhia mantém uma política consistente de atuação junto aos órgãos reguladores para, entre outras coisas, assegurar que as tarifas praticadas reflitam a obtenção da receita requerida ao equilíbrio econômico-financeiro de seus negócios, possibilitando que a Companhia cubra não só seus custos gerenciáveis regulatórios, mas também suas despesas não gerenciáveis (e.g., compra e transporte de energia, tributos e demais encargos) e a remuneração de seus ativos (retomo e depreciação), preservando, contudo, um nível tarifário que, na opinião da Companhia, seja adequado para seus consumidores.

Expansão das atividades de geração e transmissão. A Companhia, no âmbito do Plano Estratégico de Longo Prazo do Grupo CEMIG, está empenhada em expandir sua atuação no setor elétrico, seja via crescimento orgânico ou via aquisições de ativos, por meio de investimentos próprios, ou em parceria com a iniciativa privada, ou, ainda, utilizando sua subsidiária Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como veículo de

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

crescimento, pautando-se, sempre, pela disciplina em realizar investimentos que agreguem valor ao acionista.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1 – Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos

A Companhia é controlada diretamente pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("CEMIG"), que detém 100% de seu capital social. A CEMIG, por sua vez, é controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Para maiores detalhes consulte item 8.1 do Formulário de Referência da Companhia Energética de Minas Gerais.

b. controladas e coligadas

A participação da Companhia em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas está informada no item 8.2 deste Formulário de Referência.

c. participações do emissor em sociedades do grupo

A participação da Companhia em sociedades do Grupo CEMIG está informada no item 8.2 deste Formulário de Referência.

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Além da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), não há sociedades participantes do grupo que possuam participações na Companhia.

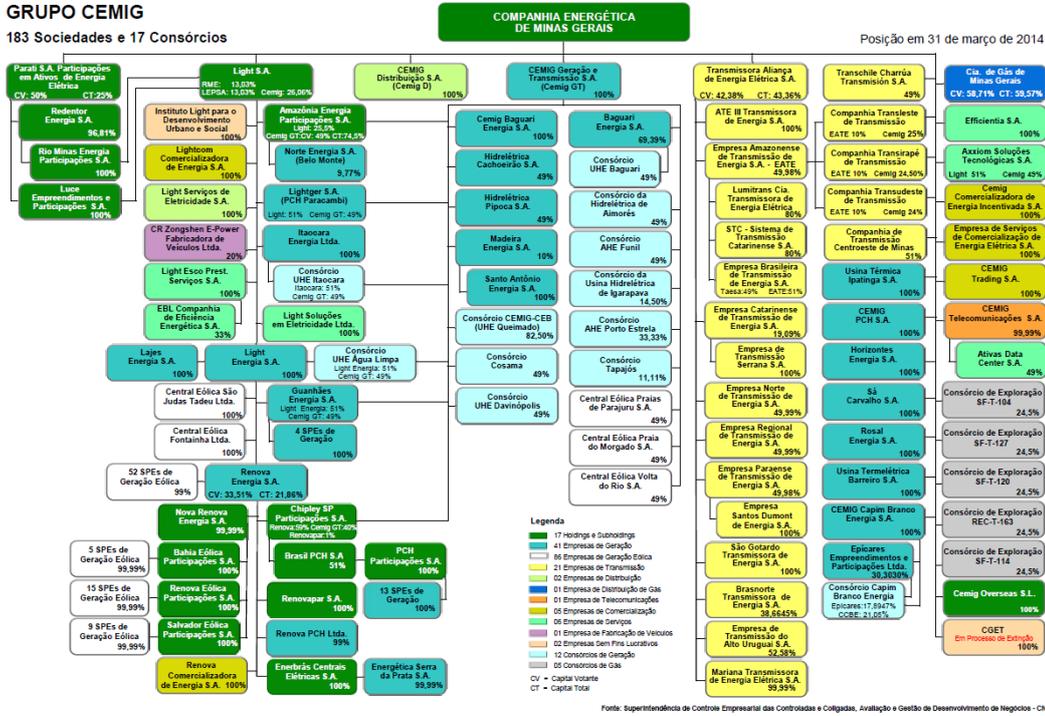
e. sociedades sob controle comum

A CEMIG, controladora direta da Companhia, detém participação direta em várias sociedades. Ver item 8.2 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Abaixo, apresentamos o organograma do grupo econômico da Companhia em 31 de março de 2014:



8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4 -Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros****a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento**

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. As sociedades em que a Companhia tenha participação

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
---------------------------------------	---------------------	-------------------	--------------------------	---------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
---------------	--------------------	---------	---	------------------------------------

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Documento ainda não preenchido!

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 – Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes para este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que o ano de 2013 foi de grandes desafios. Em um cenário de redução das receitas de transmissão, em função dos critérios de remuneração previstos na MP 579, e ainda do vencimento do 1º período da nossa concessão da usina de Jaguará, os diretores entendem que a busca de eficiência operacional e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente têm contribuído de forma significativa para o crescimento em virtude da expansão das diversas empresas nas quais a Companhia tem participação significativa no capital e na gestão.

Nesse contexto, eles estão confiantes que a visão estratégica da Companhia, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, de como fazer a gestão dos diversos empreendimentos que estamos levando a cabo irá proporcionar aos acionistas o retorno adequado e atrativo dos investimentos realizados.

O resultado obtido em 2013 foi de R\$1.811 milhões em comparação ao resultado de R\$1.919 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 5,63%. O resultado foi impactado pelo aumento de 31,85% no total dos custos e despesas operacionais parcialmente compensado pelo aumento de 12,72% da receita líquida.

No que se refere aos novos investimentos, o ano de 2013 teve eventos significativos para a Companhia. No campo das energias renováveis, Os diretores destacam a aquisição de 51% da Brasil PCH, um investimento de R\$740 milhões, e ainda o acordo de investimento que permitirá a Cemig GT entrar no bloco de controle da Renova Energia, o que viabilizará um programa expressivo de investimentos dessa Empresa nos próximos anos, consolidando a posição de Empresa com uma das maiores participações no mercado de energias renováveis.

Os diretores ressaltam também a aliança de ativos de geração que fizeram com a Vale S.A, criando uma nova empresa, a Aliança Geração de Energia S.A, que já nascerá com ativos combinados superiores a R\$4 bilhões. Com essa associação, o potencial de gerar novos negócios e maximizar resultados na área de geração de energia foi elevado, em virtude da combinação das experiências em gestão operacional, financeira e de projetos.

Os Diretores da Companhia sustentam que a liquidez da empresa é adequada, dada a posição de caixa no nível de R\$1.107 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$509 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.150 milhões em 31 de dezembro de 2011. Ademais, os Diretores da Companhia destacam a relativa estabilidade do fluxo de caixa advinda da diversificação dos clientes da transmissora e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia da geradora.

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2013, por um endividamento de R\$4,1 bilhões, sendo 27% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 73% representado por dívidas de longo prazo e em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento de R\$4,7 bilhões, sendo 31% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 69% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha um endividamento de R\$5,1 bilhões, sendo 94% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento da dívida da Companhia no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida (waiver foi obtido em 14 de março de 2012). Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$3.815 milhões, enquanto a dívida líquida era de 2.404 milhões. Já em 31 de dezembro de 2012, era de R\$5.306 milhões e de R\$ 3.661 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$5.072 milhões e de R\$ 3.766 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis adequados, sendo 39% em 31 de dezembro de 2013, 41% em 31 de dezembro de 2012 e 43% em 31 de dezembro de 2011.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, que alcançou, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$2.960 milhões, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$3.240 milhões e, em 31 de dezembro de 2011, o montante de R\$2.796 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$1.107 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$509 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$1.150 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Como a dívida líquida era de R\$2.404 milhões em 2013, R\$3.661 milhões em 2012 e R\$3.766 milhões em 2011, isto indica que cerca de 1,0 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor em 2013. Em 2012, a geração de caixa operacional (LAJIDA) de 1,3 anos quitaria o saldo devedor e em 2011 seriam necessários 1,4 anos. Tais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total de R\$4.093 milhões, está escalonada ao longo dos anos, com 73,37% vencendo em 4 anos e com prazo médio de 3,8 anos, conforme gráfico abaixo:



Saldo da dívida em Milhões de reais

Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

1ª emissão Notas Promissórias, em 26 de julho de 2006, no valor de R\$900 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro de 2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos, com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileira S.A. (“Eletrobrás”) e com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (“FORLUZ”), bem como ao resgate parcial da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”);;

- 1ª emissão de debêntures simples, em 01 de novembro de 2006, no valor de R\$ 588.371.752,56, destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;
- 2ª emissão Notas Promissórias, em 21 de dezembro de 2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 e das dívidas vincendas até o final do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos e com a Eletrobrás;
- 3ª emissão Notas Promissórias, em 30 de outubro de 2009, no valor de R\$2.700 milhões destinados para aportes de capital, recomposição de caixa e investimentos;
- 2ª emissão de debêntures simples, em 15 de janeiro de 2010, no valor de R\$2.700 milhões destinados à rolagem da 3ª emissão de Notas Promissórias;
- 4ª emissão Notas Promissórias, em 13 de janeiro de 2012, no valor de R\$1.000 milhões destinados à rolagem da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia;
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2012, no valor de R\$1.350 milhões, destinados ao pré-pagamento da 4ª emissão de Notas Promissórias e ao reforço de capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- 4ª emissão de Debênture simples, em 23/12/2013, no valor de R\$ 500 milhões, destinados à recomposição do caixa da empresa, em razão do pagamento de suas dívidas (a liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 30/01/2014).

O passivo circulante era de R\$2.521 milhões em 31 de dezembro de 2013, R\$2.390 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$5.194 milhões em 31 de dezembro de 2011. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem alta capacidade de pagamento em relação aos seus compromissos financeiros, mantendo o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e, também, garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2013, A Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, ela concluiu em 30/01/2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

Em 2012, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito contratadas com o Banco do Brasil S.A., conforme segue: (i) operações contratadas em 2006 e com vencimento final após 2012, postergando a parcela de 2012 para 2013, no valor global de R\$ 300 milhões, mantendo-se os demais vencimentos, com encargos financeiros de 104,1% do CDI; (ii) operações com vencimento final em 2012, no valor total de R\$ 442 milhões, postergando o vencimento da última parcela em 5 anos, com pagamentos em 2015, 2016 e 2017, cujos encargos financeiros foram 108% do CDI, calculados a partir da celebração dos aditivos aos contratos. Em ambas as operações, a CEMIG manteve a coobrigação e a Companhia manteve a faculdade de, a seu critério, pré-pagar a dívida sem incidência de custos adicionais.

Em março de 2012, a Companhia concluiu a sua terceira emissão pública de debêntures simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de cinco anos, sete anos e dez anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 100 do CDI acrescida de taxa

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

equivalente a 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries têm seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA e fazem jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a Cemig, e foi a primeira emissão de debêntures a ser realizada no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa regulado pela ANBIMA, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Ao longo do ano de 2011, a Companhia valeu-se de sua posição de caixa para pagar o seu serviço de dívida, num montante de R\$1.219 milhões (sendo R\$689 milhões de principal), sem, praticamente, recorrer a novas captações, como forma de otimizar sua alavancagem.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral CEMIG, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao Índice Geral do Mercado IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: dívida / EBITDA menor ou igual a dois e dívida líquida / (patrimônio líquido + dívida líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4,1 bilhões, sendo R\$3 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4,7 bilhões, sendo R\$4,1 bilhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$5,1 bilhões, sendo R\$3,9 bilhões a dívida líquida.

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (6,17% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2013, 5,14% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012, e 6,58% ao ano, em 31 de dezembro de 2011), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 31 de dezembro de 2013, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) (50% do total), CDI (46% do total), e outros (4% do total).

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	<u>31 de dezembro de</u>		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Endividamento do Patrimônio Líquido	1,07	0,88	1,00
Dívida Líquida / EBITDA	0,81	1,13	1,35
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	39%	41%	43%

Fonte: Companhia

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 (valores expressos em mil):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FINANCIADORES	2013						2012	01/01/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	-	1.387
Dívida referente à Moeda Estrangeira				-	-	-	-	1.387
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	22.848	46.215
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	31.629	32.517
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	435.693	480.000	915.693	911.432	918.661
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	43.068	87.064
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	793	1.605
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.914	88.389	96.303	103.955	111.678
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	500	-	500	34.677	1.550
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	1.003	69.925
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	-	-	-	12.998	25.603
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	7.593	15.339
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	46.006	92.972
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.177	9.094	13.271	18.686	19.917
Banco do Brasil S.A.	2017	108,0 do CDI	R\$	6.775	442.349	449.124	447.250	492.838
Consórcio Pipoca (3)	2014	IPCA	R\$	185	-	185	186	185
Dívida em Moeda Nacional				455.244	1.019.832	1.475.076	1.682.124	1.916.069
Total de Empréstimos e Financiamentos				455.244	1.019.832	1.475.076	1.682.124	1.917.456
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)	2031	IGP-M	R\$	-	59.352	59.352	52.758	46.896
Debêntures (1)	2015	IPCA + 7,68	R\$	540.289	484.397	1.024.686	1.444.590	1.367.936
Debêntures (1)	2012	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	-	1.754.714
Debêntures (1)	2017	CDI + 0,90	R\$	38.422	479.896	518.318	517.396	-
Debêntures (1)	2019	IPCA + 6,00	R\$	11.654	221.473	233.127	220.211	-
Debêntures (1)	2022	IPCA + 6,20	R\$	40.355	741.892	782.247	738.884	-
Total de Debêntures				630.720	1.987.010	2.617.730	2.973.839	3.169.546
Total Geral Consolidado				1.085.964	3.006.842	4.092.806	4.655.963	5.087.002

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.

(3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2013 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2013, era superior a R\$ 50 milhões):

I. Cédulas de Crédito Bancário nº 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu as Cédulas de Crédito Bancário nos 330.800.383, 330.800.384, 330.800.385, 330.800.386 e 330.800.393, no valor de R\$ 100 milhões cada uma, perfazendo um montante total de R\$ 500 milhões, utilizadas para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização de cada Cédula de Crédito Bancário seria efetuada em três parcelas no valor de R\$ 33,3 milhões cada, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014, porém todas foram renegociadas para pagamento em outubro 2014. O saldo devedor de cada uma dessas Cédulas de Crédito Bancário em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 101,3 milhões, totalizando R\$ 508,7 milhões.

III. Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392

Em outubro de 2006, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 330.800.392, no valor de R\$ 120 milhões, para pagamento de parte de suas dívidas contraídas perante o Banco do Brasil S.A., tendo como garantia o aval da CEMIG. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 104,1% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. A amortização da Cédula de Crédito Bancário será efetuada em três parcelas no valor de R\$ 40 milhões cada uma, com vencimentos em outubro de 2012, de 2013 e de 2014, porém todas foram renegociadas para pagamento em outubro 2014. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 122,1 milhões.

IV. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591, no valor de R\$152,5 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da Companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% para

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

109,80% da variação do CDI. Em outubro de 2012, foi prorrogado novamente a data de vencimento para outubro de 2017 com taxa de juros de 108% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 103,4 milhões.

V. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. Em outubro de 2012, foi prorrogado novamente a data de vencimento para outubro de 2017 com taxa de juros de 108% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 290,4 milhões.

VI. Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES, um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari. O contrato teve como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 84,5 milhões.

VII- Terceira emissão de debêntures simples

Em março de 2012, a Companhia concluiu a terceira emissão pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 1.533,7 milhões.

Para outras informações sobre a terceira emissão de debêntures da Companhia, vide item 10.1(d) deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e suas Controladas e instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii . grau de subordinação entre as dívidas

Cerca de 73% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 0,32 % da dívida é garantido por recebíveis da controladora.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2013, já haviam se encerrado todos os contratos financeiros celebrados com o Banco Santander e o Banco Itaú BBA que estavam sujeitos a covenants financeiros (cláusulas financeiras restritivas), as quais obrigavam a CEMIG a manter certos índices dentro de limites estabelecidos contratualmente, sob pena do credor exigir o vencimento antecipado da dívida.

Atualmente, a Cemig GT tem um financiamento contratado com o BNDES, que foi utilizado para o aporte de capital em sua subsidiária Baguari Energia S.A., para a construção da UHE Baguari, com uma cláusula financeira restritiva que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a CEMIG a providenciar, em até seis meses contados do fim do exercício social em que o índice de capitalização mínimo não seja obtido, a constituição de garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou a apresentação de balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários, que indique o retorno do índice de capitalização mínimo. Não houve, ao final de 2013, descumprimento desta cláusula.

A Cemig GT possui ainda, um contrato de financiamento com o banco de desenvolvimento alemão KfW, utilizado para a construção da usina solar instalada na cobertura do estádio de futebol Mineirão. Este contrato não possui cláusula restritiva exclusiva, contudo faz referência aos covenants financeiros pactuados com qualquer outro credor da Empresa. Como os contratos de financiamento que previam covenants financeiros com o Itaú e o Santander já foram encerrados e o covenant financeiro do contrato celebrado com o BNDES não se aplica ao contrato celebrado com o KfW, por fazer referência ao indicador da CEMIG, o contrato de financiamento do Banco KfW, atualmente, não impõe qualquer restrição à Cemig GT.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia requer a autorização prévia do BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem limites de financiamento já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

(Em Reais mil)	2013	AV%	2012	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.107.174	10,57	509.152	4,22	117,45
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	531.993	5,08	445.639	3,69	19,38
Consumidores e Revendedores	673.833	6,43	494.893	4,10	36,16
Concessionários - Transporte de Energia	29.303	0,28	65.657	0,54	(55,37)
Ativo Financeiro da Concessão	2.254	0,02	287.692	2,38	(99,22)
Tributos Compensáveis	183.549	1,75	26.708	0,22	587,24
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	67.886	0,65	82.354	0,68	(17,57)
Revendedores - Transações com Energia Livre	42.617	0,41	20.755	0,17	105,33
Dividendos a Receber	9.985	0,10	66.832	0,55	(85,06)
Estoques	5.574	0,05	5.204	0,04	7,11
Outros Créditos	59.434	0,57	61.330	0,52	(3,09)
TOTAL DO CIRCULANTE	2.713.602	25,91	2.066.216	17,11	31,33
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	49.613	0,47	40.314	0,33	23,07
Tributos Compensáveis	40.152	0,38	37.392	0,31	7,38
Depósitos Vinculados a Litígios	159.673	1,52	159.358	1,32	0,20
Transações com Partes Relacionadas	15.849	0,15	30.471	0,25	(47,99)
Outros Créditos	8.980	0,09	9.472	0,08	(5,19)
Ativo Financeiro da Concessão	776.881	7,42	717.728	5,94	8,24
Investimentos	1.519.321	14,50	3.539.372	29,30	(57,07)
Imobilizado	5.137.692	49,05	5.414.273	44,83	(5,11)
Intangíveis	53.276	0,51	63.915	0,53	(16,65)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	7.761.437	74,09	10.012.295	82,89	(22,48)
TOTAL DO ATIVO	10.475.039	100,00	12.078.511	100,00	(13,28)

(Em Reais mil)	2013	AV%	2012 Reclassificado	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	455.244	4,35	829.396	6,87	(45,11)
Debêntures	630.720	6,02	632.886	5,24	(0,34)
Fornecedores	214.240	2,04	206.569	1,71	3,71
Impostos, Taxas e Contribuições	84.552	0,81	76.615	0,63	10,36
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	905.687	8,64	399.476	3,31	126,72
Salários e Encargos Sociais	42.668	0,41	51.337	0,43	(16,89)
Encargos Regulatórios	25.177	0,24	75.288	0,62	(66,56)
Participações nos Lucros	32.049	0,31	19.377	0,16	65,40
Transações com Partes Relacionadas	29.968	0,29	22.594	0,19	32,64
Obrigações Pós-Emprego	31.295	0,29	11.593	0,10	169,95
Concessões a Pagar	19.534	0,19	15.440	0,13	26,52
Outras Obrigações	49.605	0,47	49.189	0,41	0,85
TOTAL DO CIRCULANTE	2.520.739	24,06	2.389.760	19,80	5,48

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.019.832	9,74	852.728	7,05	19,60
Debêntures	1.987.010	18,97	2.340.953	19,38	(15,12)
Provisões	56.624	0,54	13.963	0,11	305,53
Obrigações Pós-Emprego	523.948	5,00	585.254	4,85	(10,48)
Impostos, Taxas e Contribuições	101.233	0,97	101.233	0,83	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	226.768	2,16	276.974	2,29	(18,13)
Encargos Regulatórios	77.262	0,74	42.935	0,36	79,95
Concessões a Pagar	145.490	1,39	165.221	1,37	(11,94)
Outras Obrigações	1.116	0,01	3.442	0,03	(67,59)
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.139.283	39,52	4.382.703	36,27	(5,55)
TOTAL DO PASSIVO	6.660.022	63,58	6.772.463	56,07	(1,66)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	893.192	8,53	3.296.785	27,29	(72,91)
Reservas de Lucros	2.384.711	22,76	1.418.845	11,75	68,07
Ajustes de Avaliação Patrimonial	537.114	5,13	590.418	4,89	(9,03)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.815.017	36,42	5.306.048	43,93	(28,10)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.475.039	100,00	12.078.511	100,00	(13,28)

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2013 em comparação a 2012 são como segue:

- ✓ Aumento de 117,45% no saldo de caixa e disponibilidade de caixa em função principalmente do menor programa de investimentos em 2013;
- ✓ Redução de 99,22% nos ativos financeiros da concessão, registrados no curto prazo em função de recebimento de indenização por renovação da concessão, conforme MP 579 e Lei 12.783;
- ✓ Aumento de 587,24% nos saldos de Tributos Compensáveis em decorrência dos créditos registrados de PASEP/COFINS em função de êxito da Companhia em ação judicial onde se questionava a legalidade da incidência dos impostos sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- ✓ Redução de 57,07% no saldo de investimentos em função da transferência da participação da Taesa para a Cemig, controladora da Cemig GT.
- ✓ Aumento de 126,72% nos saldos de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar, tendo em vista que a Companhia realizou em 2012 o pagamento antecipado de dividendos referentes a esse exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(Em Reais mil)	2012	AV%	2011 Reclassificado	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	509.152	4,22	1.150.309	9,87	(55,74)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	445.639	3,69	170.239	1,46	161,77
Consumidores e Revendedores	494.893	4,10	454.950	3,91	8,78
Concessionários - Transporte de Energia	65.657	0,54	66.451	0,57	(1,19)
Ativo Financeiro da Concessão	287.692	2,38	42.106	0,36	583,26
Tributos Compensáveis	26.708	0,22	29.634	0,25	(9,87)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	82.354	0,68	26.869	0,23	206,50
Revendedores - Transações com Energia Livre	20.755	0,17	22.080	0,19	(6,00)
Dividendos a Receber	66.832	0,55	10.726	0,09	523,08
Estoques	5.204	0,04	4.355	0,04	19,49
Outros Créditos	61.330	0,52	71.983	0,62	(14,80)
TOTAL DO CIRCULANTE	2.066.216	17,11	2.049.702	17,59	0,81
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	40.314	0,33	-	-	-
Tributos Compensáveis	37.392	0,31	28.921	0,25	29,29
Depósitos Vinculados a Litígios	159.358	1,32	150.510	1,29	5,88
Transações com Partes Relacionadas	30.471	0,25	3.255	0,03	836,13
Outros Créditos	9.472	0,08	8.559	0,07	10,67
Ativo Financeiro da Concessão	717.728	5,94	716.232	6,15	0,21
Investimentos	3.539.372	29,30	2.980.579	25,59	18,75
Imobilizado	5.414.273	44,83	5.677.753	48,74	(4,64)
Intangíveis	63.915	0,53	33.522	0,29	90,67
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	10.012.295	82,89	9.599.331	82,41	4,30
TOTAL DO ATIVO	12.078.511	100,00	11.649.033	100,00	3,69

(Em Reais mil)	2012 Reclassificado	AV%	2011 Reclassificado	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	829.396	6,87	1.645.152	14,12	(49,59)
Debêntures	632.886	5,24	3.122.650	26,81	(79,73)
Fornecedores	206.569	1,71	116.509	1,00	77,30
Impostos, Taxas e Contribuições	76.615	0,63	70.448	0,60	8,75
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	399.476	3,31	-	-	-
Salários e Encargos Sociais	51.337	0,43	57.039	0,49	(10,00)
Encargos Regulatórios	75.288	0,62	58.003	0,50	29,80
Participações nos Lucros	19.377	0,16	18.845	0,16	2,82
Transações com Partes Relacionadas	22.594	0,19	29.900	0,26	(24,43)
Obrigações Pós-Emprego	11.593	0,10	17.048	0,15	(32,00)
Concessões a Pagar	15.440	0,13	7.220	0,06	113,85
Outras Obrigações	49.189	0,41	51.338	0,44	(4,19)
TOTAL DO CIRCULANTE	2.389.760	19,80	5.194.152	44,59	(53,99)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	852.728	7,05	272.304	2,34	213,15
Debêntures	2.340.953	19,38	46.896	0,40	4.891,80
Provisões	13.963	0,11	14.347	0,12	(2,68)
Obrigações Pós-Emprego	585.254	4,85	441.274	3,79	32,63
Impostos, Taxas e Contribuições	101.233	0,83	106.686	0,92	(5,11)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	276.974	2,29	302.504	2,60	(8,44)
Encargos Regulatórios	42.935	0,36	70.162	0,60	(38,81)
Concessões a Pagar	165.221	1,37	123.871	1,06	33,38
Outras Obrigações	3.442	0,03	3.875	0,03	(11,17)
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.382.703	36,27	1.381.919	11,86	217,15
TOTAL DO PASSIVO	6.772.463	56,07	6.576.071	56,45	2,99
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	3.296.785	27,29	3.296.785	28,30	-
Reservas de Lucros	1.418.845	11,75	989.503	8,50	43,39
Ajustes de Avaliação Patrimonial	590.418	4,89	786.674	6,75	(24,95)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.306.048	43,93	5.072.962	43,55	4,59
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.078.511	100,00	11.649.033	100,00	3,69

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2012 em comparação a 2011 são como segue:

- ✓ Redução de 55,74% no saldo de caixa e disponibilidade de caixa em função do maior dispêndio de recursos com pagamento de compra de energia;
- ✓ Aumento de 583,26% no saldo de ativo financeiro circulante em função do registro da indenização de transmissão a ser recebida do Governo Federal em função da adesão aos termos da MP 579 para a atividade de transmissão; e
- ✓ Redução de 49,59% nos saldos de empréstimos e financiamentos e de 79,73% no saldo de debêntures no circulante em decorrente, principalmente, de transferências para o longo prazo de saldos transferidos para o curto prazo no ano anterior em função de quebras de cláusulas restritivas dos contratos. Essa transferência ocorreu em mediante a obtenção dos consentimentos dos credores em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Os diretores devem comentar: (a) resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

(em R\$ mil)	31/12/2013	AV%	31/12/2012	AV%	AH%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	5.230	100,00	4.640	100,00	12,72
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(315)	(6,02)	(282)	(6,08)	11,70
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(59)	(1,13)	(59)	(1,27)	0,00
Obrigações Pós-Emprego	(40)	(0,76)	(30)	(0,65)	33,33
Materiais	(12)	(0,23)	(13)	(0,28)	(7,69)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(56)	(1,07)	(5)	(0,11)	1.020,00
Serviços de Terceiros	(167)	(3,19)	(162)	(3,49)	3,09
Depreciação e Amortização	(343)	(6,56)	(311)	(6,70)	10,29
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(126)	(2,41)	(178)	(3,84)	(29,21)
Provisões Operacionais (reversão)	(55)	(1,05)	(3)	(0,06)	1.733,33
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(257)	(4,91)	(268)	(5,78)	(4,10)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.244)	(23,79)	(713)	(15,37)	74,47
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(91)	(1,74)	(107)	(2,31)	(14,95)
Perdas na Alienação da TBE	(94)	(1,80)	-	-	-
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(105)	(2,01)	(117)	(2,52)	(10,26)
	(2.964)	(56,67)	(2.248)	(48,46)	31,85
Resultado do exercício antes do resultado financeiro e impostos	2.266	43,33	2.392	51,55	(5,27)
Resultado de equivalência patrimonial	350	6,69	537	11,57	(34,82)
Receitas Financeiras	303	5,79	133	2,87	127,82
Despesas Financeiras	(506)	(9,67)	(575)	(12,39)	(12,00)
Resultado antes do IR e CSLL	2.413	46,14	2.487	53,60	(2,98)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(673)	(12,87)	(549)	(11,83)	22,59
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71	(1,36)	(19)	(0,41)	(473,68)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.811	34,63	1.919	41,36	(5,63)

Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2013, um resultado de R\$1.811 milhões em comparação ao resultado de R\$1.919 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 5,63%. O resultado foi impactado pelo aumento de 31,85% no total dos custos e despesas operacionais parcialmente compensado pelo aumento de 12,72% da receita líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro***Receita Operacional***

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2013 R\$ milhões	AV%	2012 R\$ milhões	AV%	AH%
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	4.769	91,19	4.528	97,59	5,32
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	490	9,37	786	16,94	(37,66)
Receita de Construção	91	1,74	107	2,30	(14,95)
Receita de Indenização de Transmissão	21	0,40	192	4,14	(89,06)
Transações com energia na CCEE	967	18,49	261	5,62	270,50
Outras receitas operacionais	22	0,42	25	0,54	(12,00)
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.130)	(21,61)	(1.259)	(27,13)	(10,25)
	5.230	100,00	4.640	100,00	12,72

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$ milhões		Preço Médio – R\$	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Industrial	18.496.520	20.235.286	2.621	2.756	141,70	
Comercial	300.801	237.892	64	48	216,09	
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(4)	13	-	
	18.797.321	20.473.178	2.681	2.817	143,27	
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	16.481.464	14.051.426	2.088	1.711	126,69	
	35.278.785	34.524.604	4.769	4.528	135,89	

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

Apesar do desempenho negativo verificado nas vendas para consumidores livres, que apresentou redução de 8,19% no volume de energia comercializada e de 4,83% na receita auferida, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.769 milhões em 2013 em comparação a R\$4.528 milhões em 2012, representando um aumento de 5,32%. Este crescimento decorre, principalmente, da combinação dos fatores abaixo:

- aumento de 22,03% na receita de vendas a outras concessionárias, resultado do aumento de 17,29% na quantidade de energia elétrica fornecida associado à variação de 4,04% do preço médio de venda praticado para estes agentes; e
- aumento de 4,13% do preço médio de venda aplicado aos demais consumidores.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita de Concessão da Transmissão

A receita de concessão da transmissão foi de R\$490 milhões em 2013 comparados a R\$786 milhões em 2012, redução de 37,66%. Esta variação decorre principalmente da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia que, a partir de 2013, passaram a ser remuneradas apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida em Lei Federal nº 12.783/13).

Receita de Indenização

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado de R\$192 milhões em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579. Em 2013 o valor registrado foi de R\$21 milhões em função de revisão na estimativa dos valores registrados no ano anterior.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$967 milhões em 2013 comparados a R\$261 milhões em 2012, um aumento de 270,50%. Esta variação decorre principalmente da alta de 57,81% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$263,06/MWh em 2013 e R\$166,69/MWh em 2012.)

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2013	AV%	2012	AV%	AH%
Tributos sobre a Receita					
ICMS	456	40,35	465	36,93	(1,94)
COFINS	426	37,70	412	32,72	3,40
PIS-PASEP	92	8,14	89	7,07	3,37
ISSQN	1	0,09	1	0,08	-
	975	86,28	967	76,80	0,83
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão – RGR	67	5,93	126	10,01	(46,83)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	37	3,27	73	5,80	(49,32)
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	49	3,90	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	21	1,86	17	1,35	23,53
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	21	1,86	17	1,35	23,53
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	9	0,80	10	0,79	(10,00)
	155	13,72	292	23,20	(46,92)
	1.130	100,00	1.259	100,00	(10,25)

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.130 milhões em 2013 comparados a R\$1.259 milhões em 2012, uma redução de 10,25%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Reserva Global de Reversão – RGR

Em 2013, através do Contrato de Concessão 02/2013-ANEEL, a Cemig GT optou pela aplicação do regime de UBP (uso de Bem Público) para as 19 usinas abarcadas pelo referido contrato, as quais ficaram desobrigadas do

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

recolhimento do encargo referente à RGR. O valor registrado nesta rubrica foi de R\$67 milhões em 2013 contra 126 milhões em 2012, representando redução de 46,83%.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/PROINFA

Os gastos com CDE e Proinfa foram de R\$37 milhões em 2013 em comparação com R\$73 milhões em 2012, uma redução de 49,32% em decorrência, principalmente, de Resolução Homologatória da Aneel que reduziu em 75% o valor da cota da CDE.

A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A partir de fevereiro de 2013, através de Resolução Homologatória da Aneel, foi extinta a obrigatoriedade de recolhimento da cota mensal relativa à Conta de Consumo de Combustível – CCC. Os gastos com CCC em 2012 foram de R\$49 milhões e referiam-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A Cemig Geração e Transmissão era, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC era cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais

	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(315)	(282)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(59)	(59)
Obrigações Pós-Emprego	(40)	(30)
Materiais	(12)	(13)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(56)	(5)
Serviços de Terceiros	(167)	(162)
Depreciação e Amortização	(343)	(311)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(126)	(178)
Provisões Operacionais (reversão)	(55)	(3)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(257)	(268)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.244)	(713)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(91)	(107)
Perdas na Alienação da TBE	(94)	-
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(105)	(117)
	(2.964)	(2.248)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.964 milhões em 2013 em comparação com R\$2.248 milhões em 2012, representando um aumento de 31,85%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$315 milhões em 2013 em comparação a R\$282 milhões em 2012, representando um aumento de 11,70%. Este resultado decorre, principalmente, das adesões ao Programa de Incentivo ao Desligamento – PID, com despesa de R\$22 milhões em 2013, associado ao reajuste salarial de 6,85%, aplicado a partir de novembro de 2013, decorrente do Acordo Coletivo 2013/2014.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.244 milhões em 2013 comparados a R\$713 milhões em 2012, representando um aumento de 74,47%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 76,14% no volume de energia comprada em 2013 (8.071.951 MWh) comparado com 2012 (4.582.717 MWh), em função da maior atividade de comercialização.

Perdas na Alienação da TBE

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com perdas na alienação da TBE no valor de R\$94 milhões. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT, na TBE, para a TAESA.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$56 milhões em 2013 comparados a R\$5 milhões em 2012, aumento de 1.020%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2013, de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Provisões (Reversões) Operacionais

A despesa com provisões operacionais foi de R\$55 milhões em 2013 comparados a R\$3 milhões em 2012, representando aumento de 1.733,33%. Esta variação decorre, principalmente, da reavaliação de probabilidade de perda de ações de natureza trabalhista, tributária e outras (*Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*), as quais apresentaram variação real de 26 milhões, 11 milhões e 21 milhões respectivamente. Ressalta-se que as reavaliações citadas foram baseadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Custo de Construção

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os Custos de Construção foram de R\$91 milhões em 2013 comparados a R\$107 milhões em 2012, representando uma redução de 14,95%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção.

Resultado Financeiro Líquido

	2013	AV%	2012	AV%	AH%
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	109	35,97	106	79,70	2,83
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	4	1,32	4	3,01	-
Variação Monetária	97	32,01	6	4,51	1.516,67
Ajuste a Valor Presente	2	0,66	12	9,02	(83,33)
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	61	20,14	-	-	-
Outras	30	9,90	5	3,76	500,00
	303	100,00	133	100,00	127,82
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(317)	62,65	(370)	64,35	(14,32)
Variação Monetária – Forluz	(21)	4,15	(21)	3,65	-
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(118)	23,02	(122)	21,22	(3,28)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(23)	4,55	(30)	5,22	(23,33)
Outras	(27)	5,33	(32)	5,56	(15,63)
	(506)	100,00	(575)	100,00	(12,00)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(203)		(442)		

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$203 milhões em 2013 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$442 milhões em 2012, uma redução de 54,07%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- **Variação Monetária:** esta receita foi de R\$97 milhões em 2013 comparados a R\$6 milhões em 2012. Esta variação decorre, principalmente, da atualização financeira de ganho obtido em processo judicial que discutia a ilegalidade da incidência de PASEP/CONFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- **PASEP e COFINS sobre receitas financeiras:** em 2013 foi apurada uma receita de R\$61 milhões de tributos sobre as receitas financeiras decorrentes dos impactos de êxito obtido em processo judicial que discutia a incidência de PASEP/CONFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais; e
- **Demais itens da receita financeira:** os demais itens que compõem a receita financeira registraram, em conjunto, um aumento de 15,23% em 2013 em comparação a 2012.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$602 milhões em relação ao Resultado de R\$2.413 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 24,94%. Em 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

R\$568 milhões em relação ao Resultado de R\$2.487 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 22,84%.

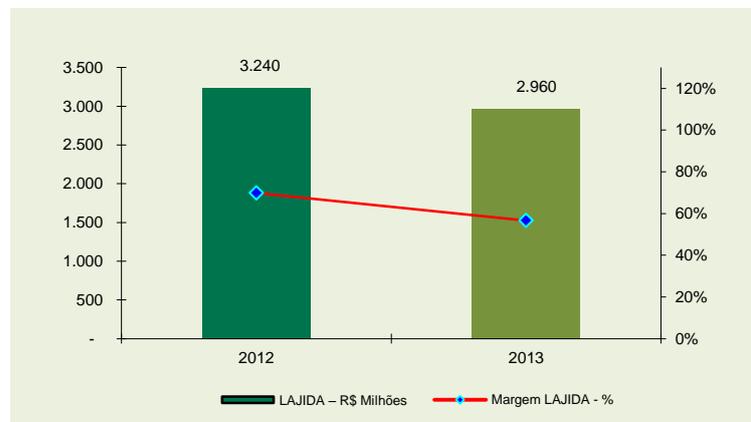
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, em 2013, um resultado de R\$1.811 milhões, em comparação ao resultado de R\$1.919 em 2012, uma redução de 5,63%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou redução de 8,64% em 2013 na comparação com 2012, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2013	2012	Var %
Resultado do Período	1.811	1.919	(5,63)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	603	568	6,16
+ Resultado Financeiro Líquido	203	442	(54,07)
+ Amortização e Depreciação	343	311	10,29
= LAJIDA	2.960	3.240	(8,64)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2013, em comparação com 2012 deve-se, principalmente, ao aumento de 35,31% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização) compensado, parcialmente, pelo aumento de 12,72% na receita líquida. Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 69,84% para 56,60%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO****Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

	31/12/2012	AV%	31/12/2011	AV%	AH%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.640	100,00	3.892	100,00	19,22
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(282)	(6,08)	(275)	(7,07)	2,55
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(59)	(1,27)	(52)	(1,34)	13,46
Obrigações Pós-Emprego	(30)	(0,65)	(28)	(0,72)	7,14
Materiais	(18)	(0,39)	(16)	(0,41)	12,50
Serviços de Terceiros	(162)	(3,49)	(141)	(3,62)	14,89
Depreciação e Amortização	(311)	(6,70)	(340)	(8,74)	(8,53)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(178)	(3,84)	(146)	(3,75)	21,92
Provisões Operacionais (reversão)	(3)	(0,06)	(14)	(0,36)	(78,57)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(268)	(5,78)	(252)	(6,47)	6,35
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(713)	(15,37)	(583)	(14,98)	22,30
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(107)	(2,31)	(57)	(1,46)	87,72
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(117)	(2,52)	(78)	(2,00)	50,00
	(2.248)	(48,46)	(1.982)	(50,92)	13,42
Resultado do exercício antes do resultado financeiro e impostos	2.392	51,55	1.910	49,08	25,24
Resultado de equivalência patrimonial	537	11,57	252	6,47	113,10
Receitas Financeiras	133	2,87	234	6,01	(43,16)
Despesas Financeiras	(575)	(12,39)	(741)	(19,04)	(22,40)
Resultado antes do IR e CSLL	2.487	53,60	1.655	42,52	50,27
Imposto de Renda e Contribuição Social	(549)	(11,83)	(446)	(11,46)	23,09
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(19)	(0,41)	60	1,54	(131,67)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.919	41,36	1.269	32,60	51,22

Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2012, um resultado de R\$1.919 milhões em comparação ao resultado de R\$1.269 milhões no exercício de 2011, representando crescimento de 51,22%. O resultado foi impactado pelo aumento 19,22% da receita líquida parcialmente compensado pelo aumento de 13,42% no total dos custos e despesas operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro***Receita Operacional***

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2012 R\$ milhões	AV %	2011 R\$ milhões	AV%	AH%
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	4.528	97,59	4.058	104,27	11,58
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	786	16,94	745	19,14	5,50
Receita de Construção	107	2,30	57	1,47	87,72
Receita de Indenização de Transmissão	192	4,14	-	-	-
Transações com energia na CCEE	261	5,62	147	3,77	77,55
Outras receitas operacionais	25	0,54	23	0,59	8,70
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.259)	(27,13)	(1.138)	(29,24)	10,63
	4.640	100,00	3.892	100,00	19,22

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$ milhões		Preço Médio – R\$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Industrial	20.235.286	19.794.241	2.756	2.472	136,20	124,88
Comercial	237.892	96.561	48	21	201,77	217,48
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	13	66	-	-
	20.473.178	19.890.802	2.817	2.559	137,59	128,65
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	14.051.426	15.034.423	1.711	1.499	121,77	99,70
	34.524.604	34.925.225	4.528	4.058	131,14	116,19

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.528 milhões em 2012 em comparação a R\$4.058 milhões em 2011, representando um aumento de 11,58%. Este crescimento decorre, principalmente, da combinação dos fatores abaixo:

- Aumento de 11,49% na receita de vendas para consumidores da classe industrial decorrente do crescimento de 2,23% na quantidade de energia comercializada aliado à variação de 9,06% do preço médio de venda praticado para estes consumidores;
- Aumento de 14,14% na receita de suprimento para outras concessionárias decorrente da variação de 22,14% no preço médio de venda praticado parcialmente compensado pela redução de 6,54% na quantidade de energia comercializada para estes agentes.

Receita de Concessão da Transmissão

Para as concessões de transmissão, a receita inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também a atualização do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579.

Receita de Indenização

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado de R\$192 milhões em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$261 milhões em 2012 comparados a R\$147 milhões em 2011, um aumento de 77,55%. Esta variação decorre, principalmente, do maior volume de energia disponível para comercialização aliado à variação no preço da energia verificado no mercado brasileiro.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2012	AV%	2011	AV%	AH%
Tributos sobre a Receita					
ICMS	465	36,93	429	37,70	8,39
COFINS	412	32,72	370	32,51	11,35
PIS-PASEP	89	7,07	80	7,03	11,25
ISSQN	1	0,08	1	0,09	-
	967	76,80	880	77,33	9,89
Encargos do Consumidor					
Reserva Global de Reversão – RGR	126	10,01	105	9,23	20,00
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	73	5,80	56	4,92	30,36
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	49	3,90	59	5,18	(16,95)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	17	1,35	15	1,32	13,33
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	17	1,35	15	1,32	13,33
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	10	0,79	8	0,70	25,00
	292	23,20	258	22,67	13,18
	1.259	100,00	1.138	100,00	10,63

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.259 milhões em 2012 comparados a R\$1.138 milhões em 2011, aumento de 10,63%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/PROINFA

Os gastos com CDE/Proinfa foram de R\$73 milhões em 2012 na comparação com R\$56 milhões em 2011, representando um aumento de 30,36%, e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas repassadora deste custo, uma vez que os valores são cobrados dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os gastos com CCC foram de R\$49 milhões em 2012 na comparação com R\$59 milhões em 2011, com redução de 16,95%. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais

	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal	282	275
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	59	52
Obrigações Pós-Emprego	30	28
Materiais	18	16
Serviços de Terceiros	162	141
Depreciação e Amortização	311	340
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	178	146
Provisões Operacionais (reversão)	3	14
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	268	252
Energia Elétrica Comprada para Revenda	713	583
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	107	57
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	117	78
	2.248	1.982

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.248 milhões em 2012 em comparação com R\$1.982 milhões em 2011, representando um aumento de 13,42%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$59 milhões em 2012 comparados a R\$52 milhões em 2011, representando um aumento de 13,46%. Este resultado decorre principalmente do aumento nos salários dos empregados em função de acordos coletivos de nov/11 (efeito integral em 2012) e nov/12, com reajustes médios de 8,20% e 4,5%, respectivamente, parcialmente compensado pela redução na quantidade média de empregados que passou de 1.804 em 2011 para 1.760 em 2012.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$713 milhões em 2012 comparados a R\$583 milhões em 2011, representando um aumento de 22,30%. Esta variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização em 2012, com a compra de energia para revenda, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiroCusto de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$107 milhões em 2012 comparados a R\$57 milhões em 2011, representando um aumento de 87,72%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, e seu aumento decorre de maior investimento em ativos da concessão no exercício de 2012.

Resultado Financeiro Líquido

	2012	AV%	2011 Reclassificado	AV%	AH%
RECEITAS FINANCEIRAS					
Renda de Aplicação Financeira	106	79,70	218	93,16	(51,38)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	4	3,01	5	2,14	-20,00
Variação Monetária	6	4,51	7	2,99	(14,29)
Ajuste a Valor Presente	12	9,02	-	-	-
Outras	5	3,76	4	1,71	25,00
	133	100,00	234	100,00	(43,16)
DESPESAS FINANCEIRAS					
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(370)	64,35	(586)	79,08	(36,86)
Variação Monetária – Forluz	(21)	3,65	(24)	3,24	(12,50)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(122)	21,22	(88)	11,88	38,64
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(30)	5,22	(20)	2,70	50,00
Outras	(32)	5,56	(23)	3,10	39,13
	(575)	100,00	(741)	100,00	(22,40)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(442)		(507)		

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$442 milhões em 2012 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$507 milhões em 2011, uma redução de 12,82%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Renda de Aplicação Financeira: esta receita foi de R\$106 milhões em 2012 comparados a R\$218 milhões em 2011, representando uma redução de 51,38%. Esta redução decorre de menor volume de recursos aplicados em 2012;
- Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: em 2012 esta despesa foi de R\$370 milhões comparados a R\$586 milhões em 2011 representando uma redução de 36,86%. Essa redução decorre basicamente da menor variação do CDI em 2012 em comparação a 2011. A variação do CDI em 2012 foi de 8,37% comparada a 11,64% em 2011;
- Variação Monetária das Concessões Onerosas: O valor desta despesa foi de R\$30 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011, crescimento de 50,00%. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGP-M que passou de 5,10% em 2011 para 7,82% em 2012; e

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos: em 2012 esta despesa foi de R\$122 milhões comparados a R\$88 milhões em 2011 representando aumento de 38,64% decorrente, principalmente, do maior volume de empréstimos vinculados ao IPCA em 2012 em comparação a 2011.

Imposto de Renda e Contribuição Social

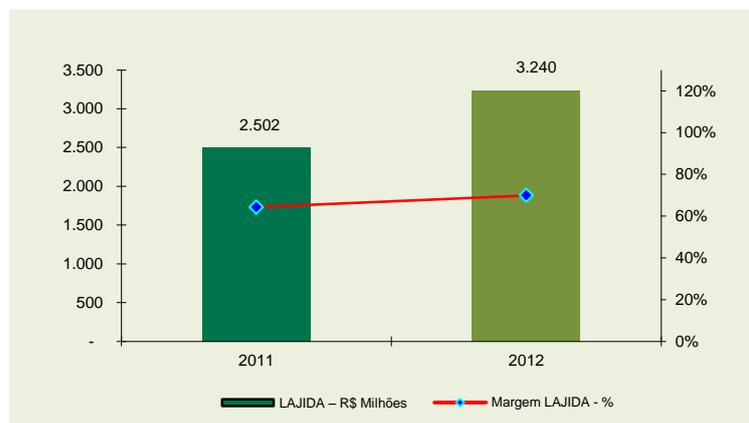
A Companhia apurou em 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$568 milhões em relação ao Resultado de R\$2.487 milhões, representando um percentual de 22,84%. Em 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$386 milhões em relação ao Resultado de R\$1.655 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,32%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

LAJIDA

O Lajida da Companhia apresentou um aumento de 29,50% em 2012 na comparação com 2011, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2012	2011	Var %
Resultado do Exercício	1.919	1.269	51,22
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	568	386	47,15
+ Resultado Financeiro	442	507	(12,82)
+ Amortização e Depreciação	311	340	(8,53)
= LAJIDA	3.240	2.502	29,50



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA em 2012, em comparação com 2011 deve-se, principalmente, ao aumento de 19,22% na receita líquida. Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 64,29% para 69,84%.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a . introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia entendem que nos últimos três exercícios sociais não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Alienação de ativos de transmissão

Em 31 de maio de 2013, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, celebrado em 17 de maio de 2012, foram concluídas as transferências, através da alienação dos ativos, para a TAESA, (i) das participações societárias diretas das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) das participações societárias indiretas das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE (em conjunto chamadas “Grupo TBE”).

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e a TAESA desembolsou, pela transferência dos ativos adquiridos, o valor total de R\$ 1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não, sendo o montante de R\$71.429 recebidos diretamente pela Companhia, em função da sua participação direta nos ativos da EBTE.

Por conta desta transação, a Cemig GT registrou uma perda no resultado, no montante de R\$62.092, líquida dos efeitos de impostos, referente a alienação dos ativos da EBTE, considerando que os demais ativos eram registrados na Cemig, controladora, como demonstrado abaixo:

	Efeitos apurados
Valor recebido pelos ativos	71.429
Valor contábil dos ativos	(165.509)
Subtotal	(94.080)
Efeitos fiscais – IR e CS	31.988
Efeito líquido no resultado do período	(62.092)

Transferência de controle da TAESA da Cemig GT para a Cemig S.A

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig GT, referentes às emissões descritas a seguir, anuíram com a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

decorrência da transferência das ações de emissão da TAESA para a Cemig, esta garantidora das Debêntures emitidas pela Cemig GT, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), obtida em 14 de maio de 2013, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013.

Por se tratar de transação entre entidades sob controle comum, a transferência foi realizada pelo custo histórico dos investimentos naquela data, sem impactos nos resultados da Cemig ou da sua controlada Cemig GT.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão No 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A (“Petrobras”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e Chipley, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a estruturação da Chipley, sociedade com participação da Cemig GT e da Renova, com participações de 40% e 59%, respectivamente, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da Brasil PCH, exercera o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943 mil.

Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia Elétrica

Em 19 de dezembro de 2013, a Cemig GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S/A. (“Vale” e, em conjunto com a Cemig GT, as “Partes”), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S/A, que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica (“Associação”).

A Aliança Geração de Energia S/A será constituída pelas partes mediante o aporte de suas participações dos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga e possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT deterão, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta nova empresa. A participação da Cemig GT mencionada acima para a Associação foi avaliada em R\$2.029.900.

A Cemig GT também adquirirá, pelo valor aproximado de R\$206.000, 49% de participação da futura empresa Aliança Norte Energia Participações S/A, que deterá a participação dos 9% da Norte Energia S/A. (“Norte Energia”) pertencentes à Vale. O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de dezembro de 2013, será pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a Cemig GT passa a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

As partes elaboraram os contratos da Associação e de Aquisição estabelecendo o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

A eficácia das transações está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes e formalidades legais, como aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Norte Energia e anuência das suas instituições financeiras credoras, bem como aprovação das autoridades governamentais competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na forma de legislação aplicável. Assim, nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

Celebração de Acordo de Investimento

A Cemig GT aprovou em 2013 a celebração de Acordo de Investimento juntamente com Renova Energia S.A. (“RENOVA”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“CHIPLEY”). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da RENOVA através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações a serem emitidas

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

pela RENOVA, bem como a estruturação da CHIPLEY como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da RENOVA, para o qual será cedido o Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH S.A. (CCVA Brasil PCH), celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em 14/06/2013.

O preço de emissão das ações da RENOVA será de R\$ 16,2266 por ação ordinária, nos termos do art. 170, §1º, I da Lei das S.A. sendo que a parcela do aumento do capital social da RENOVA a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT será de R\$ 1.415 milhões. Os valores acima serão atualizados pela variação do CDI desde 31/12/2012.

Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retroativa. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Demonstrações Contábeis:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A seguir, apresentamos um resumo dos principais efeitos nas Demonstrações Contábeis em função do mencionado no item anterior:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo	11.649.033	-	11.649.033
Passivo Circulante	5.194.152	-	5.194.152
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	421.404	19.870	441.274
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	309.260	(6.756)	302.504
Total do Passivo Não Circulante	1.368.805	13.114	1.381.919
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	799.788	(13.114)	786.674
Total do Patrimônio Líquido	5.086.076	(13.114)	5.072.962

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo	12.078.511	-	12.078.511
Total do Passivo Circulante	2.389.760	-	2.389.760
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	433.197	152.057	585.254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	328.673	(51.699)	276.974
Total do Passivo Não Circulante	4.282.345	100.358	4.382.703
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	690.776	(100.358)	590.418
Total do Patrimônio Líquido	5.406.406	(100.358)	5.306.048

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	NOTA	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Ajustado
RESULTADO DO PERÍODO		1.919.485	-	1.919.485
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	a	(1.065)	362	(703)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a	362	(362)	-
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado:				
Ganho/perdas atuariais relacionados a benefícios a empregados, líquido de impostos.	a	-	(87.244)	(87.244)

Os principais pronunciamentos adotados em 2013 com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia foram:

a) Pronunciamento CPC 19 (R2) – IFRS 11 - Acordos de Participação

Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado mais abaixo. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas.

b) Pronunciamento CPC 33(R1) – IAS 19 (revisada em 2011)

Em função da adoção dessa norma, por entender que seus investimentos se caracterizam como joint ventures de acordo com a norma revisada, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional. Assim, o efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva, representou uma redução no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$494.066 (R\$78.684 em 1º de janeiro de 2012).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:**

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2013, somente as ênfases descritas abaixo.

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme descrito na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, relativas às demonstrações do resultado; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguará

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguará (“UHE Jaguará”) expirou em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça – STJ. A referida liminar assegura que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$533.588 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2012, somente as ênfases descritas abaixo.

a. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6(i), os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b. Conforme descrito na nota explicativa nº 1(a), a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ativo imobilizado dessa controlada em conjunto, incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia é no montante de R\$1.452.735 mil. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e registrado saldo de passivo circulante superior ao seu ativo circulante. Conforme descrito na nota explicativa 1(a), a Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo e, nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2011, somente as ênfases descritas abaixo.

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cemig Geração e Transmissão S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 1.353.287 mil (R\$ 1.279.002 mil no Consolidado). O efeito proporcional na Companhia é de R\$ 127.900 mil. Na referida nota explicativa estão descritos os planos da Administração da Madeira Energia S.A. para equalização da situação do capital circulante líquido negativo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ainda conforme descrito na nota explicativa 1, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada incorreram em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2011 totalizavam R\$ 11.510.013 mil, de acordo com as expectativas da Administração,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o primeiro trimestre de 2012. O montante proporcional à Companhia é de R\$ 1.151.001 mil no ativo imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima somente têm o objetivo de destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas Contábeis Críticas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Ressaltamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade de que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados pelo grupo, através de sua holding, para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2013, com base nos critérios estabelecidos no documento Internal Control Integrated Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2013, o sistema de controles internos adotados pelo grupo para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis era efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer de forma material a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Destinação dos recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em Diante
Empréstimos e Financiamentos	1.085.964	761.974	517.378	637.420	120.060	970.010
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	12.998	13.778	14.604	15.481	16.409	109.521
Concessão Onerosa	19.539	16.891	13.822	12.314	10.974	91.484
Compra de Energia	1.666.245	2.078.383	1.916.591	2.281.375	2.130.865	39.571.055
Arrendamentos Operacionais	13.866	11.138	7.007	7.007	7.007	28.028
	2.798.612	2.882.164	2.469.402	2.953.597	2.285.315	40.770.098

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 – Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; (b) natureza e o propósito da operação; e (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montantes ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

O montante das obrigações assumidas gira em torno de R\$54milhões. O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.8, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas

a) objeto da projeção

Demonstrar as expectativas da potencial geração de caixa medida pelo indicador LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Taxas, Depreciação e Amortização), ou EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*).

Apresentação ao mercado das perspectivas de LAJIDA, garantindo o acesso democrático aos dados e informações a todos os investidores e analistas.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções de LAJIDA apresentadas ao mercado referem-se aos primeiros dois anos do horizonte máximo de cinco abrangido pelo *Guidance*.

O prazo de validade é de um ano ou até a data de uma revisão do *Guidance* justificada por fatos que afetem de forma relevante os resultados (indicadores de desempenho) projetados.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções do *Guidance*, até 2012, são historicamente baseadas em premissas associadas a um cenário conservador, refletindo uma expectativa de crescimento vegetativo.

A partir do *Guidance* 2013 é apresentada uma nova perspectiva a partir da incorporação, às premissas das projeções, de diretrizes de crescimento no longo prazo do Plano Diretor da Companhia e outras estratégias planejadas para a recomposição de possíveis perdas de LAJIDA decorrentes da Lei 12.783/2013 (11/01/2013, antiga MP 579, de 11/09/2012). Dessa forma, busca-se preservar o LAJIDA em patamar condizente com aquele estimado no *Guidance* 2012-2016.

Algumas declarações e estimativas contidas neste material podem representar expectativas sobre eventos ou resultados futuros que estão sujeitos a riscos e conhecidos ou não. Não há garantia de que as expectativas sobre eventos ou resultados se manifestarão.

Estas expectativas se baseiam nas suposições e análises atuais do ponto de vista da Diretoria da Companhia, de acordo com a sua experiência e outros fatores tais quais o ambiente macroeconômico, as condições de mercado do setor elétrico e os resultados futuros esperados, muitos dos quais não estão sob controle da Companhia.

Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as projeções a respeito de eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileiras e internacionais, tecnologia, estratégia financeira da Companhia, alterações no setor elétrico, condições hidrológicas, condições dos mercados financeiro e de energia, incerteza a respeito dos resultados de operações futuras da Companhia, planos e objetivos bem como outros fatores. Em razão desses e outros fatores os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos em tais declarações.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

As informações e opiniões aqui contidas não devem ser entendidas como recomendação a potenciais investidores e nenhuma decisão de investimento deve se basear na veracidade, atualidade ou completude dessas informações ou opiniões. Nenhum dos profissionais da Companhia ou partes a eles relacionadas ou seus representantes terá qualquer responsabilidade por quaisquer perdas que possam decorrer da utilização do conteúdo desta apresentação.

Para avaliação dos riscos e incertezas, tal como eles se relacionam com a Companhia, e obter informações adicionais sobre fatores que possam originar resultados diversos daqueles estimados pela Companhia, favor consultar item “4.1. - Fatores de Riscos” neste Formulário de Referência e no “Form 20F” arquivado na *U. S. Securities and Exchange Commission – SEC*.

Principais Premissas

- Até 2012: Planejamento das empresas existentes, sem novas aquisições ou participações em leilões.

Guidance 2013-2017 e Guidance 2014-2018: Preservação do LAJIDA Consolidado em patamares condizentes com aqueles estimados no Guidance 2012-2016. Planejamento com incorporação de diretrizes de crescimento.

Os possíveis impactos da não renovação das concessões das UHEs Jaguará (2013), São Simão (2015) e Miranda (2017) serão compensados por meio de crescimento via aquisições ou participações em novos empreendimentos e de outras estratégias, tais como: comercialização de energia, eficiência operacional, adequação do capital humano, ganhos de sinergias e outras, nas várias empresas que integram o Grupo. Estão demonstrados dois patamares distintos, considerando ambas as possibilidades: renovar ou não as concessões supracitadas. A CEMIG acredita que haverá a manutenção das concessões, conforme está escrito nos contratos de concessão assinados.

- Até 2012: As projeções refletem os novos procedimentos contábeis correspondentes à norma internacional *International Financial Reporting Standards*, incluindo o ICPC-01 (Concessões).

Guidance 2013-2017 e Guidance 2014-2018: O LAJIDA foi apurado conforme práticas contábeis vigentes até 2012, anteriores aos novos pronunciamentos CPC.19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto, implementados em 2013, que estabelecem novas regras para classificação, conforme os direitos e obrigações das partes, e contabilização dos resultados de acordos de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto (equivalência patrimonial ou consolidação proporcional). O LAJIDA para o Guidance passou a ser denominado de LAJIDA Gerencial.

Para manter a possibilidade de comparação entre as projeções de LAJIDA do Guidance 2013-2017 e Guidance 2014-2018 com os anteriores, foi mantida a apuração do indicador pelo método de consolidação proporcional. De acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial, a partir de

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

2013, todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

- O cenário macroeconômico e os indicadores financeiros foram elaborados pelas consultorias especializadas MCM Consultores e LCA Consultores (a partir de 2012) e tiveram como foco principal os desempenhos da economia mineira, nacional e internacional e as projeções de indicadores de evolução da inflação (Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA), taxa de juros (Selic), variação do Produto Interno Bruto, Taxa de Juros de Longo Prazo e cotação do dólar.
 - Volume de vendas de energia aos mercados de consumidores livres.
 - Expectativa de preços de venda futuros para contratos firmados com consumidores livres.
 - Estratégias de comercialização.
 - Evolução da receita de transmissão.
 - Evolução dos valores dos custos não gerenciáveis (compra de energia, custos de transporte e encargos setoriais).
 - Comportamento dos custos gerenciáveis de Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras despesas de natureza operacional (“PMSO”), considerando os parâmetros de empresas de referência regulatória (negócio transmissão) e melhores práticas de mercado (negócio geração).
 - Impactos de implantação de iniciativas de eficiência operacional na evolução dos custos gerenciáveis (PMSO).
 - Programa de Investimentos (os investimentos considerados nas projeções, até o Guidance 2013, incluem apenas o crescimento vegetativo e a reposição de ativos).
- Guidance 2013-2017 e Guidance 2014-2018:** Considera investimentos em aquisições ou participações em novos empreendimentos, para recompor a perda de LAJIDA no cenário onde se considera os possíveis impactos da não renovação das concessões das UHEs Jaguara (2013), São Simão (2015) e Miranda (2017), com retornos provenientes de investimentos médios anuais em montantes equivalentes a R\$ 1,4 bilhões (Consolidado).
- EBITDA e Lucro Líquido das sociedades nas quais a Companhia detém participação societária e que são registrados no demonstrativo de resultado da Companhia através dos métodos de equivalência patrimonial ou consolidação proporcional.
 - Todas as premissas acima discriminadas, excetuando-se PMSO e investimentos, estão sujeitas a mudanças que escapam ao controle da Administração. Especificamente, a definição dos custos

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

gerenciáveis (PMSO) e do montante de investimentos sofrem interferência da gestão da Corporação objetivando a sua otimização e adequação dos impactos às metas propostas para os resultados.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão
**ANÁLISE DE RESULTADOS DO GUIDANCE CEMIG
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO - GT**
INDICADOR : LAJIDA (EBITDA)

(em R\$ mil constantes do primeiro ano do período de projeções)

GUIDANCE 2011							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2011		2012		2011		
(R\$ Milhões Constantes Jun/2011)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.603	3.182	2.716	3.319	2.795	7,4%	-12,2%

GUIDANCE 2012							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2012		2013		2012		
(R\$ Milhões Constantes Jun/2012)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	2.700	3.400	2.820	3.450	3.609	33,7%	6,1%

GUIDANCE 2013							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2013		2014		2013		
(R\$ Milhões Constantes Jun/2013)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	1.731	2.127	1.889	2.272	2.959	70,9%	39,1%

GUIDANCE 2014							
ORIGINAL	LIMITES PROJETADOS				REALIZADO		
LAJIDA	2014		2015		2014		
(R\$ Milhões Constantes Jun/2013)	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Real	Var% Mín.	Var% Máx.
Cemig GT Consolidada	3.044	3.697	2.223	4.144			

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo - PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

27/05/2014

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia apresentou projeções de LAJIDA nos últimos três exercícios sociais e as premissas e resultados foram amplamente divulgadas ao mercado.

Os valores divulgados no Guidance anual atualizam as projeções do exercício anterior (ou as do próprio ano corrente, no caso de revisões do Guidance anual).

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A comparação dos dados projetados com o efetivo desempenho do indicador LAJIDA pode ser visualizada nas próprias tabelas detalhadas no item 11.1.d. deste Formulário de Referência. O dado verificado refere-se ao primeiro ano do horizonte de projeções.

Fatores que explicam os desvios nas projeções

Guidance 2011

Para o ano de 2011, primeiro ano das projeções do Guidance 2011, o LAJIDA verificado na Cemig GT ficou situado entre os valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 7,4% acima do limite inferior e 12,2% inferior ao limite superior da faixa.

Considerando que o LAJIDA da Cemig Consolidada também ficou situado na faixa projetada do Guidance (5,3% superior ao limite inferior e 6,0% inferior ao limite superior), não houve ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Cemig GT a serem discriminados em relação aos resultados de 2011.

Guidance 2012

Os principais fatores que impactaram positivamente os resultados de 2012 são:

- Indenização pela renovação dos ativos de transmissão preconizados pela MP 579;
- Elevação do PLD com consequente aumento na receita de transação de energia na CCEE.

Guidance 2013

Para o ano de 2013, primeiro ano das projeções do Guidance 2013, o LAJIDA verificado na Cemig GT ficou situado acima dos valores da faixa definida e divulgada no Guidance daquele ano. O desempenho correspondeu a 39,1% acima do limite superior da faixa.

Com o resultado da Cemig GT o LAJIDA da Cemig Consolidada se manteve situado na faixa projetada do Guidance (2,0% acima do limite inferior e 7,7% inferior ao limite superior), apesar da ocorrência de fatores geradores de desvios nas projeções da Cemig Distribuição – D que colocaram o desempenho daquela empresa abaixo do limite mínimo da faixa.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Os principais fatores que impactaram positivamente os resultados de 2013 são:

- Aumento da receita com fornecimento bruto de energia elétrica decorrente, principalmente, da combinação dos fatores abaixo:

- Receita com transações com energia na CCEE: A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$967 milhões comparados a R\$261 milhões em 2012, um aumento de 270,50%. Esta variação decorre principalmente da alta de 57,81% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$263,06/MWh em 2013 e R\$166,69/MWh em 2012). Neste bloco se insere a energia da Hidrelétrica de Jaguara, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97, cujo controle é mantido por liminar obtido pela Cemig GT, a partir do vencimento de sua concessão em agosto/2013, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

- Aumento de 22,03% na receita de vendas a outras concessionárias, resultado do aumento de 7,29% na quantidade de energia elétrica fornecida associado à variação de 4,04% do preço médio de venda praticado para estes agentes;

- Aumento de 4,13% do preço médio de venda aplicado aos demais consumidores.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

O Guidance 2014-2018 foi divulgado, em 26 de maio de 2014, no XIX Encontro Anual CEMIG-APIMEC, realizado em Belo Horizonte - MG. As projeções de LAJIDA permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência.

Fonte: Guidance Anual Cemig

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo – PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

27/05/2014

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura Administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração, por uma Diretoria e por um Conselho Fiscal de caráter permanente.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração, além de outras matérias determinadas por lei:

- i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia, observado o Estatuto Social da Companhia;
- iii) deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum;
- iv) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a alienação ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valor individual igual ou superior a R\$14.000.000,00¹.
- v) deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe;
- vi) convocar a Assembleia Geral;
- vii) fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, bem como solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros fatos ou atos administrativos que julgar de seu interesse;
- viii) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva da Companhia;
- ix) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, entre empresas de renome internacional autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a auditar companhias abertas;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

x) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;

xi) autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹;

xii) autorizar a emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos, na forma de debêntures, notas promissórias, “*commercial papers*” e outros;

xiii) aprovar o plano diretor, o plano plurianual e estratégico e o orçamento anual da Companhia, bem como suas alterações e revisões;

xiv) anualmente, fixar as diretrizes e estabelecer os limites, inclusive financeiros, para os gastos com pessoal, inclusive concessão de benefícios e acordos coletivos de trabalho, ressalvada a competência da Assembleia Geral e observado o orçamento anual da Companhia aprovado;

xv) autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xvi) aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do Estatuto Social da Companhia, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;

xvii) aprovar a constituição de, e a participação no capital social em, quaisquer sociedades, empreendimentos ou consórcios;

xviii) aprovar a instituição de comitês, na forma do seu Regimento Interno, devendo cada respectivo comitê, previamente à deliberação do Conselho de Administração, dar o seu parecer, não vinculante, (i) sobre as matérias cuja competência lhe for atribuída pelo Regimento Interno e (ii) com relação a qualquer matéria, desde que solicitado por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, para fins de interpretação desta cláusula, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado; e

xix) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, mediante proposta da Diretoria Executiva.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”).

O Conselho de Administração, mediante resoluções específicas, poderá delegar à Diretoria Executiva a competência para autorizar a celebração de contratos de comercialização de energia elétrica e de prestação de serviços de transmissão, nos termos da legislação.

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia. Dependerão de deliberação da Diretoria Executiva as seguintes matérias:

- i) aprovar o plano de organização da Companhia e emissão das normas correspondentes, bem como as respectivas modificações;
- ii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o plano plurianual e estratégico da Companhia, bem como suas revisões, inclusive cronogramas, valor e alocação de investimentos nele previstos;
- iii) examinar e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação, o orçamento anual da Companhia, o qual deverá refletir o plano plurianual e estratégico da Companhia então vigente, assim como suas revisões;
- iv) deliberar sobre o remanejamento de investimentos ou despesas previstos no orçamento anual que, individualmente ou em conjunto, durante o mesmo exercício financeiro, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00¹, com a consequente readequação das metas aprovadas, respeitado plano plurianual e estratégico da Companhia e o orçamento anual;
- v) aprovar a alienação ou constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente da Companhia, bem como a prestação por esta de garantias a terceiros, de valores inferiores a R\$14.000.000,00¹;
- vi) autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no orçamento anual da Companhia aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a R\$14.000.000,00¹, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe, ressalvada a competência do Diretor de Gestão Empresarial para a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e contratações correspondentes, de valor inferior a R\$ 2.800.000,00²;
- vii) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Companhia, devendo as deliberações observarem as disposições do Estatuto Social da Companhia, as deliberações do Conselho de Administração, o plano diretor e o plano plurianual e estratégico;

viii) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.800.000,00² e inferior a R\$14.000.000,00¹;

ix) autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais de valor inferior a R\$14.000.000,00¹;

x) autorizar as provisões contábeis da Companhia, em valor inferior a R\$14.000.000,00¹, mediante proposta do Diretor de Finanças e Relações com Investidores;

xi) aprovar a designação de empregados para o exercício de cargos gerenciais da Companhia, mediante proposta do Diretor interessado, observada a competência do Diretor Presidente para, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, propor à Diretoria as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;

xii) autorizar os gastos com pessoal e os acordos coletivos de trabalho, observados a competência da Assembleia Geral, as diretrizes e os limites aprovados pelo Conselho de Administração e o orçamento anual aprovado; e

xiii) examinar e deliberar acerca da contratação de consultores externos, quando solicitado por qualquer Diretoria, observada a competência do Conselho de Administração para autorizar, mediante proposta da Diretoria Executiva, a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$14.000.000,00¹, e a competência da Diretoria Executiva para autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação e as contratações correspondentes, de valor igual ou superior a R\$ 2.800.000,00² e inferior a R\$14.000.000,00¹.

Os limites financeiros para deliberação da Diretoria Executiva serão corrigidos, em janeiro de cada ano, pelo IGP-M, da FGV.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é permanente e suas atribuições são as fixadas na Lei de Sociedades por Ações, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas, na forma do seu Regimento.

Comitês e Suas Atribuições

Os Comitês do Conselho de Administração não têm função executiva ou poder de decisão, mas têm como finalidade assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Comitê de Apoio ao Conselho de Administração – tem como atribuição avaliar e recomendar, previamente às reuniões do Conselho de Administração, as eventuais correções nos conteúdos das pautas das reuniões, priorização dos assuntos da pauta, exame da documentação necessária para o entendimento dos Conselheiros, a quantidade, qualidade e conteúdo do material, a necessidade de apresentações/esclarecimentos, o detalhamento das matérias, as conformidades com o Estatuto Social e, outras medidas que se façam necessárias à objetividade das reuniões. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade – tem como atribuição propor ao Conselho de Administração a estrutura e constituição de Comitês, a condução da avaliação periódica do Conselho de Administração, dos Comitês, do Presidente e do Secretário do Conselho, as ações de melhoria da dinâmica de funcionamento do Conselho de Administração, os critérios para avaliação e desenvolvimento da Governança Corporativa e da Sustentabilidade, as regras para o tratamento dos conflitos de interesse dos acionistas, entre si e com a Companhia, a revisão das responsabilidades dos Comitês, a reavaliação da sua estrutura e o perfil e as necessidades de novos membros, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

Comitê de Recursos Humanos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Gestão Empresarial, sobre assuntos referentes a recursos humanos, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Estratégia – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores e a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, sobre as diretrizes para a formulação, pela Diretoria Executiva, do plano diretor da Companhia, o acompanhamento do planejamento estratégico e do orçamento anual da Companhia, os critérios para avaliação dos resultados da Companhia, a antecipação de tendências estratégicas no setor e no mercado para melhor posicionar a Companhia no seu ambiente competitivo, emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 30 de agosto de 2006.

Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre os assuntos econômico-financeiros, tais como: empréstimos/refinanciamentos, gestão da dívida, análise de riscos financeiros, fluxo de caixa, resultado empresarial, *covenants*/BSC, execução orçamentária e política de dividendos e emissão de ações e debêntures; acompanhar a gestão de riscos da Companhia; identificar, avaliar, monitorar de forma contínua o risco e propor estratégias de gestão e mitigação de riscos; acompanhar o desempenho dos controles (SOX); acompanhar a evolução dos passivos da Companhia; acompanhar a aplicação do modelo integrado de análise de risco nos projetos da Companhia; propor critérios para identificação de riscos inerentes à atuação dos Conselheiros, bem como ações preventivas; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Promover a interação entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, referente aos assuntos da auditoria interna e externa. Data da criação: 30 de agosto de 2006 (alterado em 3 de agosto de 2010).

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas – tem como atribuição examinar e opinar, interagindo com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e a Diretoria de Finanças e Relações com Investidores, sobre o desenvolvimento de estudos para potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios; avaliar e propor premissas para investimentos (TIR, *pay back*, custo de capital e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários); avaliar os pontos positivos e negativos de cada potencial negócio por meio de análises preliminares apresentadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; opinar sobre a continuidade dos estudos para cada opção de aquisição e/ou participação analisada; opinar sobre potenciais aquisições e/ou participações em novos negócios, previamente analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; analisar os pontos positivos e negativos de cada negócio potencial através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e aquisição de negócios; opinar sobre a aquisição e/ou participação em cada opção previamente analisada; opinar sobre matérias significativas referentes às subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Companhia; opinar sobre potenciais alienações de participações societárias coordenadas pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores ouvidas as demais Diretorias; analisar a viabilidade econômico-financeira de cada potencial alienação através de estudos detalhados desenvolvidos pela Diretoria de Desenvolvimento de Negócios; identificar potenciais problemas e abordagens a serem seguidas na negociação e alienação de negócios; opinar sobre a alienação e/ou desinvestimento em cada opção previamente analisada; emitindo pareceres para o Conselho de Administração. Data da criação: 3 de agosto de 2010.

Cada Comitê deverá:

- i) ter autonomia no desempenho das suas atribuições, porém ciente da sua interdependência com os outros Comitês e subordinação ao Conselho de Administração;
- ii) buscar entendimento consensual entre os participantes quanto ao verdadeiro significado de cada uma das suas atribuições;
- iii) ter clareza de entendimento do sentido e significado dos Comitês e suas relações com o Conselho de Administração;
- iv) atuar na defesa da Companhia, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável;
- v) buscar as melhores fontes e referências nas matérias de sua especialidade;
- vi) informar ao Conselho de Administração os resultados de sua atuação;
- vii) adotar, como desafio e elemento básico, a criatividade, tornando-se consciente de que a inovação é um fato coletivo e decorre da competência em combinar diferenças de estilos, conhecimentos e habilidades;
- viii) estar consciente de que o sucesso do Conselho de Administração depende da qualidade da sua dinâmica como equipe, das informações nas quais baseia as decisões e no foco nas questões substantivas ou essenciais; e

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

ix) atuar permanentemente como apoio ao Conselho de Administração.

As recomendações e orientações resultantes das atividades dos Comitês não são vinculantes para os membros do Conselho de Administração.

Os Comitês, exceto o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, deverão obrigatoriamente apreciar e emitir parecer sobre os assuntos específicos constantes das suas atribuições.

Os Comitês deverão apreciar e dar parecer sobre os assuntos de sua área de interesse, ainda que não previstos explicitamente no respectivo Regimento Interno, desde que a sua apreciação e parecer tenham sido expressamente solicitados por, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração. Caso o quociente de dois terços dos membros do Conselho de Administração não seja um número inteiro, será considerado o número inteiro inferior mais próximo do resultado fracionado.

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia é permanente. A data de criação de cada um dos comitês está indicada no item “a” acima.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Conforme determinado em seu Regimento Interno, está prevista avaliação anual do Conselho de Administração por seus membros através de formulário de auto avaliação e avaliação do órgão por cada membro. Essa avaliação não possui, atualmente, nenhuma relação com a remuneração dos conselheiros.

Os Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva não são submetidos, atualmente, a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

O Diretor-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

i) superintender e dirigir os trabalhos da Companhia;

ii) coordenar a elaboração, a consolidação e a implementação do plano plurianual e estratégico da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;

iii) representar a Companhia em juízo, ativa e passivamente;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iv) assinar, juntamente com um dos Diretores, os documentos de responsabilidade da Companhia;
- v) apresentar o relatório anual dos negócios da Companhia ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral Ordinária;
- vi) admitir e demitir pessoal da Companhia;
- vii) conduzir as atividades de auditoria interna, secretaria geral e planejamento estratégico;
- viii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação, em conjunto com o Diretor a que estiver vinculado o empregado, as indicações para os cargos gerenciais da Companhia;
- ix) propor as indicações para os cargos de Administração e Conselhos Fiscais das subsidiárias integrais, da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, ouvido o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, e das controladas e coligadas da Companhia e dos consórcios de que a Companhia participe, ouvido o Diretor de Desenvolvimento de Negócios.

O Diretor Vice-Presidente tem como atribuições e poderes individuais:

- i) substituir o Diretor-Presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga;
- ii) propor a melhoria das políticas e diretrizes de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia;
- iii) definir as políticas e diretrizes de meio ambiente, de desenvolvimento tecnológico, de alternativas energéticas e de normalização técnica;
- iv) coordenar a estratégia de atuação da Companhia em relação ao meio ambiente, ao processo tecnológico e à gestão estratégica de tecnologia;
- v) coordenar a implantação e a manutenção dos sistemas de qualidade da Companhia;
- vi) promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; e
- vii) monitorar a condução dos planos para o atendimento das diretrizes ambientais, tecnológicas e da melhoria da qualidade.

O Diretor de Finanças e Relações com Investidores tem como atribuições e poderes individuais:

- i) prover os recursos financeiros necessários à operação e expansão da Companhia, conforme orçamento anual da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- ii) coordenar a elaboração e a consolidação do orçamento anual da Companhia, no caso das coligadas e controladas em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, e, em ambos os casos, com a participação dos demais Diretores da Companhia;
- iii) proceder à avaliação econômico-financeira dos projetos de investimento da Companhia, exceto aqueles de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios;
- iv) acompanhar o desempenho econômico-financeiro dos projetos de investimento, conforme metas e resultados aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- v) contabilizar e controlar as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e demais controladas;
- vi) determinar o custo do serviço e estabelecer política de seguros, conforme delineado no plano plurianual e estratégico da Companhia;
- vii) detalhar a programação financeira de curto, médio e longo prazos, conforme previsto no plano plurianual e estratégico da Companhia e no orçamento anual;
- viii) controlar o capital social da Companhia, bem como propor à Diretoria Executiva, para deliberação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, a política de governança com o mercado e de dividendos da Companhia e suas subsidiárias integrais e controladas e sugerir o mesmo para as empresas coligadas;
- ix) coordenar a elaboração e a negociação das receitas de transmissão, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- x) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições; representar a Companhia perante a CVM, as Bolsas de Valores e demais entidades do mercado de capitais;
- xi) promover a gestão financeira da Companhia e das suas subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que a Companhia participe, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;
- xii) realizar o controle dos resultados econômico-financeiros das participações da Companhia nas subsidiárias integrais, controladas e coligadas;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xiii) propor à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, (i) os aportes de capital nas subsidiárias integrais; e (ii) os aportes de capital, o exercício de direito de preferência e a celebração de acordos de votos, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, nas controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;

xiv) participar das negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários de todas as empresas nas quais a Companhia detenha qualquer participação;

xv) coordenar, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes; e

xvi) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho financeiro das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia.

O Diretor de Gestão Empresarial tem como atribuições e poderes individuais:

i) prover pessoal adequado à Companhia;

ii) definir a política de recursos humanos da Companhia, orientar e promover sua aplicação;

iii) orientar e conduzir as atividades relacionadas a estudos organizacionais e sua documentação;

iv) definir, conduzir e supervisionar a política de telecomunicações e informática da Companhia;

v) projetar, implantar e manter os sistemas de telecomunicações e de informática da Companhia;

vi) definir políticas e normas sobre serviços de apoio, tais como transportes, comunicação administrativa, vigilância e de adequação dos locais de trabalho do pessoal;

vii) prover a Companhia de recursos e serviços de infraestrutura e de apoio administrativo;

viii) coordenar as políticas, processos e meios de segurança patrimonial, segurança do trabalho e vigilância aprovados pela Companhia;

ix) conduzir as negociações dos acordos coletivos de trabalho, em conformidade com as diretrizes e limites aprovados pelo Conselho de Administração, encaminhando as propostas negociadas para aprovação da Diretoria Executiva;

x) administrar o processo de contratação de obras e serviços e de aquisição e alienação de materiais e imóveis;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- xi) proceder ao controle de qualidade do material adquirido e da qualificação dos prestadores de serviços contratados;
- xii) administrar e controlar o estoque de material, promover a triagem e a recuperação do material usado, bem como promover a venda de material excedente, inservível e de sucata;
- xiii) promover e implementar programas de incremento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e melhoria continuada de fornecedores de materiais e serviços de interesse da Companhia, isoladamente ou em cooperação com outras Diretorias ou órgãos de fomento e entidades de classe, no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- xiv) conduzir programas de gestão empresarial e de ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- xv) autorizar a instauração de processo administrativo de licitação e de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e as contratações correspondentes, de valor inferior a R\$2.800.000,00²;
- xvi) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva, para aprovação, dentre empregados da Companhia, as indicações para os cargos de membros efetivos e suplentes do Comitê de Administração do Prosaúde Integrado;
- xvii) propor ao Diretor-Presidente, para encaminhamento à Diretoria Executiva para aprovação, dentre os empregados da Companhia, as indicações de empregados para compor o Comitê de Negociação Sindical, assim como a designação de seu coordenador;
- xviii) apresentar à Diretoria Executiva as avaliações advindas de programa de desenvolvimento de sucessão de lideranças, implantado pela Companhia, visando subsidiar as deliberações da Diretoria Executiva acerca das indicações de empregados para cargos gerenciais.

O Diretor de Geração e Transmissão tem como atribuições e poderes individuais:

- i) zelar pela qualidade do fornecimento de energia aos consumidores ligados diretamente ao sistema de transmissão;
- ii) elaborar o planejamento da geração e da transmissão;
- iii) operar e manter os sistemas de geração e transmissão e os sistemas de supervisão e telecontrole associados;
- iv) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;
- v) desenvolver e conduzir as ações hidrometeorológicas de interesse da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- vi) gerir as operações decorrentes da interligação do sistema elétrico de transmissão da Companhia com os de outras empresas, bem como a conexão de agentes à rede básica da Companhia;
- vii) representar a Companhia junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico –ONS, à Associação Brasileira das Geradoras de Energia Elétrica – Abrage e demais entidades representativas dos setores de geração e transmissão de energia elétrica;
- viii) gerir os laboratórios e oficinas centrais da Companhia;
- ix) coordenar e implantar projetos de reforma, modernização, melhoria, reativação e desativação nas instalações de geração e transmissão;
- x) propor e implementar as medidas que visem a assegurar a conectividade dos diversos agentes do setor elétrico, ligados ao sistema de transmissão da Companhia;
- xi) propor e implementar as políticas e diretrizes que visem assegurar a integridade das instalações de geração e transmissão e gerir a segurança industrial dessas instalações;
- xii) gerenciar e promover a política de segurança do trabalho da Companhia no âmbito de suas atividades;
- xiii) gerenciar a implantação dos empreendimentos de expansão de geração, transmissão e co-geração, promovendo o projeto, a construção e a montagem, e assegurando o desempenho físico-financeiro desses empreendimentos;
- xiv) fornecer apoio técnico às negociações para viabilização dos empreendimentos de expansão da geração, transmissão e co-geração e participar da negociação de documentos dos consórcios de empreendedores e de sociedades de propósitos específicos; e
- xv) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor Comercial tem como atribuições e poderes individuais:

- i) elaborar pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia;
- ii) coordenar o planejamento e a execução da compra de energia para atender ao mercado da Companhia e a venda de energia proveniente de fontes de geração próprias;
- iii) coordenar a compra e venda de energia nas suas diferentes formas e modalidades, compreendendo a importação, exportação e a participação em todos os segmentos de mercados especializados de energia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iv) coordenar a prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia a qualquer agente autorizado;
- v) representar a Companhia junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, responsabilizando-se pelas operações realizadas no âmbito daquela Câmara, e representar a Companhia perante as demais entidades de comercialização de energia elétrica;
- vi) coordenar o estabelecimento dos preços de compra e venda de energia elétrica, e propor à Diretoria Executiva para aprovação;
- vii) estabelecer relações comerciais e coordenar a venda de energia elétrica e serviços para os consumidores, individualmente, ou grupos de consumidores, atendidos em tensão maior ou igual a 2,3 kV e demanda contratada igual ou maior que 500 kW, assim como grupos empresariais;
- viii) identificar, medir e gerenciar os riscos associados à comercialização de energia;
- ix) negociar e gerenciar os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e de conexão do Sistema de Distribuição com as transmissoras;
- x) gerenciar a comercialização, em interação com a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, dos créditos de carbono da Companhia;
- xi) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das subsidiárias integrais da Companhia.

O Diretor de Desenvolvimento de Negócios tem como atribuições e poderes individuais:

- i) promover a busca, a análise e o desenvolvimento de novos negócios da Companhia nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, petróleo e gás, assim como em outras atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- ii) promover as análises de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental dos novos negócios para a Companhia, em interação com as Diretorias relacionadas aos referidos negócios;
- iii) coordenar as negociações e implementar as parcerias, consórcios, sociedades de propósito específico e demais formas de associação com empresas públicas ou privadas necessárias ao desenvolvimento de novos negócios, bem como a negociação de contratos e documentos societários dos empreendimentos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- iv) coordenar, em conjunto com o Diretor-Presidente, a elaboração e a consolidação do Plano Plurianual e Estratégico da Companhia; e, com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, do Orçamento Anual no que tange às coligadas e controladas;
- v) coordenar a participação da Companhia nos processos licitatórios para obtenção de outorga de concessões em todas as áreas de sua atuação;
- vi) buscar, coordenar, avaliar e estruturar as oportunidades de aquisição de novos ativos em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- vii) coordenar a participação da Companhia nos leilões de novos negócios promovidos por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, inclusive agências reguladoras;
- viii) promover a busca e a análise, no âmbito da Companhia, das oportunidades de negócios relacionados ao aproveitamento de créditos de carbono;
- ix) elaborar o planejamento e o Programa de Investimentos de novos negócios em todos os setores e atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social;
- x) representar a Companhia junto às entidades de planejamento da expansão do setor elétrico nas suas áreas de atuação;
- xi) acompanhar, na Companhia, o planejamento energético do País;
- xii) propor, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração, premissas para os novos investimentos a serem feitos pela Companhia (TIR, *pay back*, custo de capital, e outros indicadores de risco/retorno que se fizerem necessários);
- xiii) propor, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, à Diretoria Executiva, para aprovação ou encaminhamento ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral de Acionistas, conforme a competência definida no Estatuto Social da Companhia, as matérias referentes a aportes de capital, exercício de direito de preferência e celebração de acordos de votos nas controladas e coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia;
- xiv) coordenar, no âmbito da Companhia, as negociações que envolvam a constituição e a alteração de documentos societários das controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia;
- xv) acompanhar e supervisionar a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas, dentro dos critérios de boa governança corporativa e zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

xvi) coordenar, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, os processos de alienação de participações societárias detidas pela Companhia, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes;

xvii) acompanhar, avaliar e divulgar no âmbito da Diretoria Executiva da Companhia o desempenho técnico-operacional das controladas e coligadas e dos consórcios de que participe a Companhia;

xviii) representar a Companhia nos comitês de apoio aos Conselhos de Administração de suas controladas e coligadas;

xix) coordenar os assuntos referentes aos novos negócios e à gestão de participações da Companhia, suas controladas e coligadas, bem como nos consórcios de que participe a Companhia, em interação com as demais Diretorias da Companhia.

O Diretor de Gás tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar, em nome da Companhia e de suas subsidiárias integrais e controladas, todas as atividades relacionadas à exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de petróleo e gás ou de subprodutos e derivados diretamente ou através de terceiros;

ii) propor à Diretoria Executiva diretrizes, normas gerais e planos de operação, prospecção, exploração, aquisição, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de atividades dos negócios de petróleo e gás;

iii) desenvolver pesquisas, análises e estudos de investimentos e novas tecnologias relacionadas a petróleo e gás e, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, estudos e desenvolvimentos de negócios no referido setor;

iv) desenvolver normatização para projetos no campo de petróleo e gás;

v) propor à Diretoria Executiva plano plurianual de investimentos e despesas da Gasmig;

vi) propor à Diretoria Executiva, em conjunto com o Diretor de Finanças e Relações com Investidores e com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios, o plano plurianual de investimentos e despesas de outras sociedades de propósitos específicos associadas às atividades de petróleo e gás;

vii) consolidar a gestão das políticas de segurança de trabalho da Gasmig e de outras sociedades de propósitos específicos, no âmbito das atividades de petróleo e gás, em consonância com as diretrizes gerais ditadas pela Companhia, através da Diretoria de Gestão Empresarial;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

viii) desenvolver pesquisas, estudos, análises e projeções dos mercados de interesse da Companhia no âmbito das atividades de petróleo e gás;

ix) conduzir programas e ações ambientais no âmbito da Diretoria;

x) representar a Companhia nas diversas entidades que congregam as empresas do setor de petróleo e gás.

O Diretor Jurídico tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar as atividades jurídicas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, compreendendo: a organização e a supervisão dos serviços jurídicos das companhias nas áreas contenciosa e consultiva, em todos os ramos do direito; o estabelecimento das diretrizes, a emissão de orientações jurídicas e a atuação preventiva nos assuntos legais de interesse das companhias; a adoção de medidas que visem à integração e sinergia das áreas jurídicas das companhias; a promoção da defesa dos interesses das companhias em juízo e administrativamente; e a definição de estratégias jurídicas e processuais a serem adotadas pelas companhias;

ii) apoiar as demais áreas da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976, nos assuntos legais e jurídicos;

iii) propor e implementar as diretrizes para as contratações de serviços jurídicos externos, coordenando e supervisionando a sua execução;

iv) coordenar as informações relativas aos processos judiciais, administrativos e serviços de advocacia consultiva da Companhia, das suas subsidiárias integrais e controladas, nos termos do disposto no artigo 116, alíneas “a” e “b”, da Lei 6.404/1976; e periodicamente ou quando solicitado, informar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração sobre a estratégia processual e jurídica adotada, bem como o andamento e evolução de tais processos.

O Diretor de Relações Institucionais e Comunicação tem como atribuições e poderes individuais:

i) coordenar a representação da Companhia e das suas subsidiárias integrais, no âmbito das suas atribuições regulatórias junto às agências reguladoras, Ministério das Minas e Energia, fóruns e associações do setor;

ii) coordenar o relacionamento institucional da Companhia e das suas subsidiárias integrais, incluindo os principais fóruns de legislação e desenvolvimento de políticas públicas associadas ao setor energético;

iii) coordenar os procedimentos de fiscalização e notificações decorrentes das agências reguladoras referentes à Companhia e suas subsidiárias integrais, juntamente, com as Diretorias envolvidas;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

iv) coordenar, baseado no Planejamento Estratégico da Companhia, a divulgação de informações institucionais e corporativas da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

v) coordenar o acompanhamento das proposições legislativas e regulatórias, bem como as manifestações da Companhia e das suas subsidiárias integrais juntamente com as Diretorias envolvidas;

vi) coordenar a análise e a promoção da elaboração de cenários regulatórios, assegurando a avaliação de impactos nos negócios das subsidiárias integrais da Companhia, visando subsidiar o planejamento estratégico corporativo;

vii) coordenar e alinhar as ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais para preservar a cultura e os valores da Companhia junto aos acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores, governo e formadores de opinião, garantindo o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Companhia;

viii) coordenar os esforços e ações de comunicação corporativa da Companhia e das suas subsidiárias integrais, visando manter e fortalecer a marca e sustentar a agregação de valores nos relacionamentos com os públicos relevantes da Empresa de forma a garantir uma reputação forte e positiva;

ix) coordenar as ações de definição e implementação do uso da marca da Companhia e das suas subsidiárias integrais, para assegurar o valor e fortalecimento da Companhia;

x) coordenar as ações relativas à preservação do Projeto Memória da Companhia e suas subsidiárias integrais, zelando pelo acervo físico da Companhia e das suas subsidiárias integrais;

xi) coordenar o controle e divulgação de informações institucionais e corporativas;

xii) coordenar, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a aplicação dos recursos para projetos culturais, especialmente os de responsabilidade social, com recursos de leis de incentivo;

xiii) coordenar a divulgação de programas de eficiência energética e outros voltados para comunidades carentes;
e

xiv) conduzir as atividades de ouvidoria.

O Diretor sem designação específica tem como atribuições e poderes individuais:

i) praticar os atos próprios previstos na legislação e no Estatuto da Companhia e exercer as atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Além do exercício das atribuições que lhes são fixadas no Estatuto Social da Companhia, compete a cada Diretoria assegurar a cooperação, a assistência e o apoio às demais Diretorias no âmbito de suas respectivas competências, visando à consecução dos objetivos e interesses maiores da Companhia.

Os projetos desenvolvidos pela Companhia, no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Negócios, uma vez estruturados e constituídos, deverão ser assumidos pelas respectivas Diretorias a que competirem a sua construção, execução, operação e comercialização, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

Compete a cada Diretor, no âmbito de sua atuação, promover as ações necessárias ao cumprimento e à efetiva implementação das políticas de segurança do trabalho aprovadas pela Companhia.

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, dos comitês e da diretoria

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos Comitês de assessoramento e da Diretoria Executiva não são submetidos a nenhum tipo de avaliação de seu desempenho.

(1) Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Atualmente este valor é de R\$ 16.738.139,12.

(2) Os limites financeiros acima estabelecidos são corrigidos em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), da Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Atualmente este valor é de 3.347.627,82.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**12.2 -Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4- Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Fernando Henrique Schuffner Neto		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1ª RCA após a AGO de 2016	0
320.008.396-49	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor de Desenvolvimento de Negócios			
Márcio Lúcio Serrano		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
110.906.186-20	Médico	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor de Gestão Empresarial			
Evandro Leite Vasconcelos		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
251.704.146-68	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor Comercial			
Ricardo José Charbel		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
383.259.856-15	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor sem denominação específica			
Mateus de Moura Lima Gomes		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
037.285.936-48	Advogado	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Luiz Fernando Rolla		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
195.805.686-34	Engenheiro Eletricista	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor de Relações Institucionais e Comunicação			
Fabiano Maia Pereira		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
027.583.306-28	Economista	19 - Outros Diretores	09/02/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor de Finanças e Relações com Investidores			
Raul Lycurgo Leite		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
658.219.551-49	Advogado	19 - Outros Diretores	20/03/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor Jurídico			
Eduardo Lima Andrade Ferreira		Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Até a 1a. RCA após a AGO de 2016	0
043.057.096-19	Engenheiro Civil	19 - Outros Diretores	23/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.		Diretor de Gás			
Nelson José Hubner Moreira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
443.875.207-87	Engenheiro eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade					
Guy Maria Villela Pachcoal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
000.798.806-06	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Helvécio Miranda Magalhães Júnior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
561.966.446-53	Médico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Bruno Westin Prado Soares Leal		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
055.230.506-52	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Participa do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.					
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
371.150.576-72	Engenheiro metalurgista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas					
Ana Sílvia Corso Matte		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
263.636.150-20	Advogada	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e do Comitê de Recursos Humanos (Coordenadora) .					
Otávio Marques de Azevedo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
129.364.566-49	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo/função na Companhia.					
Paulo Roberto Reckziegel Guedes		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
400.540.200-34	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.					
Luiz Guilherme Piva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
454.442.936-68	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Participa do Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração, Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle de Controladas e Coligadas e Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos (Coordenador).					
Ricardo Coutinho de Sena		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
090.927.496-72	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Saulo Alves Pereira Junior		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
787.495.906-00	Engenheiro Eletricista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Estratégia, do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.					
Tarcisio Augusto Carneiro		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
372.404.636-72	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos					
Wieland Silberschneider		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
451.960.796-53	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Pertence ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos					
Antônio Dirceu Araújo Xavier		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
068.412.446-72	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
O conselheiro é membro do Comitê de Recursos Humanos					
Ricardo Vagner Righi de Toledo		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
299.492.466-87	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, Comitê de Estratégia e Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.					
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
539.109.746-00	Eletricitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo/função na Companhia.					
Eduardo Borges de Andrade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016.	0
000.309.886-91	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.					
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
098.044.046-72	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	22/01/2015	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Pertence ao Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e ao Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade(Coordenador).					
Allan Kardec de Melo Ferreira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
054.541.586-15	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Recursos Humanos					
Bruno Magalhães Menicucci		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Estratégia, Comitê de Estratégia, Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.					
Carlos Fernando da Silveira Vianna		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
319.830.656-68	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração e do Comitê de Estratégia .					
José Pais Rangel		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
239.775.667-68	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2014	Sim	0%
Não ocupa outro cargo/função no emissor.					
José João Abdalla Filho		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até AGO de 2016	0
245.730.788-00	Servidor Público	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Não ocupa outro cargo/função no emissor.					
José Augusto Gomes Campos		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até AGO de 2016	0
505.516.396-87	Físico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Recursos Humanos					
Marina Rosenthal Rocha		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
060.101.836-26	Engenheira Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
A conselheira é membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.					
Flávio Miarelli Piedade		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
703.736.396-00	Administrador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração, Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos e ao Comitê de Estratégia.					
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a AGO de 2016	0
813.975.696-20	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2014	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos					
Marco Antonio De Rezende Teixeira		Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016	0
371.515.926-04	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	22/01/2015	Sim	0%
Pertence ao Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Franklin Moreira Gonçalves		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016 (membro da CA) e até a RCA (membro da DE)	0
754.988.556-72	Analista de Sistemas	39 - Outros Conselheiros / Diretores	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.		Diretor de Geração e Transmissão e membro suplente do Conselho de Administração			
Mauro Borges Lemos		Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	22/01/2015	Até a AGO de 2016 (membro da CA) e até a RCA (membro da DE)	0
316.720.516-49	Economista	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	22/01/2015	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Aliomar Silva Lima		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0
131.654.456-72	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Ari Barcelos da Silva		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0
006.124.137-72	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0
026.939.257-20	Jornalista e Administrador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Rafael Pinto Queiroz Neto		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0
012.372.526-79	Contabilista/Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Luiz Guaritá Neto		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
289.118.816-00	Engenheiro Civil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0
001.909.696-87	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Lauro Sander		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0
130.841.600-82	Bancário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Thales de Souza Ramos Filho		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0
003.734.436-68	Médico	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/funções na Companhia.					
Salvador José Cardoso de Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015.	0
302.074.607-87	Bancário e Economiário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outros cargos/função no emissor.					
Bruno Gonçalves Siqueira		Conselho Fiscal	30/04/2014	Até a AGO de 2015	0
075.851.006-39	Contabilista/Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/04/2014	Sim	0%
Não exerce outro cargo no emissor.					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49					

Nascido em 1960, o Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto é membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros desde 2005. É membro do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2007. É membro do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS desde 2008. É membro do Conselho de Administração da Cemig Telecomunicações S.A.-CemigTelecom desde 2010. É membro do Conselho de Administração da Light e da Light SESA desde 2010. É membro do Conselho de Administração da Renova Energia desde 2011. Além disso, foi Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e da Cemig Geração e Transmissão S.A. no período de 2007 a 2008. Foi Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais e da Cemig Distribuição S.A. de 2008 a 2010. É Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2010. Ademais, é membro do Conselho de Administração das Empresas do "Grupo TBE": Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE; Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE; Sistema de Transmissão Catarinense S.A. - STC; Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE; e, Companhia Transmissora de Energia Elétrica – Lumitrans, desde 2011.

O Sr. Fernando Henrique Schuffner Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Márcio Lúcio Serrano - 110.906.186-20

Graduado em História Natural, em Ciências Biológicas e em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No setor empresarial, atuou na Mineração Morro Velho / Anglo Gold Corporation, como médico do Trabalho; no Centro de Medicina do Trabalho de Belo Horizonte, como diretor Técnico Executivo e gestor dos Programas de Saúde Ocupacional Setor Moveleiro do Sistema FIEMG; na Unimed BH, como fundador e coordenador do Departamento de Saúde Ocupacional; Na V&M do Brasil, como gerente da Fundação Sidertube e do Grupo Vallourec, conselheiro de Saúde e Social do Conselho da V&M e consultor da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil; e no Biocor Instituto, como médico coordenador de Saúde Ocupacional. É acadêmico da Academia Nacional de Medicina do Trabalho.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Evandro Leite Vasconcelos - 251.704.146-68

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1980, mestre em Engenharia de Recursos Hídricos pela COPPE/UFRJ, em 1989, e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1999. Diretor de Energia da Light S.A. e, interina e cumulativamente, de Desenvolvimento de Negócios da Companhia, até 2014. Professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil da PUC Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e o Departamento de Planejamento Energético, foi superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão, superintendente de Transmissão, superintendente de Geração e superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

Nascido em 1959, o Sr. Ricardo José Charbel é formado em Engenharia Elétrica - na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC-MG em 1981. É pós-graduado em Processamentos de Dados, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Gradou-se em Engenharia de Manutenção e Operação de Distribuição de Energia Elétrica, na Universidade Mackenzie - São Paulo em 1994. Fez MBA Empresarial e Gestão de Negócios no IBMEC. Participou do Programa Trilhas da Liderança Internacional - Fundação Dom Cabral em 2011. Atua na Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG desde 1983, tendo exercido o cargo de Analista de Sistemas, Engenheiro, Gerente de Divisão, Gerente de Relacionamento Comercial, Gestor na Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos, Superintendente de Planejamento, Estudos e Projetos de Expansão da Distribuição e, atualmente, exerce o cargo de Diretor de Distribuição e Comercialização da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e da Cemig Distribuição S.A., além de ser Diretor sem denominação específica da Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Ricardo José Charbel não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Mateus de Moura Lima Gomes - 037.285.936-48

Concluiu a graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, (2005), após ter cursado até o 4º período de Psicologia na mesma Universidade. Em 2008, concluiu especialização em Direito Administrativo e cursa especialização em Direito Tributário. Membro da Comissão de Direito Eleitoral OAB/Minas Gerais na gestão 2010/2012. Professor de Direito Eleitoral da Escola Superior de Advocacia da OABMG. Tem experiência na área de Direito Público com ênfase em Direito Eleitoral, Administrativo e Municipal. Exerceu o cargo de Procurador-geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte até 02/2013. Mestre em Direito Público pela PUC/MG e preside a Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MG na gestão 2013/2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

O Sr. Rolla nasceu em 1949, é brasileiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, portador da Carteira de Identidade nº MG-1389219 expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do CPF nº 195.805.686-34 Formou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1974. Iniciou sua carreira na Cemig em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e "project finance". Últimos Cargos / Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de RI pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec e, ainda, pela IR Magazine (2006). Entre janeiro de 2007 e janeiro de 2015 atuou como Diretor de Finanças, Relações com Investidores da CEMIG, na qual passou a atuar, a partir de janeiro de 2015 como Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fabiano Maia Pereira - 027.583.306-28

Graduação em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutorado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, a partir de 2003, atuando na gestão da dívida pública interna e externa e no desenvolvimento de programas federais baseado em operações de crédito.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Raul Lycurgo Leite - 658.219.551-49

Mestre em Direito Internacional pela American University – Washington College of Law, em Washington (EUA), com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas em Direito e Política Tributária e em Direito Econômico e das Empresas, e bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Advogado e, desde 2002, procurador federal da Procuradoria Geral e da Advocacia Geral da União (PGF/AGU). Atua como consultor jurídico do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde 2011. Atuou ainda na Procuradoria-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Lima Andrade Ferreira - 043.057.096-19

Engenheiro civil graduado em 2004 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou na Construtora Queiroz Galvão S/A, de 2007 a 2014, como engenheiro, gerente Técnico e gerente de Administração Contratual, em diversas obras no Estado do Rio de Janeiro e em São Paulo; na Sinopec International Petroleum Service Corporation, de 2006 a 2007, como engenheiro de planejamento; na ARG, de 2005 a 2006, como engenheiro de Planejamento; e no Consórcio Masa-ARG, de 2004 a 2005, como engenheiro de planejamento e controle.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nelson José Hubner Moreira - 443.875.207-87

O Sr. Hubner Moreira nasceu em 1954. Formou-se em Engenharia pela Universidade Federal Fluminense (RJ) com especialização em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi ministro interino de Minas e Energia, entre maio de 2007 a janeiro de 2008. Foi Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de 2009 a 2013.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guy Maria Villela Paschoal - 000.798.806-06

Nascido em 1933, o Sr. Guy Maria Villela Paschoal foi Membro da Câmara de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais e, em FURNAS, participou da Junta de Consultores dos Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira e, na ELETROBRAS, foi Consultor da Presidência e membro do Comitê Diretor do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte; tendo sido ainda, na CEMIG, membro suplente do Conselho de Administração e consultor para os aproveitamentos de Santo Antônio e Jirau.- 2003-2008 Presidente do Conselho e Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica- ABRADDEE (Brasília); Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros; Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.; Membro do Conselho Consultivo da Memória da Eletricidade do Brasil (Rio de Janeiro) e do Conselho Superior da Fundação Felice Rosso (Hospital Felício Rocho).- 2008/2012 Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Helvécio Miranda Magalhães Júnior - 561.966.446-53

O Sr. Miranda Magalhães nasceu em 1963. É formado em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Epidemiologia pela mesma universidade, tendo concluído o doutorado em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Ente 2003 a 2008 foi Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte. Entre 2009 e 2010, ocupou o cargo de Secretário Municipal de Orçamento, Planejamento e Informação da Prefeitura de Belo Horizonte. Entre 2011 e 2014, foi Secretário de Atenção à Saúde, do ministério da Saúde.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Westin Prado Soares Leal - 055.230.506-52

A Sra. Corso Matte nasceu em 1959. É formado em direito pela UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-graduada em Recursos Humanos, pela PUC-IAG-Rio de Janeiro, com MBA pelo PDG/EXEC (hoje IBMEC/Rio de Janeiro), tendo concluído, em 2010, o PGA-Programa de Gestão Avançada para executivos, no INSEAD-França. De 1997 a 2000 ocupou a diretoria de Recursos Humanos da CSN. De 2000 a 2003, foi diretora de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos do Grupo Sendas. Entre 2003 e 2006, ocupou a diretoria de Recursos Humanos do Grupo TelSul. De agosto de 2006 a março de 2012, foi Diretora de Gente da Light S.A. Desde abril de 2012, é Diretora Executiva da Ana Silva Matte Consultoria em Gestão Ltda. Desde 22 de janeiro de 2015 é membro suplente dos conselhos de administração da Cemig, Cemig GT e Cemig D.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco - 371.150.576-72

O Sr. Castello Branco formou-se em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi Diretor Presidente da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais de 2008 a 2010. Atua como Membro do Conselho Consultivo da HYDAC Tecnologia do Brasil Ltda, desde 2010. Atua como Membro do Conselho de Administração da Diferencial Energia Participações S.A. desde 2011.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ana Silvia Corso Matte - 263.636.150-20

A Sra. Corso Matte nasceu em 1959. É formado em direito pela UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-graduada em Recursos Humanos, pela PUC-IAG-Rio de Janeiro, com MBA pelo PDG/EXEC (hoje IBMEC/Rio de Janeiro), tendo concluído, em 2010, o PGA-Programa de Gestão Avançada para executivos, no INSEAD-França. De 1997 a 2000 ocupou a diretoria de Recursos Humanos da CSN. De 2000 a 2003, foi diretora de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos do Grupo Sendas. Entre 2003 e 2006, ocupou a diretoria de Recursos Humanos do Grupo TelSul. De agosto de 2006 a março de 2012, foi Diretora de Gente da Light S.A. Desde abril de 2012, é Diretora Executiva da Ana Silva Matte Consultoria em Gestão Ltda. Desde 22 de janeiro de 2015 é membro suplente dos conselhos de administração da Cemig, Cemig GT e Cemig D.

A administradora acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Nascido em 31 de maio de 1951, o Sr. Otávio Marques de Azevedo atuou na ANDRADE GUTIERREZ SA Holding do Grupo Andrade Gutierrez, especializado em Infraestrutura Presidente da Empresa desde outubro de 2007; Oi Concessionária Operadora de Telecomunicações Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011; Telemar Participações Controladora do Grupo Oi Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Contax Operadora de Call Center Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011 CTX Controladora da Contax Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A. (desde outubro de 2010). Membro de Conselho da Portugal Telecom Oi Concessionária Operadora de Telecomunicações Membro do Conselho de Administração até Julho de 2011; Telemar Participações Controladora do Grupo Oi Presidente do Conselho de Administração desde 2008 CTX Controladora da Contax Presidente do Conselho de Administração desde 2008 Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Otávio Marques de Azevedo não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Nascido em 25 de outubro de 1961, o Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes é Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000. Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011. Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012. Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Port e Companhia Operadora de Rodovias S.A.. Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A.. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Andrade Gutierrez Concessões S.A.. Membro Suplente do Conselho de Administração e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A.. Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A.. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guilherme Piva - 454.442.936-68

O Sr. Piva nasceu em 1962. Formou-se em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, com especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP. Foi Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas de 2007 a 2012, na LCA Consultores. Atuou como Diretor de Investimentos na Angra Partners de 2012 a 2013. Foi CEO da Itatiaia Móveis de 2013 a 2014. Atua como Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado e Capitais do BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Nascido em 4 de março de 1948, o Sr. Ricardo Coutinho de Sena (2000 até a presente data) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A. Ramo de Atividade: Holding Cargo: Presidente e Membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões e Membro do Comitê Executivo da Andrade Gutierrez S.A. Atividades exercidas: representa a Andrade Gutierrez Concessões nos conselhos de administração da CCR – holding de Concessionárias de Rodovias, da DOMINÓ – holding que possui participação acionária na SANEPAR – Cia. de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador, do Conselho Consultivo da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro do Conselho da Light e da Light SESA e da CCR S.A. ;Membro do conselho da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A.

O Sr. Ricardo Coutinho de Sena não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Nascido em 4 de março de 1948, o Sr. Ricardo Coutinho de Sena (2000 até a presente data) ANDRADE GUTIERREZ CONCESSÕES S.A. Ramo de Atividade: Holding Cargo: Presidente e Membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões e Membro do Comitê Executivo da Andrade Gutierrez S.A. Atividades exercidas: representa a Andrade Gutierrez Concessões nos conselhos de administração da CCR – holding de Concessionárias de Rodovias, da DOMINÓ – holding que possui participação acionária na SANEPAR – Cia. de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport – Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador, do Conselho Consultivo da ABCR – Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro do Conselho da Light e da Light SESA e da CCR S.A. ;Membro do conselho da Telemar Participações S.A. e da Contax Participações S.A.

O Sr. Ricardo Coutinho de Sena não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Nascido em 10 de junho de 1960, o Sr. Tarcísio Augusto Carneiro É empregado do Grupo Andrade Gutierrez desde 20 de dezembro de 1988, onde atuou na Construtora Andrade Gutierrez S/A, no Departamento de Concorrências, na área de estudos econômico-financeiros até dezembro de 1998. Em janeiro de 1999, foi transferido para a Andrade Gutierrez Concessões S/A, onde atua como Executivo da Empresa. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011. É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro Suplente do Conselho de Administração da CCR S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração da CEMIG, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Tarcísio Augusto Carneiro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Wieland Silberschneider - 451.960.796-53

O Sr. Silberschneider nasceu em 1960. É formado em economia pela PUC-Minas, com especialização em Teoria e Operação de uma Moderna Economia Nacional pelo Institute for Brazilian Business and Public Management Issues/ George Washington University - Washington DC, em Orçamento, Controle e Contabilidade pelo Instituto de Estudos Fiscales – Ministerio de Hacienda/Madrid-Espanha e em Gestão Macroeconômica e Política Fiscal, pelo Centro Regional de Capacitação para a América Latina no Brasil/FMI. cursou mestrado em Sociologia Urbana e Industrial pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG e doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR - Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG. Entre 1990 e 1992 foi diretor de orçamento da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e entre 1992 e 1993 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ocupando, entre 1997 e 1999 a secretaria municipal adjunta de planejamento desta mesma prefeitura e entre 1996 e 1997, assessor econômico fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Entre 1999 e 2003 foi diretor de Recursos Humanos da Secretaria da Fazenda. Foi Subsecretário de Planejamento e Orçamento Ministério do Trabalho e Emprego entre 2003 e 2004 e do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome entre 2004 e 2005. Entre 2005 e 2007 foi o Representante do Estado de Minas Gerais no Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros da Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerais. Desde 2005 atua como Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais e também como Consultor de Programas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antônio Dirceu Araújo Xavier - 068.412.446-72

O Sr. Xavier nasceu em 1944. É formado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com cursos de extensão na Universidade de Harvard, EE.UU. e na Faculdade Internacional de Direito Comparado de Estrasburgo, França. Trabalhou na Cemig de 1972 a 2001, onde chegou a ocupar o cargo de Assistente da Diretoria com atuação no contencioso da empresa. Atuou na Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. como Chefe da Procuradoria Jurídica e na Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG, como Assessor da Presidência. De 2001 a 2014 atuou como advogado, com foco no Direito da Eletricidade, vasta experiência nas áreas de administração geral, gestão, processos, procedimentos operacionais, além do gerenciamento e coordenação de equipes multidisciplinares. O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ricardo Vagner Righi de Toledo - 299.492.466-87

O Sr. Toledo nasceu em 1957. É formado em Administração de Empresas, com MBA em estratégia empresarial pela FGV/OHIO e pós-graduações em Finanças e Gestão empresarial. Curou o curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC e o PGA no INSEAD. De 1980 a 1996 foi superintendente das áreas de Câmbio, Crédito, Marketing, Planejamento e Comercial do Banco do Estado de Minas Gerais – Bemge. De 1996 a 2002 ocupou a posição de superintendente de Estratégia, Comercial e Poder Público do Banco Itaú S.A.. Entre 2000 e 2002 foi diretor membro da equipe do Banco Itaú responsável pela aquisição e fusão do Banestado. De 2003 a 2005 foi o principal executivo do Banco Simples. Entre 2005 e 2008 ocupou o cargo de vice-presidente do banco Bonsucesso S.A.. De 2008 a 2011, foi Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas da Usiminas S.A. e membro do Conselho de Administração da Mineração Usiminas e Soluções Usiminas S.A. Atua como Consultor Independente em estratégia, governança e inovação empresarial na Inovare Consultoria Ltda Economista desde 2012.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Pertence do Comitê de Estratégia e do Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração.

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Nascido em 26 de março de 1966, o Sr. Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz foi técnico Administrativo da Cemig Distribuição S.A. Membro titular do Comitê de Prosaúde da Forluz (de 2006 a 2010). Desde 2009, Membro Efetivo do Conselho Conselho de Administração Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Nascido em 30 de abril de 1938, o Sr. Eduardo Borges de Andrade Empresa na Andrade Gutierrez S.A Membro do Conselho de Administração. Empresa: Andrade Gutierrez Concessões S.A. Presidente do Conselho de Administração. Empresa: Administradora São Miguel S.A – Holding que possui 33% das ações da Andrade Gutierrez S.A Presidente e Presidente do Conselho de Administração. Empresa: CCR S.A. Presidente do Conselho de Administração. Empresa: LIGHT S.A. Presidente do Conselho de Administração. Fundação: Fundação Dom Cabral Membro do Conselho Curador Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Empresa: Andrade Gutierrez Concessões S.A, Presidente do Conselho de Administração. Empresa: CCR S.A, Presidente do Conselho de Administração. Empresa: LIGHT S.A, Presidente do Conselho de Administração. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A, e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Eduardo Borges de Andrade não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - 098.044.046-72

O Sr. Silva nasceu em 1948. Formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Economia Regional pelo CEDEPLAR/UFMG e PhD (Doutor) em Economia pela Universidade de Manchester-Inglaterra. Foi presidente do CREDIREAL – Banco de Crédito Real de Minas Gerais entre 1994 a 1997 e do BEMGE- Banco do Estado de Minas Gerais ente 1994 e 1998. Exerceu o cargo de Secretário de Finanças, da Prefeitura de Belo Horizonte de janeiro de 2006 a julho de 2012. De março de 2009 a julho de 2014 foi presidente da PBH Ativos S/A. De abril de 2013 a dezembro de 2014 ocupou o cargo de Assessor do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior. Foi também Assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de abril de 2013 a dezembro de 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Allan Kardec de Melo Ferreira - 054.541.586-15

O Sr. Melo Ferreira nasceu em 1947. É formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com pós-graduação em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi Membro Conselho Fiscal do Grupo OI, de 1993 a 2014. Sócio-Consultor da PJJ de 1993 a 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Nascido em 26 de novembro de 1986, o Sr. Bruno Magalhães Menicucci Engenheiro é Assistente, na AGC Energia S.A., atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011. Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2011.

O Sr. Bruno Magalhães Menicucci não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Carlos Fernando da Silveira Vianna - 319.830.656-68

O Sr. Vianna nasceu em 1956. É formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com especialização em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, pós-Graduação “latu sensu” em Administração Pública, pela The George Washington University, em Washington/DC e MBA, em Gestão Organizacional, pelo IBMEC. Ingressou no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG em 1980, onde ocupou os seguintes cargos: De 1980 a 1998: Analista de desenvolvimento. Entre 1999 e 2005 atuou como gerente do Departamento de Desenvolvimento Tecnológico e entre 2006 e 2010, gerente do Departamento de Tecnologia e Meio Ambiente. Desde 2011 atua na assessoria de Inovação da presidência do BDMG.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Participa do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia.

José Pais Rangel - 239.775.667-68

Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM.

Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. José Pais Rangel não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José João Abdalla Filho - 245.730.788-00

Diretor Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro Suplente do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Prefeito de Juiz de Fora – (de janeiro/2008 a dezembro/2012); Diretor-Presidente da Dinâmica Energia S.A.; Diretor-Presidente da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial. Membro do conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. José João Abdalla Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Nascido em 2 de dezembro de 1964, o Sr. José Augusto Gomes Campos atuou na Corporación Quiport S/A (2006-2008) Diretor de Project Finance- Reportando-se ao CEO da Companhia, responsável pelo desenvolvimento do relacionamento entre a Quiport e seus financiadores: IADB, OPIC, US EXIMe EDC (Canadá). Responsável por todo o processo de desembolso dos financiamentos, preparação, supervisão e envio de todos os documentos relativos ao pacote de financiamentos, no valor de 376.4 MUSD. Responsável pela coordenação de todas as atividades internas visando o cumprimento das obrigações assumidas pela Quiport perante os financiadores, incluindo as inspeções periódicas dos Lenders Engineers e dos Environmental Experts. Responsável pela elaboração, submissão e gestão dos orçamentos anuais da companhia, em conjunto com o CFO, tanto para os Lenders quanto para os Acionistas. Concessionária de Serviços Públicos- Aeroportos Controle Acionário: Andrade Gutierrez Concessões- 45.49% AECON Concessions (Canadá)- 45.49% Airport Development Corporation (Canadá)- 9.00% Houston Airport System Development Corporation (EUA)- 0.02% Andrade Gutierrez Concessões S.A. (2008-) Gerente de Project Finance (até Out2009) e, posteriormente, Gerente de Desenvolvimento de Projetos- Reportando-se ao Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios da Companhia, foi responsável pela estruturação de financiamentos a projeto, bem como estruturação de novos negócios no setor de Aeroportos. Representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008. Entre Mai/2008 e Mar/2010, as atividades se concentraram na aquisição do Projeto do Aeroporto Internacional Juan Santamaría, de San José- Costa Rica bem como a estruturação de um financiamento de 100 MUSD junto ao BID e à OPIC para refinanciamento do projeto. Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas. A Partir de Jul/2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás. Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos Controle Acionário: Andrade Gutierrez Participações- 85.00% International Finance Corporation (IFC) -15.00% Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Nascida em 22 de setembro de 1982, a Sra. Marina Rosenthal Rocha é Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas. Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. no período de 27-04 a 17-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 18-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio, no rio Madeira. Membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A..

A Sra. Marina Rosenthal Rocha declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processo administrativo da CVM; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Araújo Fonte: prospecção e condução de processos de MeA e operações estruturadas diversas – (desde 2013);

Citibank / Credicard: Diretor de parcerias estratégicas com o varejo, Head da Credicard Financiamentos, condução de processos de expansão da Cia. – (2009 a 2012).

Membro do conselho de Administração: Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Flávio Miarelli Piedade não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Nascido em 30 de maio de 1969, o Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias- CCR. Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2010. Membro suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marco Antonio De Rezende Teixeira - 371.515.926-04

Advogado empregado da companhia brasileira de trens urbanos –cbtu, lotado na superintendência de trens urbanos de belo horizonte. Admitido em junho 1983 com relação empregatícia até esta data.

Cedido ao município de belo horizonte para o exercício de diversos cargos públicos até junho de 2012. Encontra-se neste momento com o contrato de trabalho suspenso para tratar de interesse próprio.

Diretor jurídico da superintendência de desenvolvimento da capital entre 1993 a 1996, neste último ano tendo exercido a superintendência da autarquia municipal

Procurador-geral do município de belo horizonte a partir de 1997 até 2012, junho, quando fundou e exerceu a gerência de uma sociedade de advogados.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

O Sr. Moreira Gonçalves nasceu em 1970. Formado em Análise de Sistemas pela Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte, com MBA em Liderança e Gestão de Empresas Estatais pela Fundação FranklinCovey Business School/Fundação Coge, Rio de Janeiro. Foi técnico de Operação do Sistema do Departamento de Supervisão e Controle da Operação do Sistema Cemig (Diretoria de Geração e Transmissão) e da Superintendência de Engenharia de Operação da Distribuição (Diretoria de Distribuição) da Cemig. Secretário de Energia da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU). Filiado à CUT, de 2003 a 2009, presidente da FNU-CUT desde 2009 e diretor do Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletró-MG) de 1993 a 2014. É, também, membro do Conselho de Administração da Cemig, Cemig D e Cemig GT, do Conselho de Administração da Transmissora Brasileira de Energia (TBE), do conselho do Plano Brasil Maior (conselho de âmbito federal para energias renováveis), do Conselho Estadual de Energia de Minas Gerais, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Mauro Borges Lemos - 316.720.516-49

Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 1980, Mauro Borges é doutor em Economia pela Universidade de Londres, na Inglaterra, com pós-doutorado na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, e na Universidade de Paris, na França. De fevereiro a dezembro de 2014, foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Mauro Borges também foi presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e membro dos Conselhos de Administração do BNDES e do BNDES PAR. Exerceu vários cargos de direção na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dentre os quais chefe do Departamento de Ciências Econômicas, coordenador do Programa de Pós-Graduação de Economia e diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Cedeplar). O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Nascido em 7 de outubro de 1953, o Sr. Aliomar Silva Lima é membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom, e Redentor Energia S.A.

O Sr. Aliomar Silva Lima não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Nascido em 3 de março de 1942, o Sr. Ari Barcelos da Silva é Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. – desde março/2011. Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A.. Maio de 1985 a Outubro de 1990 -Assistente da Diretoria Econômica-Financeira -Presidente da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social-ELETROS Maio de 1974 a Abril de 1985 Chefe do Departamento de Contabilidade Junho de 1966 a Abril de 1971 Adjunto do Contador Geral da empresa Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

O Sr. Ari Barcelos da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Nascido em 22 de novembro de 1944, o Sr. Aristóteles é Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.

Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas da administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas, desde 1973. Escreve nas revistas FOCO e Encontro e é colaborador do Jornal do Brasil (eletrônico), Jornal Diário do Comércio (SP), o Dia (RJ), Hoje em Dia (BH), Jornal do Comércio (Manaus), dentre outros. Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006. Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

O Sr. Aristóteles Luiz de Menezes Vasconcellos Drummond não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Rafael Pinto Queiroz Neto - 012.372.526-79

Coordenador contábil da Construtora Andrade Gutierrez S.A. e outras empresas do Grupo Andrade Gutierrez S.A.. – desde 07-08-2006. Membro suplente do conselho fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Nascido em 21 de abril de 1955, o Sr. Luiz Guarita Neto foi Vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macro regional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM.

Membro do Conselho Estadual de Habitação. Primeiro Suplente Senador Dr. Eduardo Brandão de Azeredo / Mandato: 01-01-2003 a 31-12-2010. Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004. Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009. Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000. Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986. Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006. Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

O Sr. Luiz Guaritá Neto não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Nascido em 16 de setembro de 1941, o Sr. Marcus Eolo de Lamounier Bicalho foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas. - março/2007 a janeiro/2011.

Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais. - desde abril/2011. Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004. Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

O Sr. Marcus Eolo de Lamounier Bicalho declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação (i) criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Lauro Sander - 130.841.600-82

Nascido em 17 de fevereiro de 1953, o Sr. Lauro Sander foi Superintendente Estadual do Tocantins, Amazonas, Acre e Roraima, entre 2003 e 2007, e Superintendente de Governo para Região Sul e Sudeste, entre 2007 e 2008. Também foi membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, de 1 de maio de 2009 a 30 de abril de 2010, e membro do Conselho de Administração da Bombril S.A., de 1 de maio de 2010 a 30 de abril de 2012. Desde abril de 2013, é membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Sr. Lauro Sander não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Nascido em 22 de março de 1940, o Sr. Thales de Souza Ramos Filho é membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004. Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Thales de Souza Ramos Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Nascido em 6 de agosto de 1952, o Sr. Salvador José Cardoso de Siqueira foi Conselheiro de Administração do Brazilian American Merchant Bank – BAMB, de 1 de novembro de 2005 a 31 de agosto de 2008. Além disso, também foi, de 1 de novembro de 2005 a 30 de abril de 2011, Diretor-Presidente do Brazilian American Merchant Bank – BAMB e Presidente do Conselho Fiscal da BB Tur, de 1 de agosto de 2008 a 31 de maio de 2011. Entre 1 de abril de 2001 a 30 de abril de 2012, foi Presidente do Conselho Fiscal da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil. Exerceu o cargo de Conselheiro de Administração do BB Ativo S.A., entre 1 de setembro de 2008 e 30 de abril de 2011, e o de Diretor-Presidente do BB Leasing Company, entre 1 de agosto de 2008 e 30 de abril de 2011. Foi Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A., no período de 1 de novembro de 2005 a 30 de abril de 2011. Desde abril de 2013, é membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A..

O Sr. Salvador José Cardoso de Siqueira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

Nascido em 7 de julho de 1985, o Sr. Bruno Gonçalves Siqueira foi da AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda. Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade (09/2007 a 06/2010) Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento as auditorias externa e interna. Andrade Gutierrez Concessões S.A. Analista de Controladoria (desde 06/2010) Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento as auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da companhia. Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez: Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento (desde 02/01/2013); Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. (desde 11/04/2012); Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. (desde 18/04/2012); Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19/08/2011 até 11/04/2012). Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.. Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A.

O Sr. Bruno Gonçalves Siqueira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Fernando Henrique Schuffner Neto - 320.008.396-49

Márcio Lúcio Serrano - 110.906.186-20

Evandro Leite Vasconcelos - 251.704.146-68

Ricardo José Charbel - 383.259.856-15

Mateus de Moura Lima Gomes - 037.285.936-48

Luiz Fernando Rolla - 195.805.686-34

Fabiano Maia Pereira - 027.583.306-28

Raul Lycurgo Leite - 658.219.551-49

Eduardo Lima Andrade Ferreira - 043.057.096-19

Nelson José Hubner Moreira - 443.875.207-87

Guy Maria Villela Pachol - 000.798.806-06

Helvécio Miranda Magalhães Júnior - 561.966.446-53

Bruno Westin Prado Soares Leal - 055.230.506-52

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco - 371.150.576-72

Ana Sílvia Corso Matte - 263.636.150-20

Otávio Marques de Azevedo - 129.364.566-49

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Luiz Guilherme Piva - 454.442.936-68

Ricardo Coutinho de Sena - 090.927.496-72

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcisio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Wieland Silberschneider - 451.960.796-53

Antônio Dirceu Araújo Xavier - 068.412.446-72

Ricardo Vagner Righi de Toledo - 299.492.466-87

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz - 539.109.746-00

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - 098.044.046-72

Allan Kardec de Melo Ferreira - 054.541.586-15

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Carlos Fernando da Silveira Vianna - 319.830.656-68

José Pais Rangel - 239.775.667-68

José João Abdalla Filho - 245.730.788-00

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Marco Antonio De Rezende Teixeira - 371.515.926-04

Franklin Moreira Gonçalves - 754.988.556-72

Mauro Borges Lemos - 316.720.516-49

Aliomar Silva Lima - 131.654.456-72

Ari Barcelos da Silva - 006.124.137-72

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - 026.939.257-20

Rafael Pinto Queiroz Neto - 012.372.526-79

Luiz Guaritá Neto - 289.118.816-00

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - 001.909.696-87

Lauro Sander - 130.841.600-82

Thales de Souza Ramos Filho - 003.734.436-68

Salvador José Cardoso de Siqueira - 302.074.607-87

Bruno Gonçalves Siqueira - 075.851.006-39

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Allan Kardec de Melo Ferreira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016
054.541.586-15	Comitê de Recursos Humanos	Advogado		22/01/2015	0	0%
Ana Sílvia Corso Matte	Outros Comitês		Presidente do Comitê		22/01/2015	Até a AGO de 2016
263.636.150-20	Comitê de Recursos Humanos	Advogada		22/01/2015	0	0%
Pertence ao Comitê de Recursos Humanos (Coordenadora) e Comitê de Apoio ao Coselho de Administração.						
Antônio Dirceu Araújo Xavier	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016
068.412.446-72	Comitê de Recursos Humanos	Advogado		22/01/2015	0	0%
Pertence ao Comitê de Estratégia, Comitê de Estratégia, Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas e Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Bruno Magalhães Menicucci	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
081.100.286-16	Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro do Comitê de de Recursos Humanos, do Comitê de Estratégia, do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos .						
Bruno Westin Prado Soares Leal	Outros Comitês		Membro do Comitê (Suplente)		22/01/2015	Até a AGO de 2016
055.230.506-52	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Economista		22/01/2015	0	0%
Pertence ao Comitê Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos						
Carlos Fernando da Silveira Vianna	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016
319.830.656-68	Comitê de Apoio ao Conselho de Administração	Engenheiro Mecânico		22/01/2015	0	0%
Participa do Comitê de Estratégia.						
Eduardo Borges de Andrade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
000.309.886-91	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é membro efetivo do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.						
Flávio Miarelli Piedade	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
703.736.396-00	Comitê de Estratégia	Administrador		30/04/2014	0	0%
Pertence ao Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração e ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.						
Guy Maria Villela Pachal	Outros Comitês		Presidente do Comitê		30/04/2014	Até a AGO de 2016

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
000.798.806-06	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro Eletricista		30/04/2014	0	0%
O conselheiro é o coordenador do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas						
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Outros Comitês		Presidente do Comitê		22/01/2015	Até a AGO de 2016
098.044.046-72	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.	Economista		22/01/2015	0	0%
Pertence ao Comitê Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
José Augusto Gomes Campos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
505.516.396-87	Comitê de Recursos Humanos	Físico		30/04/2014	0	0%
Luiz Guilherme Piva	Outros Comitês		Presidente do Comitê		22/01/2015	Até a AGO de 2016
454.442.936-68	Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Economista		22/01/2015	0	0%
Participa do Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração, Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle de Controladas e Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos(Coordenador).						
Marco Antonio De Rezende Teixeira	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016
371.515.926-04	Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.	Advogado		22/01/2015	0	0%
Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		22/01/2015	Até a AGO de 2016
371.150.576-72	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheiro metalurgista		22/01/2015	0	0%
Marina Rosenthal Rocha	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)		30/04/2014	Até a AGO de 2016
060.101.836-26	Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas	Engenheira		30/04/2014	0	0%
A conselheira é membro do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Nelson José Hubner Moreira 443.875.207-87	Outros Comitês Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade	Engenheiro Eletricista	Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/2015	22/01/2015 0	Até a AGO de 2016 0%
NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS 813.975.696-20	Outros Comitês Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Contador	Membro do Comitê (Suplente)	30/04/2014	30/04/2014 0	Até a AGO de 2016 0%
Paulo Roberto Reckziegel Guedes 400.540.200-34	Outros Comitês Comitê de Estratégia	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2014	30/04/2014 0	Até a AGO de 2016 0%
O conselheiro é membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.						
Ricardo Vagner Righi de Toledo 299.492.466-87	Outros Comitês Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/2015	22/01/2015 0	Até a AGO de 2016 0%
Pertence do Comitê de Estratégia e do Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração.						
Saulo Alves Pereira Junior 787.495.906-00	Outros Comitês Comitê de Apoio ao Conselheiro de Administração.	Engenheiro Eletricista	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2014	30/04/2014 0	Até a AGO de 2016 0%
O conselheiro é membro do Comitê de Estratégia, do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração e do Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.						
Tarcísio Augusto Carneiro 372.404.636-72	Outros Comitês Comitê de Recursos Humanos	Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Suplente)	30/04/2014	30/04/2014 0	Até a AGO de 2016 0%
O conselheiro é membro do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos						
Wieland Silberschneider 451.960.796-53	Outros Comitês Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	22/01/2015	22/01/2015 0	Até a AGO de 2016 0%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Allan Kardec de Melo Ferreira - 054.541.586-15

Ana Sílvia Corso Matte - 263.636.150-20

Antônio Dirceu Araújo Xavier - 068.412.446-72

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Bruno Westin Prado Soares Leal - 055.230.506-52

Carlos Fernando da Silveira Vianna - 319.830.656-68

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - 098.044.046-72

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Luiz Guilherme Piva - 454.442.936-68

Marco Antonio De Rezende Teixeira - 371.515.926-04

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco - 371.150.576-72

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Nelson José Hubner Moreira - 443.875.207-87

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Ricardo Vagner Righi de Toledo - 299.492.466-87

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Wieland Silberschneider - 451.960.796-53

Allan Kardec de Melo Ferreira - 054.541.586-15

Ana Sílvia Corso Matte - 263.636.150-20

Antônio Dirceu Araújo Xavier - 068.412.446-72

Bruno Magalhães Menicucci - 081.100.286-16

Bruno Westin Prado Soares Leal - 055.230.506-52

Carlos Fernando da Silveira Vianna - 319.830.656-68

Eduardo Borges de Andrade - 000.309.886-91

Flávio Miarelli Piedade - 703.736.396-00

Guy Maria Villela Pachcoal - 000.798.806-06

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva - 098.044.046-72

José Augusto Gomes Campos - 505.516.396-87

Luiz Guilherme Piva - 454.442.936-68

Marco Antonio De Rezende Teixeira - 371.515.926-04

Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco - 371.150.576-72

Marina Rosenthal Rocha - 060.101.836-26

Nelson José Hubner Moreira - 443.875.207-87

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS - 813.975.696-20

Paulo Roberto Reckziegel Guedes - 400.540.200-34

Ricardo Vagner Righi de Toledo - 299.492.466-87

Saulo Alves Pereira Junior - 787.495.906-00

Tarcísio Augusto Carneiro - 372.404.636-72

Wieland Silberschneider - 451.960.796-53

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Documento ainda não preenchido!

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Práticas de Governança Corporativa**12.12 - Outras informações relevantes**

Cargos ocupados pelos membros do conselho de administração em outras sociedades ou entidades em conformidade com o Ofício GAE-1186/11: Não há qualquer informação a ser prestada pela Companhia, adicionalmente ao contido nos itens 12.6/8;

Informamos que até o dia 19.02.2015, data do arquivamento desse formulário, não havia ocorrido a posse do administrador abaixo.

Nome: **Raul Lycurgo Leite**

CPF: 658.219.551-49

Idade: 40

Profissão: Advogado

Cargo Eletivo Ocupado: Diretor Jurídico

Data da Eleição: 22/01/2015

Prazo do Mandato: Até a 1ª RCA após a AGO de 2016

Foi Eleito Pelo Controlador: Sim

Outros Cargos e Funções Exercidas no Emissor: Não exerce outras funções na Companhia.

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações:

Mestre em Direito Internacional pela American University – Washington College of Law, em Washington (EUA), com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas em Direito e Política Tributária e em Direito Econômico e das Empresas, e bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Advogado e, desde 2002, procurador federal da Procuradoria Geral e da Advocacia Geral da União (PGF/AGU). Atua como consultor jurídico do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde 2011. Atuou ainda na Procuradoria-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM a as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13. Remuneração dos administradores

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos três anos de exercícios sociais, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, de Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi suportada integralmente pela companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria Estatutária

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 – Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Documento ainda não preenchido!

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

Nos últimos três exercícios sociais, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia foi suportada integralmente pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, controladora da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16. Descrever os principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Não há informações adicionais referentes a este item que a Companhia julgue relevantes.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 – Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

c. índice de rotatividade

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais						
17.155.730/0001-64	Brasileira	Não	Sim	13/01/2010		
2.896.785.330	100,000	0	0,000	2.896.785.330	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.896.785.330	100,000	0	0,000	2.896.785.330	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
Ações em tesouraria					
17.155.730/0001-64		Não	Não	26/12/2013	
69	0,000	560.649	0,067	560.718	0,045
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
AGC Energia S.A.					
11.221.326/0001-65	Brasileira	Sim	Não	30/04/2013	
138.700.848	32,964	42.671.763	5,092	181.372.611	14,408
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Estado de Minas Gerais					
18.715.615/0001-60	Brasileira	Sim	Sim	03/04/2014	
214.414.739	50,958	0	0,000	214.414.739	17,033
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
FIA Dinâmica Energia					
08.196.003/0001-54		Não	Não	26/12/2013	
28.501.552	6,774	8.768.594	1,046	37.270.146	2,961
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Lazard Asset Management LLC					
	Americana	Sim	Não	16/06/2014	
0	0,000	42.475.810	5,068	42.475.810	3,374
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
MGI - Minas Gerais Participações S.A.					
19.296.342/0001-29	brasileira	Não	Não	03/04/2014	
0	0,000	78.582.845	9,377	78.582.845	6,242
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
39.147.500	9,304	665.017.285	79,350	704.164.785	55,938

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia Energética de Energia de Minas Gerais				17.155.730/0001-64	
TOTAL					
420.764.708	100,000	838.076.946	100,000	1.258.841.654	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
------------------------------	---	-----------

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

15.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações consideradas relevantes com relação a este tópico foram devidamente informadas nos itens anteriores.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
FORLUZ	31/12/2011	5.113.000,00	5.113.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada.					
Objeto contrato	Custeio Administrativo. O valor anteriormente registrado era: R\$5.047 (despesa 31/12/2013).					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
Cemig Saúde	31/12/2011	133.572.000,00	15.312.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Assistência Médica					
Objeto contrato	Plano de Saúde e odontológico. O valor atualmente registrado é: R\$15.312 mil (passivo circulante 31/12/2013 e R\$217.062 (passivo não circulante 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$187.702 (passivo não circulante 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	23/04/2009	37.716.000,00	37.716.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. O valor anteriormente registrado era: R\$37.716 mil(ativo 31/12/2013).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
Transmissora Aliança de Energia Elétrica	23/04/2009	1.436.000,00		Não é possível aferir tal montante.	Até o final do contrato de concessão.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Operações com Energia (3). O valor atualmente registrado é: R\$ 1.436 mil (passivo circulante 31/12/2013). O valor anteriormente registrado era : R \$ 1.068 mil (passivo circulante 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
Light S.A.	17/02/2004	718.629.990,00	132.000,00	Não é possível aferir tal montante.	31/12/2041	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum.					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica. O valor atualmente registrado é: R\$530mil(ativo 31/12/2013), R\$132 mil (passivo 31/12/2013), R\$19.512 mil (receita 31/12/2013) e R\$19 mil (despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$127 mil(ativo 31/12/2012), R\$131 mil (passivo 31/12/2012), R \$31.004 mil(receita 31/12/2012) e 14 mil (despesa 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Baguari Energia	27/04/2012	26.218.000,00	26.218.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. O valor apresentado atualmente é: R\$ 5.968 mil (ativo 31/12/2013); O valor registrado anteriormente era: R\$ 26.218 mil (ativo em 31/12/2012)					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
Governo do Estado de Minas Gerais	30/09/2002	120.000.000,00	59.352.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Até 28/12/2031	0,000000
Relação com o emissor	Controlador da Companhia Energética de Minas Gerais.					
Objeto contrato	Debêntures. O valor atualmente registrado é: R\$59.352 mil (passivo 31/12/2013) e R\$6.595 mil (despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$52.758 mil (passivo 31/12/2012) e R\$5.682 mil (despesa 31/12/2011).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços-Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão					
Posição contratual do emissor						
Especificar						
CEMIG	04/08/2004	701.000,00	337.000.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Convênio de Cooperação. Os valores registrados atualmente são: R\$274mil (despesa 31/12/2013) e R\$ 337mil de passivo e R\$610mil de ativo não circulante (31/12/2013). E os registrados anteriormente eram: R\$749mil(passivo 31/12/2012), R\$701mil(despesa 31/12/2012) e R\$1.470mil(ativo não circulante 31/12/2012).					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
FORLUZ	31/12/2011	1.554.727.500,43	590.000.000,00	Não é possível aferir tal montante	Até 2024	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada.					
Objeto contrato	Arredondamento Operacional (9) : Os valores atualmente registrados são: R\$590 mil (passivo circulante 31/12/2013) e R\$590 mil (passivo não circulante). Os valores registrados anteriormente eram: R\$ 555 mil (passivo circulante) e R\$ 555mil (passivo não circulante).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024.					
Posição contratual do emissor						
Especificar						
FORLUZ	31/12/2011	1.554.727.500,43	37.114.000,00	Não é possível aferir tal montante	Até 2024.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada.					
Objeto contrato	Obrigações Pós-emprego. Os valores atualmente registrados são: R\$169.793mil (passivo não circulante 31/12/2013), 21.153mil (despesa 31/12/2013) e 12.998 (passivo circulante 31/12/2013) E os anteriores eram: R\$11.593mil (passivo circulante 31/12/2012), R\$202.324 mil(passivo não circulante 31/12/2012) e R\$21.153 mil (despesa 31/12/2011).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024					
Posição contratual do emissor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Especificar						
FORLUZ	31/12/2011	16.747.000,00	17.990.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Gestor dos Planos de Previdência Privada.					
Objeto contrato	Despesa de Pessoal. O valor anteriormente registrado era: R\$19.372 (despesa 31/12/2013).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
CEMIG	04/08/2004	2.586.000,00	2.586.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Pessoal Cedido. O valor registrado anteriormente era: R\$2.586mil(passivo 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
CEMIG	31/12/2009	917.054.000,00	905.687.000,00	917.054.000,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controladora.					
Objeto contrato	Juros sobre Capital Próprio e Dividendo. O valor registrado atualmente é: R\$905.687 mil (passivo 31/12/2013). O valor registrado anteriormente era : R\$ 399.476 mil (31/12/2012)					
Garantia e seguros	Não há.					

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não aplicável, por se tratar de pagamento de JCP/Dividendos.					
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
Cemig Distribuição S.A.	31/12/2011	18.066.000,00	23.600.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Não há.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.					
Objeto contrato	Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Os valores atualmente registrados são: R\$10.599 mil (despesa 31/12/2013) R\$13.002 mil (ativo não circulante) e 23.600 passivo circulante (31/12/2013). E os anteriores eram: R\$18.063 (passivo 31/12/2012) R\$ 1.547 (despesa 31/12/2011) e R\$16.6289 mil (ativo não circulante 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção						
Natureza e razão para a operação						
Posição contratual do emissor						
Especificar						
Cemig Distribuição S.A.	23/12/2004	1.479.515.325,00	3.102.000,00	Não é possível aferir tal montante.	Até 31/12/2041.	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia Energética de Minas Gerais.					
Objeto contrato	Operações com Energia Elétrica (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. O valor atualmente registrado é: R\$140.596mil(receita 31/12/2013), R\$16.966 (ativo circulante 31/12/2013), R\$ 3102 mil (passivo 31/12/2013), e R \$36.192 mil (despesa 31/12/2013). E os anteriores eram: R\$ 30.760 mil (ativo 31/12/2012) e R\$ 281.018mil(receita 31/12/2012), R\$3.274 (passivo 31/12/2012) e R\$46.001 (despesa 31/12/2012).					
Garantia e seguros	Recebíveis.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor						

Especificar						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3- Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas, adotado nas operações acima indicadas e em futuras operações que decorram das mesmas circunstâncias, segue estritamente os termos do artigo 12 do estatuto social da Companhia, que atribui aos membros do Conselho de Administração, além de outras matérias que lhe comete a legislação: "deliberar, previamente à sua celebração, sobre os contratos entre a Companhia e quaisquer de seus acionistas ou empresas que sejam controladoras destes, sejam por eles controladas ou estejam sob seu controle comum".

Ademais, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia ("Regimento Interno") estabelece, em seu artigo 23, que os membros do Conselho de Administração da Companhia devem "exercer as suas funções no exclusivo interesse da Companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da sua função social", devendo o conselheiro declarar, previamente à deliberação, que tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de participar da sua discussão e votação. Nesse mesmo sentido, o artigo 26 do Regimento Interno proíbe os membros do Conselho de Administração da Companhia de intervir em operações que tenham interesse conflitante com a Companhia, devendo, nessa hipótese, consignar as causas do seu impedimento em ata, em conformidade com o artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.

b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores da Companhia. As transações também são refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Evita-se, ainda, tempestivamente o mau uso dos ativos da Companhia e, especialmente, hipotéticos abusos em transações entre partes relacionadas.

Além disso, a Companhia acredita que os membros de sua administração atuam com lealdade e compromisso ético em relação à Companhia, não permitindo que interesses distintos possibilitem o favorecimento próprio ou de terceiros, o mau uso dos ativos ou hipotéticos abusos em transações envolvendo a Companhia.

Dessa forma, a Companhia entende que operações com partes relacionadas por ela realizadas, conforme elencadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente comutativo, sendo lhes obtida a devida aprovação por parte dos órgãos competentes, conforme mencionado acima.

Por fim, cabe ressaltar que o grupo do qual a Companhia faz parte está comprometido com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa, estando a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), controladora da Companhia, submetida ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 1 da BM&FBOVESPA S.A.- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), que prevê, em sua cláusula 4.6, que a CEMIG deve enviar à BM&FBOVESPA e

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e, ainda, de todo e qualquer contrato celebrado entre a CEMIG e quaisquer sociedades que façam parte de grupo econômico, de fato ou de direito, em comum com seus administradores ou seu acionista controlador, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, valor igual ou superior a R\$ 200 mil ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando-se aquele que for maior.

Cabe destacar que a administração possui estrutura de controles internos que garantem que as operações realizadas estão em condições similares àquelas que seriam estabelecidas com partes não relacionadas.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
Tipo de capital	Capital Emitido				
27/02/2015	1.837.710.409,94		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/02/2015	1.837.710.409,94		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/02/2015	1.837.710.409,94		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Emitido				
13/01/2010	1.700.000.000,00		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Subscrito				
13/01/2010	1.700.000.000,00		2.896.785.358	0	2.896.785.358
Tipo de capital	Capital Integralizado				
13/01/2010	1.700.000.000,00		2.896.785.358	0	2.896.785.358

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Documento ainda não preenchido!

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 – Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes foram descritas nos itens anteriores.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de NP Comerciais em série única c/ esf. restritos
Data de emissão	27/06/2014
Data de vencimento	22/06/2015
Quantidade	140
Unidade	
Valor total R\$	1.400.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notas promissórias somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A qualquer momento a partir de 30 dias contados da data de emissão, a critério exclusivo da Emissora, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração até a data do resgate antecipado, sem o pagamento de qualquer prêmio.
Características dos valores mobiliários de dívida	Atualização monetária: não há; Juros remuneratórios: 106,85% da Taxa DI ao ano; Pagamento dos juros remuneratórios: na data de vencimento; Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento; Garantia: aval da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG; Hipóteses de vencimento antecipado: vide item 18.10.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Assembleia de titulares das notas promissórias: a aprovação de qualquer deliberação pela assembleia precisa da aprovação de titulares das notas promissórias que representem mais de 50% das notas promissórias em circulação, observados os seguintes quoruns qualificados: (i) toda e qualquer alteração às regras relacionadas às assembleias dependerá da aprovação de titulares das notas promissórias que representem, no mínimo, 75% das notas promissórias em circulação e deverá ser aprovada pela Emissora; (ii) as alterações solicitadas pela Emissora relativas: (a) à Remuneração das notas promissórias; (b) ao prazo de vencimento das notas promissórias; (c) ao aval; e/ou (d) aos eventos de vencimento antecipado deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da assembleia dos titulares das notas promissórias ou em qualquer convocação subsequente, por titulares das notas promissórias que representem, no mínimo, 90% das notas promissórias em circulação.
Outras características relevantes	Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A. Destinação dos Recursos: os recursos líquidos oriundos da captação por meio das notas promissórias serão destinados para o pagamento de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	5ª emissão de debêntures simples
Data de emissão	10/12/2014
Data de vencimento	10/12/2018
Quantidade	140.000
Unidade	
Valor total R\$	1.400.000.000,00
Restrição a circulação	Sim

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	as debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 dias da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Atualização monetária: não há; Juros remuneratórios: 100% da Taxa DI capitalizada de spread de 1,70% ao ano; Pagamento dos juros remuneratórios: anualmente; Amortização: em duas parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira em 10/12/2017 e a segunda em 10/12/2018; Repactuação: não haverá. Garantia: fiança prestada pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Crédito: sem preferência, concorrendo com os demais credores. Restrições ao Emissor: não há. Hipóteses de Vencimento Antecipado: VER ITEM 18.10 deste Formulário de Referência
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação: (i) os quora expressamente previstos em outras Cláusulas da Escritura de Emissão; (ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.2 da Escritura de Emissão; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto na Escritura de Emissão; (c) à espécie das Debêntures; e/ou (d) à Fiança ou à Garantidora, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação; (iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII da Escritura de Emissão, deverá ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação; e (iv) quaisquer solicitação de renúncia ou perdão temporário relativa aos Eventos de Inadimplemento relacionados no item 7.2 da Cláusula VII da Escritura de Emissão, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação.
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Banco Mandatário: Banco Bradesco S.A. Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures foram destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de debêntures simples
Data de emissão	01/06/2006
Data de vencimento	01/06/2014
Quantidade	23.042
Unidade	
Valor total R\$	250.503.517,80
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários Vide informações na tabela presente no Item 18.10

Outras características relevantes Vide informações na tabela presente no Item 18.10

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª emissão de debêntures simples
Data de emissão	15/12/2007
Data de vencimento	15/12/2017
Quantidade	40.000
Unidade	
Valor total R\$	400.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	3ª emissão de debêntures simples
Data de emissão	15/02/2013
Data de vencimento	15/02/2025
Quantidade	2.160.000
Unidade	
Valor total R\$	2.160.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide informações na tabela presente no Item 18.10
Outras características relevantes	Vide informações na tabela presente no Item 18.10

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As debêntures emitidas pela Companhia (vide item 18.5 deste Formulário de Referência) são registradas para negociação no mercado secundário por meio do: (i) Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários (antigo SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP; e/ou (ii) por meio do Sistema BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na BM&FBOVESPA.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Documento ainda não preenchido!

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

18.9 – Descrição das ofertas pública de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

18.10 – Outras informações relevantes

2ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 27 de dezembro de 2004, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes da 2ª emissão de debêntures. Esta dívida foi, portanto, integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista no referido Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas.

4ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 27 de dezembro de 2004, a CEMIG e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes da Escritura Particular da 4ª Emissão Privada de Debêntures Simples da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes dessa emissão, cuja dívida foi integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista na referida Escritura.

5ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 29 de dezembro de 2005, a CEMIG e a Companhia assinaram o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações decorrentes da Escritura Particular da 5ª Emissão Privada de Debêntures Simples da CEMIG, por meio do qual a CEMIG cedeu para a Companhia os direitos e obrigações decorrentes dessa emissão, cuja dívida foi integralmente assumida pela Companhia e deverá ser liquidada junto ao Estado de Minas Gerais na forma prevista na referida Escritura.

6ª Emissão Particular de Debêntures da CEMIG

Em 28 de fevereiro de 2007, a CEMIG celebrou com a Companhia um instrumento particular de cessão de direitos e obrigações decorrentes da escritura da Escritura Particular da 6ª Emissão Privada de Debêntures da CEMIG, visando a transferência dos recursos obtidos da obrigação pelo pagamento da dívida para a Companhia, uma vez que tais recursos deveriam ser aplicados na AHE Irapé.

Em relação às emissões elencadas no item 18.5 deste Formulário de Referência, apresentamos as seguintes informações adicionais:

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas***Debêntures Simples da 2ª Emissão da Companhia, não conversíveis em ações*****Características dos Valores Mobiliários:**

(i) **Hipóteses de Vencimento Antecipado:** (a) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou da CEMIG, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Companhia e/ou pela CEMIG; ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia e/ou da CEMIG, nos termos da legislação aplicável; (b) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG de qualquer obrigação pecuniária relacionada às debêntures; (c) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da CEMIG decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (d) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia e/ou a CEMIG seja parte, e que representem, separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Companhia e/ou da CEMIG, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época, sendo que, no caso da CEMIG, esse percentual será calculado com relação ao resultado consolidado da CEMIG; (e) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou contra a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de trinta dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Companhia; (f) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo agente fiduciário à Companhia; (g) se a Companhia e/ou a CEMIG, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou CEMIG, envolvendo quantia igual ou superior a R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; e/ou (h) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que impliquem redução do capital social da Companhia e/ou da CEMIG, salvo se por determinação legal. (ii) **Destinação Recursos:** os recursos recebidos foram integralmente utilizados para o resgate das 270 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, emitidas em 30 de outubro de 2009.

Debêntures Simples da 3ª Emissão, não conversíveis em ações**Características dos Valores Mobiliários:****(i) Hipóteses de Vencimento Antecipado:**

: (i) decretação de falência, ou dissolução e/ou liquidação da Companhia e/ou da CEMIG, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Companhia e/ou pela CEMIG, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Companhia e/ou da CEMIG, nos termos da legislação aplicável; (ii) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Companhia e/ou da CEMIG decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (iv) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão dos quais a Companhia e/ou a CEMIG sejam parte, e que representem,

separadamente ou em conjunto, um valor superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da Emissora e/ou da Garantidora, conforme o caso, constante de suas últimas demonstrações financeiras consolidadas à época; (v) protesto legítimo de títulos contra a Companhia e/ou contra a CEMIG, cujo valor global ultrapasse R\$50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 dias contados

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**Condições para alteração**

da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; (vi) falta de cumprimento pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Companhia; (vii) se a Companhia e/ou a CEMIG, conforme o caso, deixar de pagar, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação pagável pela Companhia e/ou pela CEMIG, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou CEMIG, envolvendo quantia igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas; (viii) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária que implique redução do capital social da Companhia e/ou da CEMIG, salvo se: (a) por determinação legal ou regulatória; (b) vinculada à eventual transferência da participação acionária da Companhia na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA (“TAESA”) para a CEMIG; (c) relacionada a operação de swap de ativos (otimização societária) ; ou (d) não provocar a alteração do rating da emissão para uma nota inferior a “Aa3.br” fornecida pela Moody’s América Latina ou classificação equivalente emitida por outra agência de classificação de risco a ser contratada pela Companhia; e/ou (ix) transformação da Companhia em sociedade limitada. (ii)

Assembleia de Debenturistas: exceto pelo disposto nos subitens a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das debêntures da respectiva série da Emissão: (i) os quorumquórum expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura; (ii) as alterações relativas: (a) a qualquer das condições de remuneração das debêntures, conforme previsto nos itens 4.2 e 4.3 da Escritura; (b) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, conforme previsto na Escritura; e/ou; (c) à espécie das debêntures, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas neste subitem (ii) ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures da

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

respectiva série da Emissão; (iii) quaisquer alterações relativas à Cláusula VII da Escritura, que deverá ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das Debêntures em Circulação; e (iv) as alterações das disposições e/ou dos quora estabelecidos nos itens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e 10.6 da Escritura, que deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação ou em qualquer outra subsequente, por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação da respectiva série da Emissão.

Além das emissões de valores mobiliários mencionadas no item 18.5 deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes emissões cujas obrigações já haviam sido integralmente quitadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2013:

- (i) 1ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 900.000.000,00;
- (ii) 2ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 200.000.000,00;
- (iii) 3ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 2.700.000.000,00;
- (iv) 4ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$ 1.000.000.000,00 e
- (v) 1ª emissão pública de debêntures simples, no valor de R\$ 588.371.752,56 (Cedida pela Cemig H 1ª emissão).

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas***Nota Promissória Comercial – 5ª Emissão em série única, com esforços restritos*****Características dos Valores Mobiliários:**

Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) decretação de falência, dissolução e/ou liquidação da Emissora e/ou da Avalista, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência formulado pela Emissora e/ou pela Avalista; ou, ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora e/ou da Avalista, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (b) descumprimento pela Emissora e/ou pela Avalista de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Notas Promissórias; (c) descumprimento pela Emissora e/ou pela Avalista, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Cártula, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente de Notas nesse sentido; (d) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou contra a Avalista, cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Avalista, conforme aplicável, ou se for suspenso, cancelado ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de vencimento da obrigação; (e) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Avalista decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; (f) mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou da Avalista, sem a prévia anuência dos titulares das Notas Promissórias que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em Circulação, salvo se por determinação legal; (g) incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou da Avalista por outra empresa, cisão ou fusão da Emissora e/ou da Avalista, salvo se por determinação legal ou regulatória, ou, ainda, se não provocar a alteração do rating da Emissora e/ou da Avalista existente na Data de Emissão; (h) privatização da Emissora e/ou da Avalista; (i) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e/ou pela Avalista que representem impacto material adverso na capacidade

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

de pagamento da Emissora e/ou da Avalista; (j) inadimplemento injustificado, pela Emissora e/ou pela Avalista, ou falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento de qualquer dívida ou qualquer obrigação de pagar, segundo qualquer acordo do qual seja parte como mutuária ou avalista, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; (k) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pela Avalista, de quaisquer de suas obrigações nos termos das Notas Promissórias, sem a prévia anuência, por escrito, de titulares das Notas Promissórias que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Notas Promissórias em circulação; (l) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão; (m) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Notas Promissórias ou desta Cártula; ou (n) questionamento judicial, por qualquer terceiro, das Notas Promissórias, com relação ao qual a Emissora e/ou a Avalista não tenham tomado as medidas necessárias para contestar os efeitos do referido questionamento no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora e/ou a Avalista tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas***Debêntures Simples da 5ª Emissão, não conversíveis em ações*****Características
dos
Valores Mobiliários:****(i) Hipóteses de Vencimento Antecipado:**

São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, de todos os valores devidos as debenturistas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer dos seguintes eventos: (i) ocorrência de: (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora; (b) pedido de autofalência por parte da Emissora e/ou da Garantidora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora, que não for devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou contestado no prazo legal; (d) propositura, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida a homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora e/ou pela Garantidora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do juiz competente; (ii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, no prazo determinado, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures; (iii) vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou da Garantidora decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual ou não; (iv) mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou da Garantidora, sem prévia anuência dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, salvo se por determinação legal ou regulatória; (v) término, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão detidos pela Emissora e/ou pela Garantidora, e que representem impacto material adverso na capacidade de pagamento da Emissora e/ou da Garantidora, exceto com relação às usinas de São Simão, Jaguará e Miranda; (vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra a Garantidora, cujos valores individual ou em conjunto ultrapassem R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, ao

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Agente Fiduciário, bem como se for suspenso, cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; (vii) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Emissora; (viii) se a Emissora e/ou a Garantidora, conforme o caso, deixar de pagar, em valores individuais ou em conjunto, na data de vencimento, ou não tomar as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento, de qualquer dívida ou qualquer outra obrigação devida pela Emissora e/ou pela Garantidora, conforme o caso, segundo qualquer acordo ou contrato da qual seja parte como mutuária ou garantidora, envolvendo quantia igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas; (ix) privatização, fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária (inclusive incorporação e/ou incorporação de ações) que implique na redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, salvo se por determinação legal ou regulatória ou se não provocar a alteração do rating da Emissão para uma nota inferior a “AA”, pela Fitch Ratings ou Standard & Poor’s, ou “Aa2”, pela Moody’s; (x) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de quaisquer de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão, sem prévia anuência de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (xi) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade das Debêntures ou da Escritura de Emissão; (xii) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.5 da Escritura de Emissão; (xiii) caso as declarações realizadas pela Emissora e/ou pela Garantidora em quaisquer dos documentos da Emissão sejam falsas, enganosas, incorretas, incompletas ou insuficientes; (xiv) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas; e/ou (xv) transformação do tipo societário da Emissora.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Documento ainda não preenchido!

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Documento ainda não preenchido!

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

A Companhia não possui outras informações para esse item que julgue relevantes.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

Estão subordinados à política de divulgação de ato ou fato relevante e uso de informações, assim como à política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, os: Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivos da Companhia; empregados e executivos com acesso as informações relevantes; e, ainda quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na sociedade, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia (“Pessoas Relacionadas”). As Pessoas Relacionadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

Quaisquer reuniões com entidades de classe, público investidor ou com público selecionado, no País ou no exterior, que versem sobre matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, somente poderão ser realizadas por Administradores da Companhia quando contarem com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa por ele nomeada para esse fim. Caso contrário, a Informação Relevante deverá ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, para que o mesmo divulgue a eventual Informação Relevante ao mercado simultaneamente à realização da reunião.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações de cunho financeiro da Companhia aos órgãos de imprensa, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre Ato ou Fato Relevante perante a CVM, as bolsas de valores e a *Securities Exchange Commission* (“SEC”), se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM ou pelas bolsas de valores, e, ainda, caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas:

A Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) criou uma sistemática de responsabilidade pelo uso, comunicação e divulgação de ato ou fato relevante de companhias abertas. Não obstante a obrigação legal imposta aos administradores da companhia aberta de divulgar imediatamente à bolsa de valores e à imprensa informações sobre atos ou fatos relevantes, nos termos do parágrafo 4º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Instrução CVM 358 atribuiu ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante, assim como a função de zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente, em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam negociados. De modo a assegurar o cumprimento dos deveres atribuídos ao Diretor de Relações com Investidores, no âmbito da Instrução CVM 358, as Pessoas Relacionadas têm o dever de comunicar ao Diretor de Relações com Investidores informação acerca de ato ou fato relevante para que este possa cumprir seu dever de comunicar e divulgar.

Quando Informar e Divulgar Prazos

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A Quem Informar

As informações sobre Ato ou Fato Relevante deverão ser comunicadas à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), a *Securities Exchange Commission* (“SEC”) (caso aplicável) e à(s) bolsa(s) de valor(es) na(s) qual(is) o(s) valor(es) mobiliário(s) seja(m) admitido(s) à negociação.

Formas de Divulgação Jornais e Internet

A divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia deverá ser realizada por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A Companhia poderá, a cada divulgação de Ato ou Fato Relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais referidos no item acima, mas nesta hipótese, deverá(ão) estar indicado(s) nas publicações o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às bolsas de valores, e à SEC, caso aplicável. A divulgação e a comunicação de Ato ou Fato Relevante, inclusive da informação veiculada através da Internet acima referida, devem ser realizadas de modo claro e preciso, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor.

A Informação Privilegiada e o Dever de Sigilo

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

As Pessoas Relacionadas com acesso à informação terão o dever de: (i) guardar sigilo das informações relativas à Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever do sigilo. Assim, para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

Exceção à Imediata Divulgação

Como explicitado anteriormente, a regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação ao mercado. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise. Essa exceção (não divulgação de Ato ou Fato Relevante) somente se aplicará nos casos em que a divulgação indistinta de Informação Privilegiada que constitua Ato ou Fato Relevante puser em risco interesse legítimo da Companhia. Nesse caso, deve-se estar atento para a obrigação de divulgação imediata se a informação escapar ao controle. Na hipótese acima e à luz das circunstâncias, o Diretor de Relações com Investidores deverá submeter à CVM a decisão de guardar sigilo acerca de ato ou fato relevante através de proposta de manutenção de sigilo a ser dirigida ao presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra “Confidencial”. Caso a CVM decida pela revelação do ato ou fato relevante, determinará que, imediatamente, o comunique às bolsas de valores e o divulgue publicamente.

Procedimentos para a Não Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia

Tendo em vista seu caráter excepcional, a não divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia será objeto de decisão dos Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia, conforme o caso. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a negociações promovidas pelos Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores encaminhar comunicação a respeito dirigida ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia, por escrito. Entretanto, na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrendo oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, torna-se obrigatória a divulgação imediata de Ato ou Fato Relevante por meio dos Administradores e Acionistas Controladores de forma direta ou através do Diretor de Relações com Investidores independentemente da decisão dos Administradores e Acionistas Controladores.

Responsabilidade em Caso de Omissão

Caso, diante da comunicação realizada, as pessoas mencionadas neste item constatem a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM. Caso haja omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante anteriormente não divulgado por decisão dos Administradores ou Acionistas Controladores e, posteriormente, essa mesma informação escape ao controle

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, os Administradores ou Acionistas Controladores somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

Procedimentos de Comunicação de Informações sobre Negociações de Administradores e Pessoas Ligadas

As Pessoas Relacionadas deverão comunicar informações sobre todas as negociações que realizarem com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou ainda com valores mobiliários de emissão de sociedades controladas ou controladoras, de que sejam titulares eles próprios ou as Pessoas Ligadas, bem como as alterações em suas posições e seus planos de negociação periódica, inclusive as subsequentes alterações e o descumprimento de tais planos.

A comunicação deverá ser efetuada pelas pessoas mencionadas acima: (i) imediatamente após a investidura no cargo; e (ii) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após o término do mês em que se verificar alteração das posições por eles detidas, indicando o saldo da posição no período. O Diretor de Relações com Investidores encaminhará todas as informações recebidas à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores nas quais os valores mobiliários estejam admitindo à negociação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o término do mês de referência.

Procedimentos de Comunicação e Divulgação sobre Aquisição ou Alienação de Participação Acionária Relevante

Os procedimentos de comunicação e divulgação de informações sobre negociação de valores mobiliários de Assessoria de Relações com Investidores emissão da Companhia, que envolvam participação acionária relevante, previstos nessa Seção, são baseados no artigo 12 da Instrução CVM 358.

Entende-se por participação acionária relevante aquela que corresponda, direta ou indiretamente, a 5% ou mais de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia. O dever de divulgação e comunicação aplica-se: aos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do conselho de administração da Companhia, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, quando os mesmos adquirirem ou alienarem (ou extinguirem) participação acionária relevante, ou direitos sobre participação acionária relevante. A divulgação deverá ser realizada pro meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia ou, ainda, pela publicação de forma resumida nesses jornais com indicação do endereço na Internet.

Estará igualmente obrigada à divulgação das mesmas informações a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária relevante igual ou superior ao percentual referido acima, a cada vez que a referida participação se eleve em 5% (cinco por cento) da espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A comunicação à CVM e à(s) bolsa(s) de valor(es) deverá ser encaminhada imediatamente após ser alcançada a participação relevante mencionada nesta Seção.

A versão integral da Política de Divulgação de Informações da Companhia está disponível no website da CVM e da Companhia: <http://www.cvm.gov.br> e <http://ri.cemig.com.br>, respectivamente.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política**21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:**

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é responsável pela divulgação e comunicação acerca de Ato ou Fato Relevante, bem como por zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

21.4 Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.